



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia, Políticas e Democracia 3

Atena
Editora

Ano 2019



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia, Políticas e Democracia 3

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia, políticas e democracia 3 [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Geografia, Políticas e Democracia; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-720-8 DOI 10.22533/at.ed.208191710 1. Geografia física. 2. Geografia – Estudo e ensino. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série. CDD 910.02
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Geografia: Políticas e Democracia – volume 3”, cujo título apresenta inúmeras possibilidades, e, sobretudo, provocações ao construirmos e desconstruirmos uma Geografia para o século XXI. Trata-se de uma leitura teórica e empírica oriunda de diferentes pesquisadores que dialogam com análises provenientes das diferentes subáreas da ciência geográfica e áreas afins.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de diferentes enfoques temáticos, ou seja, reconhecendo as diferentes subáreas da Geografia, a saber: Ensino da Geografia, Geografia Urbana, História do Pensamento Geográfico e sua interface Econômica e Política, Geografia Econômica, Geografia Agrária e Regional conforme expresso nos nove capítulos que compõem a referida Coletânea.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial na emergência de práticas democráticas.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O CURRÍCULO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Ana Carolina de Figueiredo Azevedo Ana Claudia Ramos Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.2081917101	
CAPÍTULO 2	13
MINHA CASA... E A VIDA? OS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	
Rayssa Bernardino de Lacerda Maria de Lourdes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.2081917102	
CAPÍTULO 3	25
INADAPTAÇÕES NA FRONTEIRA DA INFORMALIDADE: FAVELAS E CONJUNTOS	
Tales Lobosco	
DOI 10.22533/at.ed.2081917103	
CAPÍTULO 4	38
MICROALGAS: UMA OPORTUNIDADE PARA MELHORAR OS INDICADORES DE SANEAMENTO NO BRASIL	
Renan Barroso Soares Rodrigo Nunes Oss Márcio Ferreira Martins Ricardo Franci Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2081917104	
CAPÍTULO 5	49
A GEOGRAFIA REGIONAL EM RICHARD HARTSHORNE	
Wesley de Souza Arcassa	
DOI 10.22533/at.ed.2081917105	
CAPÍTULO 6	60
ADVENTURE-TIME: O CRONOTOPO NO ESPÍRITO DO NEOLIBERALISMO DE HAYEK, KEYNES E MISES	
Marcus Antonio de Lyra Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2081917106	
CAPÍTULO 7	77
A TERRITORIALIZAÇÃO DOS BANCOS EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR	
Diego Paschoal de Senna Sandra Lúcia Videira	
DOI 10.22533/at.ed.2081917107	

CAPÍTULO 8	88
A FEIRA DE NOVA CRUZ/RN: UMA TRADIÇÃO COMERCIAL DE EXPRESSÃO REGIONAL	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.2081917108	
CAPÍTULO 9	99
A PRODUÇÃO ARTESANAL DA RAPADURA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA BASEADA NA COMUNIDADE RURAL JOÃO MOREIRA, SÃO JOÃO DA PONTE - MG	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
Tayne Pereira da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.2081917109	
SOBRE O ORGANIZADOR	113
ÍNDICE REMISSIVO	114

O CURRÍCULO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ana Carolina de Figueiredo Azevedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Formação de Professores –
Departamento de Geografia – São Gonçalo – Rio
de Janeiro.

Ana Claudia Ramos Sacramento

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Formação de Professores –
Departamento de Geografia – São Gonçalo – Rio
de Janeiro.

RESUMO: Entender o currículo é pensá-lo como um objeto dinâmico que resulta das práxis de diferentes atores. Este engloba muito mais que uma grade de conteúdos, visto que ele está também caracterizado para ensinar, o que ensinar e qual intencionalidade do ensino, pois é resultado de interesses que estão em constante disputa, traduzindo as condições histórico-culturais e políticas que se dão no espaço atual. Também consideramos o professor aquele quem colocará o currículo em prática, assim é preciso compreender suas práticas, reflexão e crítica sobre aquilo que está sendo orientado a fazer. Isso deve se constituir no ato de formar o docente, educando esse profissional para o exercício do magistério. Sua ação está envolvida num processo de educar, ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Dessa forma, o trabalho busca entender como o professor de

geografia pensa e estrutura suas aulas a partir do Currículo Mínimo de Geografia do estado do Rio de Janeiro (2012). Assim, apresenta o estudo de caso para pensar. Esta metodologia permite compreender as relações e ações que o objeto estabelece, interpretando seu contexto de modo a haver a apreensão mais completa do caso. O documento curricular de geografia do Estado do Rio de Janeiro não traz nenhuma transformação no ensino, pois é limitada quanto a fundamentos teórico-metodológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo; Prática Pedagógica; Ensino de Geografia.

THE CURRICULUM AND THE PEDAGOGICAL PRACTICE IN THE SCHOOLS OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: To understand the curriculum is to think of it as a dynamic object that results from the praxis of different actors. This encompasses much more than a grid of contents, since it is also characterized to teach, what to teach and what intentionality of teaching, because it is the result of interests that are in constant dispute, translating the historical-cultural and political conditions that are given in the current space. We also consider the teacher who will put the curriculum into practice, so he must understand his practices, reflection and criticism about what

he is being asked to do. This should be the act of educating the teacher, educating this professional for the exercise of teaching. Their action is involved in a process of educating, teaching, learning, researching and evaluating. In this way, the work seeks to understand how the geography teacher thinks and structures his classes from the Minimal Curriculum of Geography of the state of Rio de Janeiro (2012). Thus, it presents the case study to think about. This methodology allows us to understand the relationships and actions that the object establishes, interpreting its context in order to have the most complete apprehension of the case. The geography curriculum document of the State of Rio de Janeiro does not bring any transformation in teaching, since it is limited in theoretical-methodological foundations.

KEYWORDS: Curricular policies; Basic education; Minimum Curriculum; Teaching Geography.

1 | INTRODUÇÃO

A década de 1990 e as seguintes têm sido marcadas por reformulações curriculares que foram organizadas conforme o contexto de cada época, do ponto de vista social, político, econômico, filosófico, como também o seu espaço vivido e produzido pela sociedade capitalista.

É necessário pensar o currículo como um objeto dinâmico que resulta das práxis de diferentes atores, uma vez que nele se concebem as diferentes formas de conhecimento e práticas. As políticas curriculares constituem o conhecimento escolar em ações externas para a escola, como também a prática cotidiana da escola.

Segundo Libâneo (2005), aqueles que são responsáveis pela educação escolar precisam assumir seu posicionamento sobre as opções pedagógicas, estas que apontam seus objetivos, modos de promover o desenvolvimento e a aprendizagem. Nesse processo estão inseridos os contextos socioculturais e institucionais concretos: “A pedagogia quer compreender como fatores socioculturais e institucionais atuam nos processos de transformação dos sujeitos mas, também, em que condições esses sujeitos aprendem melhor” (*id ibidem*, p. 17).

Além da teoria que o profissional adquire em sua formação inicial, ele, ao longo do seu caminho escolar, vivencia e produz experiências, como também adquire conhecimentos e concepções que o ajudam a entender o seu papel social (CAVALCANTI, 2013).

Portanto, o trabalho busca entender como o professor de geografia pensa e estrutura suas aulas a partir do Currículo Mínimo de Geografia do estado do Rio de Janeiro (2012). A análise das aulas de geografia será feita por meio do estudo de caso, envolvendo três professoras das escolas estaduais do estado do Rio de Janeiro, uma localizada em Niterói e outra em São Gonçalo.

O estudo de caso metodologicamente contribui na construção de provas dentro da pesquisa, a partir da observação e análise do sujeito e objeto, colocando também

como importante a subjetividade para o conhecimento científico, diferente de outros tipos de pesquisa, porque se torna mais concreto e mais contextualizado. (LUDKE; ANDRÉ, 2013).

Esse texto é parte do projeto de iniciação científica da FAPERJ intitulado *A disciplina de Geografia no currículo do Estado do Rio de Janeiro no contexto da educação básica nacional (2015-2017)* e do projeto de Auxílio à Pesquisa (AQ1) intitulado *As práticas pedagógicas docentes em Geografia e os textos e políticas curriculares nos Estados do Rio de Janeiro e de Goiás*, financiado pela FAPERJ no período de (2016 -) que tiveram e tem como objetivo compreender a geografia presente nos documentos oficiais do sistema de ensino brasileiro.

Logo, este trabalho está estruturado, em um primeiro momento, sobre a proposta curricular de geografia do estado do Rio de Janeiro. Em seguida, faz uma reflexão acerca da importância da prática pedagógica no ensino da mesma disciplina, para compreensão do papel de um professor consciente de suas ações. No terceiro momento, apresentam-se as professoras participantes desta pesquisa, abordando questões acerca de sua formação, tempo de atuação, entre outras informações. Por fim, analisa a prática docente das professoras, como e se elas articulam o currículo em suas aulas e qual geografia está presente em suas práticas.

2 | FORMAS DE PENSAR O CURRÍCULO: CURRÍCULO MÍNIMO DE GEOGRAFIA E SEUS ELEMENTOS

Para iniciar o debate acerca do currículo, é necessário entender o que é currículo. Segundo Lopes; Macedo (2011), as definições permeiam na ideia da organização de experiências e situações de aprendizagens que podem ou não serem previstas, essas que são realizadas pelos professores ou redes de ensino para conduzir o processo educativo. Assim, durante sua trajetória no campo educacional, o currículo teve como significado tradicional a organização de diferentes matérias/disciplinas que dão uma sequência lógica ao conhecimento escolar.

No processo de construção curricular é importante pensar em diferentes elementos e agentes, isto porque é um movimento que envolve relações de poder, não há neutralidade na escolha dos elementos que compõem um currículo (AZEVEDO; SACRAMENTO, 2017).

As discussões que permeiam o currículo não são meramente técnicas, compreendendo que este é intrinsecamente ligado e guiado por questões sociais, políticas e ideológicas. O currículo não é um objeto neutro, é nele que são expressas as relações de poder, produzindo assim identidades individuais e sociais particulares (MOREIRA; SILVA, 2001, p. 7-8).

A escola tem um importante papel ideológico no sistema capitalista. Por isso, quando a proposta é analisar um currículo, faz-se necessário compreender as

relações ideológicas, de poder, sociais e, principalmente, as políticas educacionais que são impostas por diferentes governos.

Portanto, o que existe é uma política do conhecimento oficial que é expressa no currículo através de conteúdos descritivos do mundo, em grande maioria, concepções que privilegiam alguns grupos e marginalizam outros (APPLE, 2001, p. 59-60). O currículo se torna um instrumento que se modifica de acordo com cada época e, conseqüentemente, com o governo vigente, transformando a forma de pensar e a estrutura escolar que se espera para cada sociedade.

O Currículo Mínimo de Geografia foi criado em 2012 pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração está associada às mudanças econômicas e políticas do estado, dando respostas às corporações e instituições internacionais.

Em estudos anteriores Silva (2015), Pereira (2016), Azevedo; Sacramento (2016) fazem um levantamento sobre as condições da criação do CM e a necessidade de mudanças nas políticas públicas educacionais no Rio de Janeiro. O CM direciona quais são os conteúdos e os conceitos mínimos para que os professores possam seguir e os alunos realizarem as avaliações externas e internas.

O Currículo Mínimo do Rio de Janeiro (2012) acompanha reformas educacionais que estão sendo desenvolvidas no mundo globalizado. Isto é, é um documento curricular pautado numa matriz por competências, que possui o foco na avaliação do desempenho e forte viés meritocrático (tanto para professores como para alunos); evidenciando os interesses de políticas neoliberais na configuração desse documento oficial.

Analisando seu processo de construção e a forma com que este foi imposto sobre as escolas, é a avaliação que vai determinar até onde os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo currículo, ou seja, a avaliação é como o controle do produto (o currículo).

Desta forma, este é um currículo que possui uma perspectiva tradicional, onde a qualidade do ensino será testada a partir dos exames internos e externos, como os currículos que são propostos por Bobbit e Tyler (SILVA, 2015, p. 142).

Além disso, o Currículo Mínimo é constituído por uma matriz pautada por competências, construindo o conhecimento escolar por um viés de educação neotecnista. Compreende-se que as competências estão articuladas aos conteúdos, conhecimentos e teorias; entretanto, as habilidades são marcadas pela ação, não sendo compreendidos de maneira isolada (CARDOSO; HORA, 2013).

A discussão introdutória no documento da parte da Geografia é breve, apresentando os propósitos dos conteúdos e conceitos nas divisões sugeridas, sendo efetivamente mínimo, não tem como alvo transformar o ensino. Destarte, observa-se na análise uma tensão de concepções, pois este foi escrito por uma comunidade disciplinar de Geografia do Rio de Janeiro que traz suas concepções teóricas para o documento e pela própria cristalização de determinados conteúdos que são

considerados clássicos na disciplina.

Desta forma, por vezes este tem uma ou mais concepções que não se relacionam com a proposta bimestral seguinte. Exemplo: o 7º ano retrata as paisagens naturais no primeiro bimestre a partir de uma concepção estritamente determinista, sem considerar outras questões pertinentes atuais. Aqui não se trata de questionar a importância de compreender os aspectos físico-naturais, mas efetivamente como estruturá-la para além disso. Depois, no 2º bimestre a discussão é sobre a regionalização do Brasil. Esta não se relaciona com o 1º bimestre e nem trata da questão da formação territorial. A forma de organização deste bimestre faz mais uma discussão da região por meio da geografia quantitativa e geoeconômica, bem como pontua a ideia da regionalização.

Os conteúdos de geografia apresentam uma abordagem fragmentada a partir da estrutura N-H-E (Natureza – Homem – Economia), presente também em seus livros didáticos. O autor Ruy Moreira (2014) debate esta questão ainda muito presente no ensino de geografia contemporâneo, o surgimento dessa estrutura N-H-E tem como intenção apresentar a geografia de uma maneira linear.

Na análise do Currículo Mínimo de Geografia (2012), pode-se perceber que essa estrutura ainda está fortemente presente, identificada no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, mesmo estando ultrapassada e em crise desde a década de 1980. Reforçar essa estrutura e negar uma reflexão que esteja voltada à totalidade, traz abordagens rasas e não faz efetivas problematizações.

O documento propõe metodologicamente concepções atuais da disciplina em sua discussão introdutória, mas o que se nota é que ela é fragmentária e as “ditas atuais”, quando se apresentam, é de forma descritiva e pouco analítica. Assim, as concepções teórico-metodológicas estão divididas entre uma abordagem direcionada à Geografia Tradicional e à Geografia Crítica. Apesar de diferentes, faz-se uma mistura no Currículo Mínimo como se elas se complementassem.

Este documento, em prática, continua reproduzindo antigas propostas que foram criadas como controle do Estado para se definir o papel que cada estudante tem no sistema escolar. Assim, é de seu interesse que nas escolas haja uma disciplina fortemente presa ao livro didático, que está desconectada da realidade do aluno e tenha cunho memorizador.

Assim, a importância da prática docente, estudar a escola e o seu cotidiano é fundamental, pois fazem parte do processo de constituição do conhecimento escolar.

3 | A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A fim de compreender a prática pedagógica no ensino de geografia, é fundamental definir o que seria aquela, sendo que ela é múltipla e complexa. Verdum (2013) busca em Freire (1986) entender a concepção de prática pedagógica adjetivada pelo termo dialógica, sendo um processo de construção do conhecimento a partir do professor e

do aluno, direcionando a aprendizagem para uma leitura crítica da realidade.

Dessa forma, a prática pedagógica não é reduzida às questões didáticas ou metodológicas de estudar e aprender, ela pode e deve estar articulada a uma “educação como prática social e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada, numa relação dialética entre prática-teoria, conteúdo-forma e perspectivas interdisciplinares.” (FERNANDES, 1999, p.159, apud VERDUM, 2013, p.94).

Segundo Vasconcelos (1995, apud Verdum, 2013, p. 100), a elaboração de um planejamento pedagógico se dá a partir de três dimensões da ação humana consciente: *realidade, finalidade e mediação*. Essas dimensões dão consistência à prática pedagógica, pois pensa-se no ponto de partida (o quê?) e o caminho a ser seguido, construindo o processo de ensino e aprendizagem de maneira dinâmica e dialética.

Portanto, a aula é o momento em que há efetivamente a prática pedagógica, pois constitui por completo a forma das relações professor-aluno-escola. Segundo Veiga (2008), é nesse momento que o pensar e o agir docente acontecem, envolvendo o novo e as situações imprevistas; sendo um espaço de múltiplas relações e interações, de formação humana e da produção cultural.

Para Sacramento (2012), as ações didáticas acontecem nas aulas, na maneira como o professor conduz e produz o conhecimento escolar, principalmente pela forma como aquele faz a mediação do saber: analisando os aspectos fundamentais do ato de ensinar, refletindo seus objetivos nas diferentes metodologias de ensino que direcionam o processo de aprendizagem, e utilizando os conhecimentos prévios dos alunos para construir um conhecimento científico.

Mediar o saber para o professor é se tornar ponte entre o aluno e o conhecimento, contribuindo para que este aluno aprenda a pensar e a questionar, saindo, portanto, de uma relação passiva em que o professor transmite as informações e o aluno armazena.

É importante que o professor de geografia direcione suas ações didáticas para a construção dos conceitos e conteúdos acerca dos espaços e vivências do aluno, contribuindo para uma aprendizagem crítica do saber. Logo, o educador rompe com a ideia de uma prática pedagógica ligada à pura transmissão de conhecimento, como algo que se coloca no processo de ensino e aprendizagem instrumental.

O ensino ocorre a partir do momento que os professores estimulam o desenvolvimento cognitivo do aluno por meio de situações didáticas que o auxiliem a uma aprendizagem significativa (SACRAMENTO, 2012, p. 185). Assim, no ensino que tem como concepção desenvolver o aluno, a escola precisa atuar como mediadora, para que este atinja a compreensão do conhecimento.

Por muito tempo a teoria e a prática caminharam de forma separada, predominava-se a ideia de teoria ligada ao conhecimento científico e a prática centrada na dimensão da escola e dos professores.

Portanto, é necessário pensar essas duas dimensões como um conjunto

indissociável da realidade. Assim, não é a teoria que irá ser determinante para a prática, mas, na verdade, é na prática educativa que teoria e prática se articulam de maneira racional. Isso é fundamental para a ciência geográfica, pois existe a “necessidade de articular o saber com as práticas sociais, articular o saber geográfico com seu significado social” (*id ibidem*, p. 88).

Segundo Sacramento (2014), o professor de geografia possui o papel de construir metodológica e didaticamente a aprendizagem, pensando a partir de estratégias para que os alunos possam compreender os próprios conceitos da disciplina, fazendo com que estes sejam capazes de perceber e identificar elementos sociais, físicos e culturais no espaço.

Assim, Cavalcanti (2013) entende que esse conhecimento construído pelo professor deve buscar referências a partir dos conhecimentos geográficos acadêmicos e didáticos, e a própria geografia escolar.

Assim, objetiva-se neste momento, compreender como as três professoras de geografia utilizam e compreendem o Currículo Mínimo (2012). Para isso, foram analisados questionários e fez-se a observação das aulas de alguns professores que participaram da pesquisa.

3.1 Contextualizando os sujeitos da pesquisa

A docência é atividade profissional que possui uma ação contínua e progressiva, na qual seu exercício envolve saberes específicos, pedagógicos e os construídos nos espaços da experiência. Ser professor vai além de “dar aulas”, segundo a autora, contribui para pensar o professor de geografia como uma atividade profissional, pois é uma profissão que possui um conjunto de funções que ultrapassam as paredes da sala de aula (VEIGA, 2008, p. 18-19).

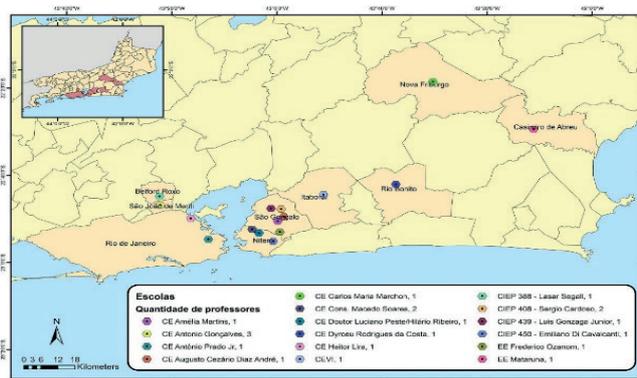
Assim, a autora defende a docência como uma atividade especializada, com características fundamentais e intransferíveis, necessitando de conhecimentos específicos para exercê-la.

O professor é um dos profissionais com a necessidade de se estar em constante atualização. No entanto, há condições que precisam ser garantidas ao professor para que ele consiga articular o seu trabalho com uma formação continuada. Essa articulação do estudo/trabalho potencializa o direito de uma valorização profissional pela própria função social do ser professor (VEIGA, 2008).

A fim de entender a prática pedagógica dos professores que participaram da pesquisa, é preciso conhecer quem são esses profissionais. Portanto, é importante saber sobre a área em que atuam, sua formação, tempo de profissão e a quantidade de aulas semanais. Para este trabalho, foi feito um recorte na pesquisa, visto que analisou-se trinta e quatro professores participantes.

Os professores desta pesquisa estão alocados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, exceto Nova Friburgo e Casimiro de Abreu, visto este estar localizado

numa área mais rural, e as outras escolas em áreas urbanas; como apresentado no mapa 1 a seguir:



MAPA 1: Quantidade de Professores por escola e por municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Evelyn Castro, 2016.

Assim, as observações das professoras participantes foram realizadas no CIEP 450 – Emiliano Di Cavalcanti, que fica no município de Niterói, no período do segundo semestre de 2016. No primeiro semestre de 2017, no CIEP 041 – Vital Brazil e, no segundo semestre deste mesmo ano, no CIEP 439 – Luiz Gonzaga Junior, ambos localizados no município de São Gonçalo.

Dessa forma, a pesquisa objetivou analisar a prática das professoras. Estas foram escolhidas de acordo com a disponibilidade e localização da bolsista. A observação se deu no CIEP 450 com a PRJ 1, CIEP 041 com a PRJ 15 e por último, no CIEP 439 com a PRJ 9.

Destarte, a PRJ 1 atua na rede estadual há 18 anos no Ensino Fundamental com uma carga horária de 16h semanais; a segunda professora (PRJ 15) possui 8 anos de profissão, atuando tanto na rede estadual quanto na rede privada no segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio, com uma carga horária de 30h semanais, por fim, a terceira professora (PRJ9), que está há 11 anos atuando nas redes municipal e estadual no segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio, com uma carga horária de 46h semanais.

Outra questão relevante é acerca da formação, a PRJ 1 e a PRJ 15 foram formadas pela UERJ-FFP e a PRJ9 pela UFF, esta com especialização em Educação Básica com ênfase em Ensino de Geografia na UERJ-FFP em 2016.

4 | A PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS PROFESSORAS DE GEOGRAFIA

Entende-se que as escolhas feitas pelo professor no processo de ensino e aprendizagem não são neutras, assim como as do currículo institucionalizado. O que diferencia as ações didáticas dos docentes e a forma como esse desenvolve e constrói o currículo na sala de aula tem relação com sua formação, assim como as

estratégias que este irá traçar na produção do conhecimento.

Com relação à primeira professora (PRJ 1), foi possível observar apenas cinco aulas, isto porque a bolsista enfrentou muita burocracia para ter autorização de frequentar a escola como estagiária, e, concomitantemente, os professores da rede estadual passaram por um longo período de greve, o que resultou na observação de poucas aulas já no fim do ano.

Esta professora demonstrou trabalhar ainda com uma geografia tradicional com base positivista (localização, observação e descrição). Suas aulas são planejadas a partir dos conteúdos exigidos no Currículo Mínimo (2012), isto é, ela buscou em livros de geografia, atividades que atendam às competências e habilidades para aplicar nas aulas e dar notas.

A professora justificou essa metodologia afirmando que devido ao longo período de greve, havia a necessidade de pontuar os alunos, de modo que pudesse entregar as notas do ano.

As atividades eram simples, descritivas e não exigia dos alunos um aprofundamento dos conteúdos de forma crítica e complexa, ou seja, eram exercícios de fixação.

Assim, pelas aulas observadas, nota-se que a professora que não reflete muito acerca de sua prática, usando fortemente elementos de uma pedagogia tradicional, aplicando conteúdos com caráter de memorização, atrelados a métodos avaliativos (provas), mesmo que o momento de observação se traduza como um acontecimento atípico.

Em sua resposta ao questionário, a PRJ1 afirma que “A geografia contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, é uma disciplina que oferece a oportunidade de pensar e entender como as relações humanas e o trabalho são capazes de modificar o espaço natural.” Apesar desta assertiva, as aulas da professora não expressam essa realidade, pois apresentam uma geografia com forte viés tecnicista.

A professora justifica o uso integral do Currículo Mínimo (2012), afirmando que são feitas avaliações que exigem que os alunos dominem conteúdos específicos. Todavia, para ela o currículo “É o conjunto de conteúdos a serem trabalhados na sala de aula”. Portanto, seu uso também se dá por entender que o currículo é uma grade de conteúdos que devem ser trabalhados de maneira integral.

A observação das aulas da PRJ 15 se deu durante um semestre (aproximadamente 13 semanas de aulas), o que possibilitou uma análise ampla das escolhas realizadas quanto às metodologias de aprendizagem. Logo nas primeiras aulas, foi possível perceber que existe uma dificuldade de planejamento quanto ao que é ministrado durante as aulas. Durante o semestre, observou-se as aulas do 6º, 7º e 9º anos e em todas as turmas os conteúdos eram vistos nos momentos anteriores de entrar em sala, pesquisados, sobretudo, nos livros didáticos.

As aulas eram baseadas principalmente na exposição dos conteúdos, no livro

didático e no Currículo Mínimo (2012). Sendo assim, a metodologia utilizada na maioria das vezes era a transmissão de forma tradicional e descritiva, conduzida por uma pedagogia tradicional, direcionada exclusivamente a partir dos conteúdos estabelecidos no documento. Não contribuindo para o desenvolvimento de um conhecimento crítico nas discussões geográficas.

Em seu relato, a professora justifica o uso do Currículo Mínimo (2012) por conta da obrigatoriedade e que esta orientação/direção vai haver independente do local onde o profissional vai atuar. A grande questão não é a obrigatoriedade do uso deste documento, mas sim como o professor pensa e faz a mediação do conhecimento.

Não é possível desconsiderar todos os problemas educacionais que fazem os professores decidirem por utilizar o mínimo proposto pelo currículo ou o livro didático. Todavia, é importante destacar que o professor é o profissional que possui a capacidade e o saber específico para planejar e pensar suas ações didáticas.

De acordo com Sacramento (2012), a aula se torna o momento em que o professor precisa desenvolver a articulação entre o aluno e o saber, a partir do seu trabalho consciente e por meio da interação entre os conhecimentos específicos e os pedagógicos que possam contribuir para a aprendizagem cognitiva do aluno.

O desenvolvimento da pesquisa no CIEP 439, como já escrito, teve início no segundo semestre de 2017, e a observação aconteceu em turmas de Ensino Médio (1º, 2º e 3º anos). Assim como as outras duas professoras, a PRJ9 utiliza o livro didático e o Currículo Mínimo (2012), entretanto, a forma como ela o utiliza difere das demais.

Apesar de relatar ter 14 turmas, a professora sempre aponta como fundamental o planejamento de suas atividades e, para isso, dedica um dia da semana. Ela, em sua prática, utiliza elementos mais da geografia crítica e diferentes recursos dos quais não são muito complicados, como trechos de depoimentos de donos de terra e integrantes do MST (2º ano), estes que não estavam no livro didático, construção de um mapa de relevo (1º ano) e mapeamento das usinas de produção de energia no Brasil e no mundo (3º ano).

Assim, ela sempre se atentou a desenvolver atividades com diferentes recursos didáticos independente do conteúdo. Encontrando-se sempre aberta a aprender e praticar. Esta professora é a que mais tentou desenvolver os conteúdos para além do Currículo Mínimo (2012) e do livro didático.

5 | CONCLUSÃO

Compreender a geografia que está sendo apresentada no currículo, é perceber que não se tem nada de efetivamente novo na proposta curricular do Estado do Rio de Janeiro, na disciplina de Geografia. O que se tem é uma forte relação com uma tendência pedagógica conservadora, tradicional e tecnicista, que molda os conteúdos,

conceitos e temas.

Nota-se que o principal interesse do Estado na elaboração do documento é produzir um conhecimento moldado e que se estrutura em uma lógica neoliberal, materializando no currículo uma sociedade capitalista através do domínio da educação e das disciplinas, como foi possível compreender na geografia.

A profissão docente possui características e identidade profissional própria, o professor precisa ser um profissional consciente de sua prática, pois sem a consciência, a disciplina escolar acaba perdendo a legitimidade e importância social.

A pesquisa se desenvolveu também no ambiente escolar, em que assistimos às aulas das professoras que responderam o questionário, para compreender que tipo de prática pedagógica e de geografia desenvolviam em sala. As professoras PRJ 1, PRJ 9 e PRJ 15 adotam o Currículo Mínimo (2012) como referência.

No entanto, fora identificado que as professoras PRJ1 e PRJ 15 conduzem a disciplina de forma mais tradicional, com o uso do livro didático e com exercícios que não buscam a emancipação dos alunos. Estes, portanto, são colocados mais como armazenadores do conhecimento do que como sujeitos da aprendizagem. A PRJ 9, apesar de também adotar o currículo e utilizar o livro didático, busca uma pedagogia mais reflexiva, aulas com diferentes situações de aprendizagem para que o aluno seja o sujeito do conhecimento. Mesmo encontrando dificuldades, é uma professora que possui engajamento com o processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma, questiona-se muito o professor transmissor de conteúdo que parte de um modelo técnico, pois o que se deseja do profissional é que ele consiga, a partir de sua prática, transformar o conhecimento científico naquele conhecimento a ser ensinado.

Contudo, o profissional docente precisa estar aberto a diferentes estratégias e mudanças, pois os alunos, que são os responsáveis pelo trabalho educativo, possuem desejos e são atraídos pelo novo e interessante. É fundamental aprender a ensinar geografia constantemente, renunciando aos modelos idealizados de escola e alunos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Repensando Ideologia e Currículo. In: MOREIRA, Antônio Flávia Barbosa. (org) **Currículo, cultura e sociedade**. 5ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2001. p.39-57.

AZEVEDO, Ana Carolina Figueiredo; SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos. O currículo mínimo de geografia e a discussão do modelo N-H-E dentro das habilidades e competências. In: XIII Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia. Belo Horizonte: **Anais...**, 2017, pp. 2525-2537.

CARDOSO, Micheli da Cruz; HORA, Dayse Martins. Competências e habilidade: alguns desafios para a formação de professores. In: XI Jornada do HISTEDBR: A Pedagogia Histórico-Crítica, a Educação Brasileira e os desafios de sua instituição, Cascável-PR. **Anais...** 2013, pp. 1-16.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação.** In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Orgs.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas: Alínea, 2005. pp. 15-58. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Documents/Mestrado/Teorias-Pedagogicas-modernas-Libaneo.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2019

LOPES, Aline Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LUDKE, Hermengarda; ANDRÉ, Marli Eliza Damásio Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2ª ed. São Paulo: EPU, 2013.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA, Yan Marllon da. **O papel do currículo no atual contexto neoliberal: uma análise do currículo mínimo de geografia e dos seus conceitos de região, território e paisagem.** 2016. 133 f. Monografia (graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos. **A consciência e a mediação: um estudo sobre as didáticas contemporâneas dos professores de geografia da rede pública de São Paulo e do Rio de Janeiro.** São Paulo: Tese de doutorado, FFLCH-DGEO-USP, 2012.

SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos. O papel dos professores na escola pública enquanto mediador: algumas reflexões. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais...**, pp. 1-12, 2014.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: **Currículo Mínimo 2012.** 2012. Disponível em <http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/curriculo_aberto.asp>. Acessado em: 28/05/2017.

SILVA, Suzana Campos. **O Ensino de Geografia no contexto das Políticas Públicas Educacionais: uma análise das Avaliações Externas, do Currículo Mínimo e dos Professores de Rio Bonito – RJ.** 234f. Dissertação (Mestrado em Humanidades). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

VEIGA, Ilma Passos. A. Docência como atividade Profissional. 1ª ed. In: Ilma Passos Alencastro Veiga; Cristina D'Avilla. **Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas.** Campinas -SP: Papirus, v. 01, 2008, pp. 13-21.

VERDUM, Priscila. Prática Pedagógica: o que é? O que envolve? **Revista Educação por Escrito – PUCRS**, v.4, n.1, pp. 91-105, jul. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Home/Documents/Textos/o%20que%20%C3%A9%20a%20pr%C3%A1tica%20pedag%C3%B3gica.pdf>>. Acesso em 09 de abr. 2019.

MINHA CASA... E A VIDA? OS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

Rayssa Bernardino de Lacerda

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da UFPB
João Pessoa- Paraíba

Maria de Lourdes Soares

Professora do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da UFPB
João Pessoa- Paraíba

RESUMO: Em um contexto de extrema ofensiva neoliberal que tem imposto vários desafios a política de habitação de interesse social em todo o país, faz-se necessário investigar como se tem dado a sua implementação na cidade de João Pessoa-PB. O presente estudo consiste, dessa forma, em uma pesquisa de campo sobre a política habitacional na capital paraibana, que tem como objetivo analisar a efetivação do direito à cidade e à moradia digna através do Programa Minha Casa Minha Vida para as famílias de baixa renda, segundo a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos. A pesquisa de campo foi realizada nos quatro conjuntos habitacionais mais bem equipados com os serviços e equipamentos públicos de saúde, educação e transporte público, com a aplicação de formulários com os beneficiários originais. Como resultado, o estudo afirmou a hipótese da pesquisa, ao identificar a carência de serviços e equipamentos públicos nos entornos dos

conjuntos habitacionais pesquisados na cidade de João Pessoa, evidenciando o paradoxo e as contradições entre as várias legislações vigentes que afirmam o direito à cidade e à moradia digna, e o que vem sendo efetivado pelo Programa.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Minha Casa Minha Vida, Direito à cidade, Direito à moradia digna, Serviços e Equipamentos Públicos.

MY HOME ... AND LIFE? THE PUBLIC SERVICES AND EQUIPMENT IN THE ROOM SETS OF MY HOUSE PROGRAM MY LIFE IN THE CITY OF JOÃO PESSOA-PB

ABSTRACT: In a context of extreme neoliberal offensive that has imposed several challenges to housing policy of social interest throughout the country, it is necessary to investigate how it has been given its implementation in the city of João Pessoa-PB. The present study consists of a field research on housing policy in the capital of Paraíba, which aims to analyze the realization of the right to the city and decent housing through the Programa Minha Casa Minha Vida for low income families, according to the availability of public services and equipment. Field research was carried out in the four most well-equipped housing complexes with public health, education and public transportation services and facilities, with the application of

forms with the original beneficiaries. As a result, the study asserted the hypothesis of the research, identifying the lack of public services and equipment in the environments of the housing complexes surveyed in the city of João Pessoa, highlighting the paradox and contradictions between the various existing legislations that affirm the right to the city and to decent housing, and what has been made effective by the Program.

KEYWORDS: Programa Minha Casa Minha Vida, Right to the City, Right to decent housing, Public Services and Equipment.

INTRODUÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é o programa carro-chefe da política de habitação, e ao longo dos anos passou a ser visto como única solução para o problema habitacional do país, recebendo volumosos recursos do Governo Federal para a construção de moradias. Em razão disso, é de extrema importância que o maior programa habitacional do país garanta o direito à cidade e à moradia digna.

O direito à moradia digna é um direito humano básico, que vai além do mero fornecimento de uma unidade habitacional. Ele diz respeito a um conjunto de condições que devem ser asseguradas para que haja um morar adequado, como a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos.

Segundo a Portaria nº 518 de 8 de novembro de 2013 do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes para aquisição de unidades habitacionais, “consideram-se equipamentos públicos aqueles voltados à educação, saúde e demais complementares à habitação, tais como assistência social, segurança e outros a critério da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades” (BRASIL, 2013).

Os equipamentos e serviços públicos são bens de utilidade pública indispensáveis ao bom funcionamento da cidade, pois a existência destes é considerada como um fator importante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico.

Contudo, o que se percebe com relação ao PMCMV é que com a predominância da inserção periférica dos conjuntos habitacionais, distantes da malha urbana consolidada, o acesso aos serviços e equipamentos públicos tornou-se mais difícil para as famílias contempladas pelo programa. Dessa forma, um programa habitacional que deveria estar comprometido com a efetivação do direito à moradia digna, termina muitas vezes por reproduzir um morar precário.

A presente pesquisa trata-se da continuação, aprofundamento da pesquisa iniciada na graduação em Serviço Social sobre o estudo da política de habitação, através do Programa “Minha Casa Minha Vida”, para as famílias de baixa renda, segundo a problemática da disponibilidade de serviços e equipamentos públicos nos conjuntos habitacionais construídos.

Durante a graduação, tive a rica experiência de estagiar na Secretaria Municipal de Habitação (SEM HAB) de João Pessoa-PB, onde foi possível observar como se dava a implementação da política de habitação através do PMCMV na cidade. Nesse período me chamou atenção as grandes dificuldades de vida enfrentadas pelas famílias contempladas pelo programa, devido à dificuldade de acesso a equipamentos e serviços públicos nos entornos dos conjuntos habitacionais.

Por isso, ainda na graduação, realizei uma pesquisa inicial de caráter bibliográfico sobre o PMCMV, para analisar como se dava a implementação do direito à moradia digna pelo programa, principalmente com relação a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos.

A trajetória desta investigação me levou ao desejo de pesquisar de forma empírica como se tem dado a implementação do programa na cidade de João Pessoa-PB, com o objetivo de analisar a efetivação do direito à cidade e à moradia digna através do PMCMV na cidade de João Pessoa, para as famílias de baixa renda, segundo a disponibilidade de serviços e equipamentos sociais.

A natureza da pesquisa é quanti-qualitativa, por haver nela a interpretação de fenômenos e a atribuição de significados (Minayo, 2001), sendo, contudo, complementada pela dimensão quantitativa.

Tendo em vista a problemática exposta da disponibilidade de serviços e equipamento públicos nos conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV, tentou-se resolver essa questão empregando diferentes técnicas de pesquisa, como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica forneceu o embasamento necessário para a compreensão do processo de produção da habitação de interesse social, do ponto de vista teórico e histórico, tanto no nível nacional como municipal, possibilitando assim um maior conhecimento do objeto estudado. A pesquisa documental contribuiu para a caracterização quantitativa e qualitativa dos conjuntos produzidos pelo programa, através das fontes documentais coletadas na SEM HAB.

A pesquisa de campo possibilitou averiguar como o programa vem se desenvolvendo na prática. Ela foi fundamentada com a realização de aplicação de formulários com alguns beneficiários contemplados pelo programa na cidade.

A pesquisa foi realizada no município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, situada na faixa litorânea e, atualmente, com 811.598 habitantes (IBGE). Nos conjuntos habitacionais construídos pelo programa a partir de 2006, ano em que a SEM HAB foi criada.

O universo da pesquisa consistiu nos oito conjuntos habitacionais que haviam sido construídos e entregues até o final do ano de 2017 pelo PMCMV, desde que a SEM HAB foi criada em João Pessoa. São eles os residenciais: Anayde Beiriz, Colinas de Gramame, Irmã Dulce, Jardim das Colinas, Jardim Veneza, Manacá, Nice Oliveira, Vieira Diniz A e Vieira Diniz B.

O tipo de amostra adotado foi intencional, e consistiu nos moradores que são

os beneficiários originais contemplados pelo programa que moram nos conjuntos habitacionais mais bem equipados com os serviços e equipamentos públicos de saúde, educação e transporte público, são eles os Residenciais Anayde Beiriz, Manacá, Jardim Veneza, Vieira Diniz A e B.

A escolha pelos conjuntos habitacionais mais bem equipados deu-se, em primeiro lugar, pela necessidade de delimitação do universo da pesquisa, visto ser impossível considerá-lo em sua totalidade, e em segundo lugar pelo fato de a partir deles poder ser possível conhecer uma realidade que pode ser aferida para os conjuntos habitacionais menos equipados.

Nesse sentido, pretendeu-se pesquisar junto aos beneficiários originais desses conjuntos habitacionais, como se tem dado a efetivação do direito à cidade e à moradia digna, no que diz respeito à disponibilidade de serviços e equipamentos públicos de educação, saúde e transporte.

Na atualidade, essa temática é bastante relevante em ser estudada, pois dela emerge a importante discussão sobre o direito à cidade e à moradia digna, essencial para um padrão de vida humano adequado. Além de tratar da implementação da política de habitação, responsável pela efetivação desse direito, através do PMCMV, programa carro chefe do Governo Federal na área habitacional.

Dessa forma, diante do desafio de aumentar o acesso das famílias a moradia digna, torna-se de fundamental importância o acompanhamento dos resultados do maior programa habitacional do país.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Em 2007, inicia a crise no mercado imobiliário dos Estados Unidos, conhecida como a “crise das hipotecas *subprime*”, que rapidamente se alastrou e arrastou o resto do mundo por uma rede financeira e comercial, gerando um grande colapso financeiro.

Em um contexto de crise e recessão econômica no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e, posteriormente no governo de Dilma Rousseff, a construção civil segundo Maricato (2015, p.36) “[...] foi um dos setores prioritários da política de crescimento econômico”, garantindo que o país não fosse tão afetado pela crise. É nesse período, portanto, que através de investimentos consideráveis em obras de infraestrutura e habitação, que se observa no país uma maior ação por parte do governo para a construção de uma política habitacional mais relevante.

Mostrando assim, o importante papel da cadeia da construção civil para o desenvolvimento econômico e social. Por ser um ramo muito lucrativo para o capital, este tem sido frequentemente ativado mediante estímulos e subsídios através do fundo público para dinamizar a economia, visto que, constitui um dos responsáveis pela ampliação dos postos de trabalho e pela redução do índice de desemprego, além de atender as demandas postas pelo crescimento demográfico e pelo grande déficit

habitacional acumulado ao longo do tempo, devido à ausência de políticas públicas.

Nesse contexto, em 7 de julho de 2009 é promulgada a Lei 11.997 que cria o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que no seu art. 1º afirma ter como finalidade a produção de moradias para as famílias de baixa renda,

Art.1º O Programa Minha Casa, Minha Vida- PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 [...] (BRASIL, 2009).

Surge assim, o PMCMV, desenhado pela Casa Civil em parceria com os maiores empresários do setor, e como uma iniciativa do Governo Federal que ofereceu condições para o financiamento de moradias nas áreas urbanas, com o objetivo de amenizar os efeitos da crise e diminuir o déficit habitacional brasileiro que em 2009 era estimado em 5.998 milhões de moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012).

O programa priorizou famílias com renda de até três salários mínimos, embora também atendesse famílias com renda de até dez salários mínimos, o que representou um avanço para a política de habitação social, visto que, os programas anteriores de habitação, como o BNH, deixaram de fora os segmentos de menor renda. E dessa forma, apesar de ter sido criado como uma medida anticíclica para enfrentamento da crise econômica, o PMCMV se constituiu como uma grande política social para atender as famílias de baixa renda, que o mercado por si só não alcançava.

O programa passou a concentrar boa parte dos recursos voltados para a área habitacional, e com o quantitativo de casas construídas e a avaliação positiva do programa por parte do governo e da opinião pública, o PMCMV se enraizou na política urbana em nível nacional, tornando-se programa carro chefe da política habitacional no Governo Dilma (2011-2016).

Na segunda fase do programa que se inicia em 2011, uma das maiores preocupações foi garantir uma moradia digna, com infraestrutura e equipamentos sociais, como afirma Magalhães (2011, p.12) “[...] uma grande preocupação em relação ao Minha Casa Minha Vida 2, foi além de garantir um teto, assegurou o acesso aos serviços de saúde, educação e outros necessários para a população”.

Assim sendo, segundo Magalhães, as principais alterações do PMCMV2 em relação ao 1 estão, em primeiro lugar no tocante as questões de desenvolvimento sustentável, na percepção da necessidade de uma maior prestação de serviços públicos. Passando, então, a ser necessária uma maior articulação do Ministério das Cidades com outros ministérios para os mesmos atuarem de forma mais integrada para garantir os equipamentos sociais básicos para os novos contemplados (MAGALHÃES,2011).

Apesar dos resultados quantitativos alcançados e dos avanços qualitativos na concepção de desenvolvimento urbano integrado com a criação do Ministério das Cidades e de instrumentos como a PNH, o SNHIS e o FNHIS, com o passar do

tempo foi possível perceber uma série de limitações do Programa Minha Casa Minha Vida que repetiram erros semelhantes aos cometidos pelo BNH. Vários estudos realizados têm demonstrado a produção e reprodução dos cenários urbanos e dos efeitos socioespaciais deixados pelo BNH, marcados pela segregação socioterritorial e precariedade urbana.

O PMCMV apresenta problemáticas estruturais que tem causado impactos profundos nas cidades e na vida das famílias beneficiárias. Seguindo as normas e condições mínimas estabelecidas, as construtoras escolhem os terrenos mais baratos e ampliam a escala e padronização dos projetos em busca de maior rentabilidade.

Sem levar em consideração a legislação urbanística na definição das áreas para construção, o programa vem reforçando a histórica lógica da segregação espacial das famílias de baixa renda, com a construção de conjuntos habitacionais da faixa 1 em regiões periféricas, onde o preço da terra é mais barato devido ausência de urbanidade.

A homogeneidade no uso residencial desses espaços traz efeitos nefastos para os seus beneficiários, visto que famílias de menor renda são levadas a morar em regiões distantes dos empregos, comércios, serviços e equipamentos públicos, recaindo sobre os mesmos o ônus com o deslocamento diário com o custo do transporte, o tempo gasto e o desgaste físico no trajeto.

As localizações periféricas impactam no acesso aos serviços e equipamentos públicos, que são bens de utilidade pública indispensáveis ao bom funcionamento da cidade, pois a existência destes é considerada como um fator importante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico.

Por essa razão, o acesso da população a eles está previsto nas diretrizes da Política Nacional de Habitação que entende a “[...] moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais” (BRASIL, 2004, p. 30).

Contudo, uma das maiores críticas feitas ao Programa Minha Casa Minha Vida é a produção de uma cidade incompleta, resultado da inserção urbana dos conjuntos nas periferias, em terrenos distantes da cidade completamente desprovidos dos serviços e equipamentos públicos necessários para a garantia do direito à cidade e a uma moradia digna.

Á vista disso, a produção de moradias populares para além dos limites da cidade vem trazendo sérios prejuízos para os moradores, pois para além do aumento dos custos com mobilidade, encarecem a extensão das infraestruturas urbanas mais deficitária nos lugares mais distantes. Soma-se ainda a essas questões o congestionamento das vias, as deficiências dos transportes coletivos, a poluição do ar e as mudanças climáticas, advindas do aumento do uso dos transportes que utilizam combustíveis fósseis.

Dessa forma, a dissociação entre as políticas urbanas e habitacionais e a

primazia da construção civil foram determinantes nas precárias inserções urbanas dos conjuntos habitacionais construídos para as famílias de baixa renda. Sendo esta problemática uma das maiores marcas do programa e uma das principais críticas feitas ao mesmo.

O PMCMV NA CIDADE DE JOÃO PESSOA E A DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

A criação do PMCMV em 2009, no segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, intensifica o processo de crescimento da mancha urbana de João Pessoa, com a construção de vários conjuntos habitacionais nas regiões periféricas da cidade. De acordo com Santos (2018, p.8), segundo dados disponibilizados pela CAIXA “[...] a cidade de João Pessoa teve, desde o início do PMCMV, mais de 10 mil contratações para construções de habitações na Faixa I [...]”, sendo a localização destes, predominantemente, na zona sul-sudeste da cidade.

Na capital paraibana a articulação entre o mercado imobiliário, capitais financeiros e proprietários fundiários - capitais ligados à produção do espaço construído-, tomaram o controle da cidade, e decidiram como João Pessoa iria ser.

E dessa forma, a cidade vem sendo construída não segundo os interesses do coletivo, mas segundo os interesses do capital. E por essa razão, na atualidade a política de habitação de interesse social permanece seguido a histórica lógica da inserção urbana periférica das habitações, o que impacta na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa.

A disponibilidade de serviços e equipamentos públicos no entorno da moradia se constituem como elementos essenciais para o estabelecimento de uma moradia digna e para a efetivação do direito à cidade. Portanto, tomando como base a efetivação do direito à cidade e a moradia digna na cidade de João Pessoa através do PMCMV, a seguir serão descritos os resultados da pesquisa sobre a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos de saúde, educação e transporte nos conjuntos habitacionais do Manacá, Anayde Beiriz, Jardim Veneza e Vieira Diniz.

O Residencial Manacá foi entregue no final do ano de 2011 com 244 unidades habitacionais, ele foi o primeiro conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida entregue na Paraíba. Localizado no bairro de Paratibe, zona sul da capital, a uma distância de aproximadamente 22 km do centro da cidade, o conjunto habitacional encontra-se numa área considerada periférica de João Pessoa. Neste residencial foram entrevistadas 28 famílias.

O Residencial Anayde Beiriz foi entregue no ano de 2012, com 584 unidades habitacionais. Localizado na Avenida das Industrias, no Bairro das Industrias, zona oeste da cidade, o residencial foi construído em um distrito industrial, área reservada a instalações de industrias e fábricas, assim como locais de armazenamento e distribuição da cidade. O conjunto se encontra a aproximadamente 22,6 km do centro

da cidade, e nele foram entrevistadas 60 famílias.

O Residencial Jardim Veneza foi entregue no início de ano de 2013, com 576 unidades habitacionais no bairro, no qual leva o nome, Jardim Veneza, que fica localizado na zona oeste da cidade. O conjunto habitacional encontra-se a uma distância de aproximadamente 11,1 km do centro da cidade, e nele foram entrevistadas 59 famílias.

O Residencial Vieira Diniz foi completamente entregue no ano de 2017, construído em dois blocos A e B, com 992 unidade habitacionais ao todo. Localizado no bairro Jardim Veneza, o residencial foi erigido em um terreno adjacente ao Jardim Veneza, outro residencial do PMCMV. Assim como o Jardim Veneza, o conjunto se encontra a aproximadamente 11,1km do centro da cidade, e nele foram entrevistadas 20 famílias.

A pesquisa realizada nos quatro conjuntos habitacionais da capital de João Pessoa a respeito dos serviços e equipamentos públicos de educação (da creche ao ensino médio), saúde (da atenção básica a níveis de maior complexidade) e transporte, demonstrou que um número considerável de famílias é chefiado por mulheres. E que a renda da maioria das famílias pesquisadas consistia em um salário mínimo, havendo ainda um número considerável de famílias que viviam numa situação ainda mais precária, com uma renda de menos de um salário mínimo, caracterizando-se assim, como famílias de baixa renda.

Os residenciais pesquisados encontram-se na zona sul e oeste da cidade, em áreas consideradas periféricas da capital, o que tem impactado na oferta de serviços e equipamentos públicos e no acesso àquilo que a cidade tem a oferecer. Devido a construção dos conjuntos em áreas periféricas da cidade, em todos os residenciais visitados os moradores avaliaram de forma negativa a localização dos conjuntos com relação ao centro da cidade e aos locais de trabalho. Para os moradores contemplados pelo PMCMV, as áreas onde se encontram as maiores taxas de oportunidade de trabalho e diversidade de serviços ficaram mais distantes, devido ao fato das mesmas se encontrarem distantes das origens e dos destinos, das oportunidades de trabalho e das diversidades dos serviços em geral. Assim, trazendo maiores custo para essas famílias que tem baixa renda e dependem dos transportes públicos para a sua locomoção na cidade. Embora nos residenciais os pesquisados tenham indicado a facilidade de acesso a pontos de ônibus, contudo, residem em áreas em que os serviços de transportes são de péssima qualidade: são caros, velhos, demoram e não possuem serviços conjugados, logo, demandam maior custo, tempo e energia para a locomoção, aumentando a necessidade do transporte público coletivo para as famílias.

Chamando a atenção o alto grau de insatisfação dos moradores e a avaliação negativa realizada pelos mesmos nos quatro residenciais pesquisados com relação ao serviço de transporte público, devido a fatores como a dificuldade de acesso a diferentes destinos da cidade, oferecidos pelas poucas linhas disponíveis nos entornos

dos conjuntos, o que impacta na conexão do residencial com o restante da cidade. Soma-se a isso a condição precária dos ônibus e a frota pequena para atender toda a demanda das regiões onde estão inseridos os residenciais.

Dessa forma, percebe-se que para essas famílias o direito à cidade e a moradia digna é impactado por causa da localização periférica dos conjuntos e da dificuldade de acesso a mobilidade urbana, pois como afirma o Caderno 1 de Análise de Custos Referenciais do Ministério das Cidades “Geralmente, quanto mais distante da área urbana consolidada o empreendimento habitacional está, maior é a necessidade de readequação do conjunto de linhas de ônibus existente” (BRASIL, 2017, p.35).

A não readequação das linhas de ônibus nas áreas aonde foram construídos os conjuntos habitacionais leva a negação do direito a mobilidade urbana, um direito social constitucional, fundamental para a garantia do acesso à vida urbana.

No tocante a educação, com exceção do Residencial Vieira Diniz onde esse serviço foi bem avaliado, nos demais residenciais a avaliação com relação ao acesso a esse serviço e equipamento público foi negativa. Em todos os conjuntos foi encontrado pelo menos uma escola de ensino fundamental próximo, contudo, os moradores relataram que nessas escolas as vagas eram insuficientes para atender a toda a demanda, e por essa razão algumas crianças precisaram ser matriculadas em escolas em outros bairros.

Além disso, com exceção do Residencial Manacá que possui uma creche próximo, no entorno dos demais residenciais pesquisados não existem creches ou escolas de ensino médio. A falta desses equipamentos faz com que essas famílias precisem ser deslocar para outros bairros, o que impõe as mesmas um maior custo com deslocamento. As creches são equipamentos públicos de vital importância para as famílias de baixa renda, principalmente aquelas que são chefiadas por mulheres, que precisam desse serviço para poderem trabalhar e sustentar a sua família.

Com relação a saúde, apesar de todos os conjuntos possuírem um posto de saúde próximo, a avaliação também foi negativa – com exceção do Residencial Vieira Diniz -, por causa da dificuldade de acesso a serviços básicos. Segundo os entrevistados os postos de saúde não possuíam capacidade para atender a toda a demanda das regiões aonde estão inseridos, além dos relatos dos serviços precários oferecidos pelas unidades, que eram marcados pela falta de médicos, medicamentos e na demora para a realização de exames.

Além dos serviços e equipamentos públicos pesquisados, os moradores afirmaram sentir falta de segurança, maiores ofertas no comércio das regiões próximas aos conjuntos e equipamentos de lazer. E quando perguntados o que gostariam que mudasse no futuro nos residenciais, os moradores relataram que desejavam que fossem feitos investimentos para uma melhoria na oferta de serviços e equipamentos públicos de saúde, educação, transporte, segurança, lazer e comércio.

Nos quatro conjuntos habitacionais pesquisados, os moradores afirmaram que em comparação com a atual moradia, era melhor o acesso a esses serviços

e equipamento públicos no antigo bairro de origem. Dessa forma, percebe-se que essas famílias de baixa renda saem de áreas mais centrais e urbanizadas da cidade, para viver em áreas carentes de inúmeros bens necessários para a sua reprodução e mínima qualidade de vida urbana.

Portanto, a partir dos resultados da pesquisa percebe-se que a produção do PMCMV na cidade de João Pessoa, apesar de apresentar avanços com relação a infraestrutura básica (pavimentação, rede de esgoto, fornecimento de água e energia), apresenta problemas com relação ao acesso aos serviços e equipamentos públicos.

Assim como em todo o país, o padrão de localização dos conjuntos habitacionais na capital em periferias subequipadas, distantes do tecido urbano consolidado, contribui para a negação do direito à cidade e a moradia digna.

O direito à moradia digna encontra-se inserido num amplo contexto, e para a sua real efetivação é necessário a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos. Tal elemento deve nortear a implementação do PMCMV na cidade de João Pessoa, visto que são fundamentais para o bem-estar da população e o funcionamento da cidade. A carência ou insuficiência destes afeta a qualidade de vida na cidade, por isso as ações do PMCMV e do governo municipal devem respeitar esse importante elemento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação do PMCMV durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, num contexto de crise e recessão econômica, e grande déficit habitacional que o país vivia em 2008, a construção de moradias foi utilizada como um ativo financeiro. Dessa forma, o Programa Minha Casa Minha Vida foi criado, com um desenho fortemente fundado na participação do setor privado, retomando a política habitacional com o objetivo de construir moradias para dinamizar a economia.

Desse modo, a prevalência da lógica financeira na implementação do Programa fez com que as construtoras se tornassem o principal agente da política habitacional, o que resultou na predominante construção dos conjuntos em regiões periféricas da cidade, onde os terrenos são mais baratos devido à ausência ou precariedade de infraestrutura urbana e de serviços e equipamentos públicos. Portanto, percebe-se que assim como o BNH, o PMCMV contribui para o padrão periférico de desenvolvimento urbano, com densidade populacional, infraestrutura e serviços precários.

Com o PMCMV é intensificado o modelo de desenvolvimento urbano periférico na capital, com a construção predominante de conjuntos habitacionais na região sul-sudeste da cidade.

Apesar das exigências estabelecidas pelo programa referentes a localização dos conjuntos e a observação de parâmetros mínimos de atendimento por infraestrutura e serviços, o direito à cidade mostra-se negado quando se analisa a localização dos empreendimentos e a falta de intersectorialidade do Programa, que resulta na ausência

ou insuficiência de serviços e equipamentos públicos.

Contudo, apesar do estabelecido pela política, pelos acordos internacionais e pela legislação nacional sobre o direito à moradia digna, os resultados da pesquisa de campo na cidade de João Pessoa demonstram que a inserção periférica dos conjuntos afeta diretamente na disponibilidade de serviços e equipamentos públicos, o que interfere na qualidade de vida das famílias contempladas pelo Programa.

Nos quatro residenciais pesquisados, a maioria dos moradores afirmaram ter dificuldades de acesso aos serviços e equipamentos de saúde, educação e transporte no entorno do conjunto, precisando muitas vezes recorrerem a outros bairros para conseguirem ter acesso a esses serviços. A localização dos residenciais pesquisados dificultou o acesso dos moradores aos meios de sobrevivência/trabalho e àquilo que a cidade tem a oferecer, predominando entre os entrevistados a avaliação de que com a mudança da moradia anterior para a atual, houve a piora no acesso ao comércio, aos locais de trabalho e aos serviços e equipamentos públicos.

No tocante ao direito à cidade, com as ações do Programa, passa haver um déficit não de casas, mas de cidade, de urbanidade, que contribuem para novas formas de exclusão e segregação dos mais pobres, que os impedem de usufruir daquilo que a cidade tem a oferecer.

Portanto, afirma-se a hipótese formulada neste estudo sobre a problemática da disponibilidade de serviços e equipamentos públicos nos entornos dos conjuntos habitacionais do PMCMV na cidade de João Pessoa-PB.

REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. IN: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs). *Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Lei n. 11.977 de 7 de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida– PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

_____. Ministério Das Cidades. *Caderno 1 Análise de Custos Referenciais: qualificação da inserção urbana*. Brasília, 2017.

_____. Ministério das Cidades. *Política Nacional de Habitação*. Brasília, 2004.

_____. Ministério das Cidades. *Portaria nº 518 de 8 de novembro de 2013*. Dá nova redação à Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição, requalificação e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de conta no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Gabinete do Ministro, Brasília, DF, nov. 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Governo amplia limites de faixa de renda do Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/noticias/governo-amplia-limites-de-faixa-de-renda-do-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil 2009*. Belo Horizonte, 2012.

IBGE. *João Pessoa*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.

MAGALHÃES, Inês. 'Importante é o programa continuar', diz secretária de Habitação sobre Minha Casa Minha Vida 3: depoimento. [30 de março, 2011]. Brasília: *Blog do Planalto*. Disponível em: < <http://blog.planalto.gov.br/assunto/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINAYO, M. C. de S. *Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social*. IN: _____. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROLNIK, Raquel et al. *Inserção Urbana no PMCMV e a Efetivação do Direito a Moradia Adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo*. IN: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs). *Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, Eliane Campos dos. *A Dinâmica da Expansão Urbana e o Programa Minha Casa Minha Vida em João Pessoa-PB: processos e agentes na produção da cidade*. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 19., 2018. *Anais...* João Pessoa, 2018.

INADAPTAÇÕES NA FRONTEIRA DA INFORMALIDADE: FAVELAS E CONJUNTOS

Tales Lobosco

UFMG, Escola de Arquitetura
Belo Horizonte, MG

* Este artigo foi originalmente publicado no IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia “Inovação e Responsabilidade”.

RESUMO: A favela não deve ser entendida apenas como um núcleo de concentração da pobreza urbana, seu modo de produzir o espaço, baseado em determinações e condicionantes localmente elaboradas, flexibilizando o padrão formal de modo a possibilitar e maximizar suas possibilidades de existência no espaço urbano da cidade. Esta condição define um espaço com práticas e representações espaciais específicas que são frequentemente ignoradas nos processos de urbanização desenvolvidos nas favelas brasileiras. O que defendemos neste artigo é que esta inobservância é, em grande parte, responsável pela inadaptação entre as propostas elaboradas e as práticas urbanas destas populações, situação que provoca, em última instância, resultados desafortunados nestas intervenções.

PALAVRAS-CHAVE: Favela; Produção do Espaço; Modernidade; Urbanização.

**MISADAPTATIONS AT THE BORDER OF
INFORMALITY: SLUMS AND SETTLEMENTS**

ABSTRACT: The slums should not be taken as just an issue of urban poverty concentration. Their particular way of producing its space, based on locally defined parameters and determinations improves the flexibilization of formal patterns, allowing and maximizing their possibility and conditions of existence on the urban space. This situation determines a kind of space, with specific spatial practices and representations which has been systematically ignored on the urbanization processes developed on Brazilian slums. This article states that the inobservance of these particularities has great responsibility on the inadaptation between the urbanistic proposals and the expectations of those dwellers. Reason of the frequent disappointing results achieved on these interventions.

KEYWORDS: Slums; Production of space; Modernity; Urbanization.

Este trabalho se propõe a pensar a urbanização da favela se afastando da interpretação habitual baseada em um núcleo de pobreza urbana que se distingue da cidade por sua precariedade econômica e social. O esforço que empreendemos se faz no sentido de tentar compreender sua lógica específica, nos aproximando de uma estrutura que não deve ser entendida como uma simples

imitação, deficiente e imperfeita, da cidade e nem assumida como partilhando, sem questionamentos, das características e valores simbólicos desta.

É esta fissura, e não a precariedade econômica e estrutural, que produz as maiores tensões e, deste modo, condena ao fracasso grande parte das tentativas de intervenção urbanas neste universo.

Não pretendemos afirmar a dissociação destes fatores, mas sim que a condição de precariedade econômica e a segregação social definiram um padrão de habitação na cidade que permitiu o desenvolvimento de um modo característico de representar, praticar e produzir o espaço, no qual a favela se estabeleceria como possibilidade habitacional organizada na informalidade e marcada pela flexibilidade, que lhe é, ao mesmo tempo, característica e necessidade.

As pesquisas, realizadas nas favelas Santa Marta e Babilônia, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro-RJ e na área de Novos Alagados, no Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA, nos permitiram compreender, através da leitura das práticas cotidianas de produção do espaço empreendidas por seus moradores, como o espaço urbano e social das favelas é produzido e transformado. As táticas e práticas urbanas inicialmente, postas em prática para superar uma inserção deficiente na estrutura urbana e amenizar a precariedade socioeconômica, ao se reproduzirem continuamente estruturaram o padrão local de produção espacial baseado em regras tácitas e específicas que permitem a existência de um espaço mais adaptado às condições de informalidade urbana, jurídica e econômica.

Neste movimento, geraram um espaço que possui valores simbólicos, padrões construtivos e econômicos que se distanciam a tal ponto da estrutura difundida no espaço urbano formal que chegam a alterar a relação de “descontextualização” que a modernidade trouxe para nossas cidades, marcada através de uma situação de “desencaixe” (GIDDENS, 1991).

Neste trabalho buscaremos analisar as condições que promovem as inadaptações, percebidas entre os projetos urbanísticos estatais e a realidade das práticas urbanas e percepção espaciais de tais locais. Tais situações são, em grande parte, expressas pela condição de “reencaixe” (LOBOSCO, 2011) existente nas ocupações informais que dificulta a aceitação, ou transforma o padrão de aceitação, das interferências produzidas por projetos urbanísticos baseados na construção de unidades habitacionais convencionais.

1 | O PROCESSO DE “DESENCAIXE” NAS ESTRUTURAS URBANAS FORMAIS

Em meio às condições de instabilidade e dinamismo que a modernidade proporcionou, na qual, os principais aspectos da vida cotidiana precisam articular práticas locais que se conectam de maneira direta a relações sociais globalizadas, a condição de descontextualização expressa esta relação onde espaços de convivências

e integração, tanto materiais como simbólicos, não se reduzam ao aqui e agora: “ao mesmo tempo que confere maior margem de escolhas, maior flexibilidade nas relações, mais referências identitárias, acrescenta simultaneamente, mais insegurança, mais riscos e mais responsabilidade” (SETTON, 2002, p.68). Os mecanismos de desencaixe seriam capazes de retirar a atividade social de seu contexto localizado de interação, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais. Desta forma, Giddens (1991) descreve dois tipos de mecanismos responsáveis pela produção dos desencaixes intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas: a criação de fichas simbólicas e o desenvolvimento de sistemas peritos. “Ambos os tipos de mecanismo de desencaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam” (GIDDENS, 1991, p.36).

Segundo Giddens, fichas simbólicas são os meios de intercâmbio “que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (1991, p.30). Entre os meios de “comunicação circulante” podemos listar o poder e a linguagem (PARSONS 1991 e LUHMANN 1979), ainda que estes não sejam tão significativos quanto o dinheiro, por sua enorme eficiência na produção de desencaixes. Capaz de substituir o conteúdo dos bens e serviços por um padrão impessoal que permite que se troque “qualquer coisa por qualquer coisa”, o dinheiro produz um meio de troca que conecta bens e pessoas sem quaisquer qualidades substantivas em comum e permite, por ser capaz de conectar crédito e dívida, a elaboração de transações desconectadas, efetuadas entre agentes separados no tempo e no espaço (GIDDENS, 1991).

Esta relação assume um aspecto ainda mais acentuado com o processo de “desmaterialização” do dinheiro, que se torna independente dos meios pelos quais ele é representado, permitindo que tome a forma de pura informação expressa por um computador (GIDDENS, 1991), assim como por sua sublimação através das diversas formas de mecanismos financeiros, de investimento e crédito.

As relações econômicas dependem de uma sólida estrutura de confiança, entretanto, no estabelecimento das fichas simbólicas esta relação explicita sua condição “desencaixada”, pois não é mais nas pessoas, com as quais as transações específicas são efetuadas, que se deposita a confiança, mas no dinheiro em si: “qualquer um que use fichas monetárias o faz na presunção de que outros, os quais ele ou ela nunca conhece, honrem seu valor” (GIDDENS, 1991, p.34).

O dinheiro, pode-se dizer, é um meio de retardar o tempo e assim separar as transações de um local particular de troca. Posto com mais acurácia, nos termos anteriormente introduzidos, o dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espaço. O dinheiro possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço (GIDDENS, 1991, p.27).

Da mesma forma, quem deposita sua confiança nos sistemas peritos - como é

chamado por Giddens o conjunto de práticas e conhecimentos específicos, elaborados nas áreas de especialização profissional, como a engenharia, medicina ou economia - em que esteja envolvido, não o faz em relação específica aos profissionais responsáveis, mas sim através da certificação do conhecimento que eles aplicam. Assim, ainda que não conheça os profissionais envolvidos no projeto ou construção de uma estrutura arquitetônica, ou sequer os processos e parâmetros, segundo os quais, elas foram elaboradas e construídas, confiamos na estabilidade dos prédios, nos quais passamos grande parte de nossas vidas, pela legitimação e respeito que a sociedade confere à estrutura de validação e do conhecimento específico. Esta confiança, nos sistemas peritos se pauta na aceitação de parâmetros completamente opacos à maior parcela da população, assim, o desencaixe promovido pelos sistemas peritos e pelas fichas simbólicas acontece ao se remover as relações sociais das imediações de contexto: “A conduta passa a ser baseada em conhecimentos com origem em discussões das quais os sujeitos não participam e nem teriam condições de participar” (SETTON, 2002, p.67).

2 | TENSÃO NA ESTRUTURA “REENCAIXADA” DAS FAVELAS

Estes movimentos, entretanto, parecem experimentar uma situação distinta nas favelas, onde sua capacidade de difusão esbarra nas particularidades deste espaço. Podemos constatar ali que a organização alternativa da estrutura socioespacial foi capaz de reescrever o processo de desencaixe, alterando profundamente a sua estrutura.

2.1 Informalidade x Sistemas Peritos

A informalidade, que, de certo modo, desobriga ao recurso a profissionais especializados para a adequação a normas jurídicas, construtivas, urbanas ou econômicas, ao mesmo tempo, aliada a precariedade econômica, que torna este acesso proibitivo devido aos custos envolvidos se escreve profundamente no território da favela, a ponto de a própria compreensão destes processos e de sua legitimidade ser afetada. Neste processo, podemos perceber que o vazio deixado pelo Estado distancia a população local, e o processo de produção espacial empregado ali, da acessibilidade às estruturas de legitimação e formalização do conhecimento perito.

Assim, a relação de confiança, tradicionalmente depositada nos sistemas peritos, não se estabelece através da aceitação da legitimidade de um conhecimento restrito e hermético, mas assume ali o aspecto de uma relação mais direta e próxima, baseado em um histórico de aprendizado coletivo, fundado na experiência empírica, reproduzida cotidianamente.

O padrão aqui é este, o que dita é a necessidade aqui, então assim que cobriu,

muda pra dentro. Às vezes as pessoas não têm pra onde ir, então, quando a invasão é uma chance, faz um barraquinho, cobre e pronto. Depois vai melhorando. A maioria das pessoas aqui constrói a casa com a família dentro mesmo. [...] E quem constrói são os próprios moradores, que vão aprendendo aqui e ali, se não sabem perguntam, quando podem até pagam alguém pra fazer, mas é gente daqui mesmo, que também aprendeu assim (Jonas, morador de Novos Alagados).

Se, por um lado, o conhecimento é validado no resultado prático de seu trabalho, a localidade forma e difunde uma reputação a respeito de cada trabalhador, que é o que efetivamente “certifica” seu conhecimento técnico no local. Por outro lado, este conhecimento é construído através do conjunto das experiências individuais e realimentado pela avaliação cotidiana do seu resultado. Ainda que seja inegável a parcela deste conhecimento que é inserida neste sistema, trazida pelos operários da construção civil que habitam o local, sem o conhecimento técnico necessário, este processo se baseia em um procedimento de “imitação” das técnicas e padrões construtivos que precisam ser validados na experimentação *in loco*, onde, por tentativa e erro, vão se construindo os parâmetros que balizarão as novas construções.

Depois, depois ele foi comprando os materiais... aí foi levantando a casa, ajudando gente, aí depois a casa não tinha jeito as paredes caíam inteirinhas, Eu falei: Meu Deus que eu vou fazer? Mas não teve jeito, tivemos que fazer tudo de novo, um ou outro nos mostrava como fazer, e conseguimos, fizemos a casa, copa, sala, cozinha, dois, três quartos, um banheiro, cozinha e depois fez uma puxada pra... fez um varandão lá nos fundos e botou cerâmica nas paredes. Isso tudo com a gente morando dentro da casa, a gente não tinha outro lugar para ir (Valdenira, moradora do Santa Marta - Beco do Jabuti).

Este processo estabelece a definição de regras e padrões, dos quais, muitas vezes, não se conhece profundamente a fundamentação teórica, entretanto, seu funcionamento, comprovado pela prática diária, ao mesmo tempo em que é legitimado através de um conhecimento socialmente partilhado e entendido como lógico, eficiente e justo.

O solo aqui é ruim, se você vai construir térreo mais um, precisa cavar três latas pra fundamento, se for térreo e mais dois, tem que cavar quatro latas (Alexinaldo, morador de Novos Alagados).

Assim como ocorre com as obras em alvenaria da construção civil, a grande proximidade entre a esfera de elaboração dos parâmetros e referências utilizados nas estruturas informais elaboradas *in loco* e sua efetiva aplicação prática, confere uma aplicabilidade imediata ao direito alternativo e a interpretação informal das relações e obrigações urbanísticas. Procedimentos construídos com o suporte das noções de justiça, necessidade, conhecimento prático e experiência.

Com a reprodução cotidiana e prolongada deste processo se estabelece e internaliza um padrão de produção, e conseqüentemente de percepção, deste espaço que, além de distinto, apresenta certa dose de desconfiança e inadaptabilidade frente

às construções executadas segundo os preceitos do conhecimento perito, quando este destoa do conhecimento acumulado na experiência prática, largamente reproduzida no local:

Aqui eles botaram uns arames no chão, depois vieram, com um... chamam de esteira, depois botaram um plástico preto, disseram que era pra não correr, e aí botaram o concreto, que aquela máquina faz... com brita, tudo. Mas não aguenta laje não, de jeito nenhum. Se eu tiver de botar uma laje aqui vou ter que quebrar tudo isso e fazer fundamento, vai ter que seguir dois metros e meio, se quiser botar assim, no máximo uma casa em cima, se botar mais uma e mais outra tem que seguir três metros, porque aqui era maré (Sra. Isodélia, moradora de Novos Alagados).

As pequenas unidades, em um padrão construtivo distinto do praticado no local e elaborado segundo uma técnica não dominada pela construção informal, estabelece uma tensão, através das pressões simultâneas, fruto da necessidade de ampliação espacial imediata e da dificuldade técnica de execução de obras no embrião. Esta situação promove em Novos Alagados uma grande desconfiança frente às moradias executadas pelos programas de urbanização do estado, em grande parte decorrente de intervenções malsucedidas, promovidas por moradores, devido a esta incompatibilidade de procedimentos. Frente às dificuldades enfrentadas por estes, em alguns casos extremos chegamos a encontrar moradores que demoliram completamente a casa original para construir uma maior, com as técnicas difundidas localmente.

No mesmo sentido, as relações jurídicas e o “direito urbanístico” da favela parecem se organizar segundo uma estrutura similar de proximidade e parâmetros, desenvolvidos localmente. Elabora-se, assim, um padrão de enfrentamento dos problemas e conflitos através de soluções pautadas pelo “senso comum” de justiça e ordenamento espacial. Esta situação, além de fortalecer a percepção de um espaço gerido localmente, com regras voltadas ao atendimento direto dos interesses dos moradores, se distancia da sujeição hermética a urbanistas, juristas e administradores públicos. Ainda que possamos questionar o real atendimento aos interesses comuns, quando os próprios moradores frequentemente reconhecem uma queda na qualidade do espaço comum, fruto da busca pela maximização das condições individuais dos moradores.

“Aqui não tinha tanta casa, era mais espaçoso. Com o tempo estas casas foram tomando o espaço que tinha, isso era espaço da gente, hoje virou um caminhozinho espremido, não serve mais pra nada. Mas as pessoas precisam de espaço, né? Se precisam e está aí, vão usar mesmo, não vão ficar apertadas em casa com espaço aqui fora [...] foram fazendo sem perguntar nada, sem pensar que estavam tomando todo o espaço e algumas casas são tão grandes, será que precisava mesmo isto tudo?” (Dona Nadir, moradora da Babilônia).

A aparente desorganização do tecido informal, ainda que apresente grande precariedade de acessos, ventilação, insolação e espaços livres de edificações,

esconde uma lógica interna pautada pelo aproveitamento máximo do terreno e dos recursos empregados, produzindo uma grande flexibilidade espacial que garante a estruturação de uma hierarquia interna que proporciona relações de gradação entre abertura e fechamento permitindo a elaboração de marcos delimitando esferas de intimidade e abertura.

A produção do urbanismo estatal desenvolvida nestes espaços, desconectada do padrão tradicional de tecido urbano, que se estrutura em ruas e quadras, se elabora segundo uma composição geométrica, desenvolvida através de espelhamentos e articulações não lineares, dissociadas tanto da topografia do terreno quando de suas conexões com o tecido original, organizam pequenos espaços não hierarquizados, difundidos ao redor das edificações (Figura 1).



Figura 1 - Conjunto Boiadeiro à época de sua construção em Novos Alagados.

Foto do autor

Esta estrutura parece gerar uma dificuldade de rearticulação das relações tradicionais de hierarquia e vizinhança, deslocadas através de um fluxo de pedestres que pode assumir diversas configurações distintas, entretanto, podemos perceber, ao mesmo tempo, o surgimento de articulações e possibilidades distintas.

Esta configuração dá certa insegurança, se você entra no conjunto Nova Primavera hoje, você não sabe onde é beco, você não sabe onde é rua, você não sabe onde é o acesso. Então, ficou um negócio assim muito ruim né? Na rua você tem maior controle, você vê em linha reta, você tá vendo todo mundo, tudo o que acontece. E esse negócio de muita entrada, muita saída, lá é beco, do outro lado é rua, ali parede... então, você, na verdade, não vê o que tá ocorrendo (Jerri Uilson,

A padronização imposta pelos conjuntos, através da reprodução sequenciada de formas e cores não apenas impede a reprodução das hierarquias espaciais locais, como proporciona o surgimento de um movimento de resistência, através do qual, as transformações, realizadas na unidade original, exprimem a necessidade de produzir certa diferenciação, e de imprimir traços pessoais, a um imóvel produzido em série. Esta relação parece ser agravada pelas restritas dimensões e pela baixa qualidade construtiva das unidades que reforçam a percepção de que a produção de “habitação para pobres” não precisa ser bem-feita.



Figura 2 - Híbrido favela-conjunto.

Foto do autor

A configuração espacial não hierarquizada dos conjuntos estatais é percebida aos olhos das práticas e da produção espacial informal como espaços desperdiçados e desprovidos de sentido próprio. A lógica de maximização do aproveitamento dos recursos interpreta os espaços vazios intersticiais, por não estarem vinculados a uma funcionalidade clara e específica, seja de circulação, lazer ou serviços, como destituída de função. O que, associado ao seu estatuto jurídico, que oscila entre coletivo e público, e as pressões por moradias e por aumento do espaço interno

nas moradias existentes temos não apenas avanços e expansões pontuais, mas uma generalização de tal processo, a ponto de encontrarmos sobre estes espaços intersticiais, originalmente livres de construções, unidades independentes e até mesmo conjuntos de unidades sobrepostas à maneira de um novo bloco (Figura 2).

Este processo, ao dar vazão ao movimento de expansão das unidades, alterou consideravelmente as características formais originais dos conjuntos, criando um híbrido, resultante do processo de produção espacial flexível, típico da lógica informal, implantado sobre uma estrutura originalmente regular e padronizada.

2.2 Informalidade x Fichas Simbólicas

Do mesmo modo que os sistemas peritos apresentaram uma difusão restrita no espaço informal das favelas, as fichas simbólicas também apresentam dificuldades em se desenvolver com a mesma autonomia que o fizeram nos espaços da formalidade econômica e urbana. As transações econômicas nas favelas, ainda que sejam trocas baseadas no dinheiro, são amparadas por relações de crédito e de confiança localmente geridas, com uma flexibilidade que só é possível quando as condições da garantia informal, ocupando o espaço deixado vago pelas estruturas formais, se estabelecem através de relações de lealdade-confiança, estruturadas a partir das redes sociais e de parentesco inscritas no território.

Assim, a confiabilidade garantidora do funcionamento da cadeia de negociações, especialmente as imobiliárias, se estabelece através de uma expectativa de reciprocidade que não é depositada em instituições de crédito ou legais, mas em uma estrutura elaborada e consolidada ao longo do tempo, através das relações interpessoais de apoio, que se desenvolvem em redes que se inscrevem profundamente no território. Será através da estabilidade, da durabilidade e da distância entre os nós das relações que formam esta rede que a percepção dos riscos envolvidos é minimizada.

Em transações com valores mais elevados será o próprio vendedor, do imóvel, veículo ou eletrodoméstico, que promoverá o parcelamento do valor a ser pago, normalmente sem a incidência de juros. Superando, assim, a fraca inserção nas estruturas formais de crédito, entretanto exigindo uma inserção em redes informais, sem as quais dificilmente se logrará realizar a transação.

Desta forma, a confiança depositada nas estruturas da modernidade, seja nas fichas simbólicas ou nos sistemas peritos, se (re)desloca na favela assumindo uma posição que não as legitima totalmente, produzindo um funcionamento ambíguo e particular, que passa a ser estabelecida no conhecimento mútuo e no comportamento passado. Esta condição de “reencaixe” reelabora a concepção prática do direito, do mercado, dos sistemas peritos, das relações de garantia e propriedade que pode ser percebida na relação de seus moradores com a estrutura imobiliária, a ponto de alterar a percepção de valoração ou qualidade dos imóveis.

Com o pouco ou nenhum respaldo da estrutura de direito formal, que permite a descrição cuidadosa de frações, parcelamentos e partilhas, a percepção da propriedade, aqui, deve ser clara e nítida, e permitir ao olhar identificar seus limites e fronteiras de maneira inquestionável, fator também relacionado ao orgulho da produção das moradias, que normalmente passou por diversas etapas desde o barraco improvisado.

Morar na casa da gente é totalmente diferente do que pegar uma destas casinhas da Conder. É diferente a questão do orgulho, né? Porque eu tava lá no mangue, na casinha fincada na água, e hoje tô aqui [...] eu acho que é uma vitória, assim, né? A gente não podia comprar um terreno porque era caro. Tá certo que muitos tinham um casebre grande, na maré, a gente que vivia lá, mas vivia bem, entendeu? Mas estar aqui agora, com esta casa do jeito que está é uma vitória (Gilberto, morador de Novos Alagados).

Primeiro eu dormia no trabalho, porque trabalhava em casa de família, depois cheguei a ficar de favor, aí quando surgiu essa invasão aí, eu me meti aí. Como era invasão, qualquer um invadia. Era só ir chegando, fincando seus paus... Fui logo comprando o material, vinha lá do Uruguai arrastando pau, e fincamos os paus na água e fizemos um vãozinho. Coisa pequeninha, menor do que esta sala aqui, mas botei a cabeça pra dentro, porque viver de favor na casa dos outros não presta e de outra forma eu não tinha como morar. Isto aqui pra mim foi a solução, não é o ideal, mas é meu canto. Aí depois eu fui crescendo aos pouquinhos, fazendo o quarto, sala, cozinha, banheiro... Agora tenho uma casa boa (Celeste, moradora de Novos Alagados).

Neste sentido, dividir uma parede com o vizinho, que pode parecer completamente normal nas áreas formais das cidades brasileiras, principalmente em edifícios de apartamentos, é um dos fatores de maior reclamação a respeito da qualidade das construções de moradias estatais:

É uma ruindade essas casas, vou te dizer. Às vezes tem gente que quer comprar uma casa dessa e a pessoa deixa de vender porque tá colado com outra, aí a pessoa não quer, colado, não... É uma parede só, eu comprei porque estava precisando, e é aqui que eu vou vivendo. É colado, empilhado [...] em apartamento também é assim, mas eu nunca gostei de apartamento, nunca gostei (Maria de Lurdes, moradora de Novos Alagados - Conjunto Boiadeiro).

A sensação de “empilhamento” se soma a uma dificuldade de entendimento da propriedade, onde pode se ter a sensação de ser proprietário de apenas parte de uma casa, visto que a parede medianeira não lhe é completamente sua:

As casas eu gosto. Mas, eu acho errado o que a Conder fez. Casa com parede-meia é horrível, é péssimo isso aqui entendeu? Se eu bato um prego, ele vai achar que eu estou quebrando a parede dele. Morar numa casa que tem parede-meia dividindo com os outros é horrível, é péssimo (Leni, moradora de Novos Alagados - Conjunto Boiadeiro).

Deste modo, os blocos de apartamentos executados em favelas são frequentemente citados como focos de conflitos, insatisfações e são normalmente as

áreas mais susceptíveis à expulsão branca. Além de não se adequarem às expectativas locais quanto a individualidade da propriedade, são igualmente criticados pela falta de flexibilidade para expansões, que é um traço indiscutível das moradias em favelas (LOBOSCO, 2009).

Não apenas inadequados, estas construções são percebidas nestes locais como a marca do desperdício estatal, que ao construir distante da lógica individualizada e de aproveitamento de espaço e material, não apenas produzem moradias insatisfatórias como gastam para isto uma quantidade de recursos muito maior do que o necessário segundo os moradores locais (Figura 3).



Figura 3 - Intervenções estatais no Morro Santa Marta.

Foto do autor

Entretanto, se este padrão parece muito distante da lógica orgânica e adaptativa das favelas, está simbólica e esteticamente mais próxima da cidade formal, que aprova as construções através da imagem de um “ordenamento” das favelas. Esta proximidade torna tais edifícios os alvos primordiais de uma classe média baixa buscando alternativas com custos mais reduzidos para a moradia, desviando o foco das intervenções, que muitas vezes deixam de atender a população local para se

tornar uma possibilidade de moradia para classes de renda superiores (Figura 4).



Figura 4 - Intervenções estatais no Morro Santa Marta.

Foto do autor

3 | CONCLUSÃO

A intenção deste trabalho não é produzir uma defesa ou apologia do urbanismo e arquitetura das favelas, ignorando os graves problemas estruturais que se produzem no interior destas, pensamos sim, a possibilidade de aprender com seus acertos e entender os motivos de seus problemas.

Tampouco defendemos a possibilidade de se criar uma zona de ampla permissividade urbana, onde, em nome do atendimento social, abolem-se as normas e controles urbanísticos, produzindo um segmento de cidade no qual se permite que a produção do espaço urbano, destinado à moradia e aos serviços locais, se desenvolva segundo suas próprias forças internas em desalinho com o interesse comum da cidade e em contraste com o resto da cidade.

O que defendemos, na verdade, é a necessidade de se entender que, apesar da necessidade de atendimento a grandes contingentes, que deve ser uma meta de desempenho e não uma desculpa para a baixa qualidade dos projetos, a habitação de interesse social não precisa ser homogênea repetitiva, retilínea e massificada. Com as favelas podemos perceber que a personalização, a solução mais individualizada, adaptada ao terreno, à família e às condições socioeconômicas dos habitantes pode produzir resultados com excelente aproveitamento dos recursos disponíveis.

Propomos, em última instância, que, qualquer projeto de intervenção destinado a estas áreas deve entender que a sobrevivência e a adaptabilidade às condições precárias de existência criaram padrões distintos de produção e prática espacial que devem ser respeitados e levados em consideração nos projetos de intervenções nestas áreas.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

DEFFNER, Veronika. **Geografia da desigualdade social**: uma perspectiva de geografia urbana crítica apresentada a partir do exemplo da produção social da favela em Salvador-BA. In: GeoTextos. Salvador: UFBA, v.6, n.2, 2010. p. 115-137.

FISKE, John. **Popular forces and the culture of everyday life**. In: Southern Review. Louisiana: LSU, v.21, n.3, 1988. p. 288-306.

FRIDMAN, Luis Carlos. **A globalização e o desejo de segurança**. In: SILVA, Itamar (Org.). Rio: a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

LOBOSCO, Tales. **Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais**. In: GeoTextos. Salvador: UFBA, v.5, n.2, 2009. p. 25-48.

LOBOSCO, Tales. **A favela como reação à “descontextualização” da modernidade**: práticas cotidianas e adaptação tática. In: CODE 2011, Brasília - DF. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos: CODE 2011. CD-ROM.

LUHMANN, Niklas. **Trust and power**. Chichester: Wiley, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PARSONS, Talcott. **The social system**. Londres: Routledge, 1991.

SETTON, Maria da Graça. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPEd, n.20, 2002. p. 60-70.

MICROALGAS: UMA OPORTUNIDADE PARA MELHORAR OS INDICADORES DE SANEAMENTO NO BRASIL

Renan Barroso Soares

Universidade Federal do Espírito Santo,
Departamento de Engenharia Ambiental, Centro
Tecnológico, Vitória - Espírito Santo.
Faculdade Brasileira Multivix.

Rodrigo Nunes Oss

Universidade Federal do Espírito Santo,
Departamento de Engenharia Ambiental, Centro
Tecnológico, Vitória - Espírito Santo.

Márcio Ferreira Martins

Universidade Federal do Espírito Santo,
Departamento de Engenharia Mecânica, Centro
Tecnológico, Vitória - Espírito Santo.

Ricardo Franci Gonçalves

Universidade Federal do Espírito Santo,
Departamento de Engenharia Ambiental, Centro
Tecnológico, Vitória - Espírito Santo.

RESUMO: O esgoto sanitário, tradicionalmente visto como fonte de despesas e problemas, passou a ser visto como oportunidade e fonte de recursos. Isso porque das três maiores demandas atuais da sociedade moderna, duas podem ser extraídas diretamente do esgoto (água e energia), e uma (alimento) pode ser beneficiada com a recuperação de nutrientes importantes para a agricultura, como o fósforo. Novas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), que vão além do tratamento em si e reaproveitam subprodutos, para melhorar o seu

desempenho energético e econômico, estão sendo cada vez mais estudadas. Este trabalho discute o reaproveitamento de microalgas em ETE, como forma de tornar o tratamento de esgoto mais atrativo para investimentos e, conseqüentemente, melhorar os indicadores de saneamento do país. Apesar dos grandes desafios que ainda precisam ser superados para tornar esta possibilidade economicamente viável, as oportunidades são enormes e continuam motivando novos estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Microalgas, saneamento, esgoto, UASB, lagoa.

MICROALGAS: AN OPPORTUNITY TO IMPROVE SANITATION INDICATORS IN BRAZIL

ABSTRACT: Wastewater, traditionally seen as a source of expenses and problems, has come to be seen as an opportunity and source of resources. This is because of the current three major demands of modern society, two can be extracted directly from the sewer (water and energy), and one (food) can benefit from the recovery of important nutrients such as phosphorus. New Wastewater Treatment Plants (WWTPs), which go beyond the treatment itself, and reuse by-products, to improve their energy and economic performance, are being increasingly studied. This work discusses the

reuse of microalgae in WWTPs as a way to make it more attractive for investments and, consequently, to improve the country's sanitation indicators. Despite the great challenges that still need to be overcome to make this possibility economically viable, the opportunities are enormous and continue to motivate further studies.

KEYWORDS: Microalgae, sanitation, wastewater, UASB, pond.

1 | INTRODUÇÃO

O saneamento básico previne o contato humano com resíduos, sendo importante para a saúde da população, o meio ambiente e para a economia do país (FUNASA, 2004). Mesmo assim, segundo o Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS, 2014), o índice de coleta de esgoto no país é de apenas 49,36 %. As condições econômicas da população limitam o repasse integral do custo dos serviços para a tarifa, sobretudo nas cidades mais pobres, inviabilizando os investimentos necessários para o setor (PROSAB, 2003). Os problemas de saneamento poderão ser superados se a tecnologia adotada apresentar retorno econômico atrativo. Para isso, uma das tendências é a recuperação de energia a partir do tratamento de esgoto (SIAESPH, 2016). Tornar uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) autossustentável em energia pode melhorar a rentabilidade dos projetos e atrair investimentos para o setor (METCALF; EDDY, 2014).

Uma possibilidade de recuperação de energia na ETE envolve o biogás produzido em sistemas de tratamento anaeróbios (VAN HAANDEL; LETTINGA, 1994). Somente para o estado do Espírito Santo, estima-se um potencial de produção de 18,5 MW de energia, caso 60 % do esgoto gerado venha a ser tratado por sistemas anaeróbios (ASPE, 2013). Dentre os sistemas de tratamento anaeróbios, os reatores de fluxo ascendente e manta de lodo UASB (*upflow anaerobic sludge blanket*) são os preferidos e amplamente difundidos no Brasil. No entanto, para atender os padrões ambientais, em muitos casos esses processos requerem uma etapa adicional de tratamento, de forma a reduzir a matéria orgânica remanescente e os nutrientes (SILVEIRA et al., 2015). As lagoas de alta taxa (LAT) podem ser usadas como pós-tratamento do efluente do UASB, sendo uma alternativa interessante do ponto de vista técnico, econômico e ambiental. Esses sistemas ganharam uma motivação extra nos últimos anos, uma vez que a grande produção de microalgas observada deixou de ser vista como um problema e passou a ser vislumbrada como matéria prima para a obtenção de biocombustíveis (WAN et al., 2015). Atualmente, mais de 150 empresas no mundo, incluindo grandes petroleiras como ExxonMobil e Shell, estão interessadas em produzir biocombustível a partir de microalgas (PENG et al., 2017).

Dentro da ETE, o uso de microalgas para produzir energia é uma alternativa que pode aumentar a eficiência e reduzir os custos do processo (LONGO et al., 2016; WAKEEL et al., 2016). Neste contexto, sistemas de tratamento de esgoto, compostos pela associação em série de reatores UASB e LAT, representam uma alternativa

interessante para o desenvolvimento de uma ETE mais econômica e autossustentável em energia.

AZEREDO (2016) avaliou este novo modelo integrado de ETE e demonstrou um desempenho superavitário em energia, além de reportar simplicidade operacional, atuação no nível terciário do tratamento do esgoto sanitário, possibilidade de recuperação de nutrientes nitrogênio e fósforo e sequestro de CO₂. Ao lado da recuperação de biogás, a produção de biomassa de microalgas poderia ser valorizada em processos termoquímicos, uma vez que seu poder calorífico está na faixa de 14 a 21 MJ/Kg (DEMIRBAS, 2004). Outra possibilidade de uso seria a introdução das microalgas no próprio reator UASB, para codigestão e elevação da produção de biogás do sistema. Neste caso, a conversão termoquímica se aplicaria ao lodo codigerido, obtido nos descartes periódicos de lodo do reator UASB. Esta configuração pode ser vantajosa, uma vez que o uso do lodo produzido no reator UASB, sem a codigestão de microalgas, não é atrativa para os processos termoquímicos, pelo seu poder calorífico baixo, em torno de 8,7 MJ/Kg (ROSA et al., 2016). Quando não aproveitada, esta parcela de energia não só deixa de ser recuperada, como também acrescenta custos com os sistemas convencionais de destinação final do lodo.

Um aproveitamento adicional das microalgas ainda pode ser feito com suas cinzas, obtidas após a etapa de geração de energia. Devido ao seu teor de fósforo, cálcio, potássio e outros minerais, há um interesse de valorização das cinzas como fertilizante para a agricultura. Vale ressaltar que alguns autores estimam uma disponibilidade limitada de nutrientes para as próximas gerações. As reservas de fósforo, por exemplo, estão em declínio e poderão estar limitadas já nas próximas décadas (PATZELT et al., 2015).

Por tudo isso, as microalgas deixaram de ser um estorvo nas ETE e passaram a ser vistas como uma possibilidade de agregar valor ao processo. A possibilidade de produzir água de reuso, energia e nutrientes vai de encontro as três maiores necessidades do ser humano na atualidade e o número de pesquisas na área vêm crescendo nos últimos anos. Para universalizar o saneamento básico no Brasil, estima-se investimentos na ordem de 500 bilhões de reais para os próximos anos. Mais do que ampliar os percentuais de coleta e tratamento de esgoto, a eficiência das ETE deve ser maximizada continuamente (SILVEIRA et al., 2015). O grande déficit de saneamento no país hoje constitui um considerável mercado de investimentos e uma excelente oportunidade para colocar o setor em um novo patamar de serviços, ancorado na sustentabilidade ambiental e econômica. Esse olhar de futuro envolve novos rumos tecnológicos, que o setor deve e pode trilhar (PROBIOGAS, 2016). Assim motivado, este trabalho discute o reaproveitamento de microalgas em ETE e apresenta a ETE piloto construída dentro da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), em parceria com a empresa Fluir Engenharia Ambiental e com recursos do FINEP, onde um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) está trabalhando.

2 | O POTENCIAL DAS MICROALGAS NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO

As microalgas compreendem a um vasto e diversificado grupo de organismos, com cerca de 35.000 espécies identificadas, embora seja estimada a existência de 200.000 a 800.000 espécies (BIRIS-DORHOI et al., 2016). Estão distribuídas em toda a biosfera, sendo encontradas em lugares úmidos ou corpos d'água, podendo se desenvolver em ambientes de água doce, salobra e salina, crescendo em rochas, solos, em relações simbióticas com outros organismos (JIA; YUAN, 2016) e, mais comumente, em sistemas aquáticos frescos e marinhos, bem como em fluxos de águas residuais de uma variedade de fontes (RIBEIRO et al., 2015; SINGH; SHARMA, 2012; SLADE; BAUEN, 2013). De forma geral, microalgas são organismos que usam a luz do sol, água e o CO₂ atmosférico para crescer. Sua estrutura não apresenta raiz, folhas e caules, como nas outras plantas (VANDAMME; FOUBERT; MUYLAERT, 2013).

A biomassa de microalgas é considerada a alternativa mais promissora para a produção de energia (VANDAMME; FOUBERT; MUYLAERT, 2013) e está inserida na terceira geração dos biocombustíveis. A primeira geração foi obtida a partir de produtos alimentícios, tal como soja, cana-de-açúcar e milho, causando competição indesejável com a produção de alimentos. A segunda geração superou este problema, ao cultivar lignocelulose como matéria prima do processo. Contudo, muitos obstáculos foram observados, como baixa produtividade de biomassa, demanda excessiva de água e terras agrícolas e a necessidade de um pré-tratamento eficiente, de baixo consumo de energia. A terceira geração surgiu nos últimos anos e está baseada na produção a partir de microalgas, de modo a superar os desafios encontrados nas gerações anteriores (JANKOWSKA; SAHU; OLESKOWICZ-POPIEL, 2017).

As vantagens desses biocombustíveis em relação aos de primeira e segunda geração são dadas por várias características do cultivo das microalgas, dentre elas: elevada eficiência fotossintética; rápida taxa de crescimento, podendo dobrar a sua biomassa a cada 24 h; resistência à vários tipos de contaminação; baixo requerimento de terra, podendo ser cultivada em áreas impróprias para outras culturas; capacidade de produzir uma grande variedade de matérias-primas para produção de biocombustíveis e outros bioprodutos; distinta biorremediação ambiental, como fixação de CO₂ da atmosfera e outros gases de combustão, depuração da água e tratamento de esgoto (JIA; YUAN, 2016; MEYER; WEISS, 2014; RAS et al., 2011; RAZZAK et al., 2013; THIANATHIT; KEENER; KHANG, 2015; ZENG et al., 2011; RIBEIRO et al., 2015).

A partir da biomassa de microalgas é possível produzir biodiesel, bioetanol e gases combustíveis (JACOB; XIA; MURPHY, 2015). Apesar do foco inicial das pesquisas terem sido na produção de biodiesel, os custos envolvidos no processo, como a secagem, a extração dos lipídios e o processo de esterificação, tornaram-

se um gargalo na viabilidade econômica dessa opção tecnológica (JACOB; XIA; MURPHY, 2015). Já o bioetanol, que é obtido pela fermentação dos carboidratos constituintes da biomassa, ainda não mostra viabilidade econômica (LEE et al., 2015). A produção de gases combustíveis tem sido apontada como a alternativa mais viável, tendo em vista que não depende de macromoléculas específicas (PERAZZOLI et al., 2016). Processos como a gaseificação, por exemplo, são descritos na literatura com potencial (SOARES; GONÇALVES, 2018).

De uma maneira geral, as microalgas demandam mais nutrientes para seu metabolismo do que as plantas terrestres, o que intensifica o uso de energia embutido no cultivo (MINOWA; SAWAYAMA, 1999). A produção de microalgas com o uso de nutrientes tradicionais é vista como insustentável. Diversos autores realizaram análise de ciclo de vida (ACV), para processos com microalgas, e apontaram o uso de nutrientes no cultivo como um importante colaborador para os impactos ambientais do processo (PÉREZ-LÓPEZ; GONZÁLEZ-GARCÍA; JEFFRYES; et al., 2014; PÉREZ-LÓPEZ; GONZÁLEZ-GARCÍA; ALLEWAERT; et al., 2014). Por outro lado, quando o transporte de nutrientes e água não é necessário, uma quantidade significativa de energia pode ser salva (DUMAN et al., 2014). Isso tem despertado o interesse em usar águas residuárias como meio nutricional, oferecendo uma importante economia no cultivo (RAHEEM et al., 2015). As águas residuárias possuem altas concentrações de nutrientes, como nitrogênio e fósforo (JEBALI et al., 2015; RAZZAK et al., 2013), e a combinação de tratamento de esgoto com a produção de biocombustível tem sido apontada como o cenário mais plausível para a aplicação comercial de microalgas no curto prazo. Microalgas cultivadas a partir de esgoto têm sido reportadas com alta produtividade, sugerindo uma ótima alternativa para a produção de biocombustível de forma econômica e sustentável (MANARA; ZABANIOTOU, 2012).

A utilização de microalgas no tratamento de águas residuárias, em lagoas de estabilização, ocorre há mais de 3000 anos no mundo e foi empregado em larga escala nos EUA no ano de 1901 (JIA; YUAN, 2016; QUIROZ ARITA; PEEBLES; BRADLEY, 2015). Entretanto, sua aplicação no tratamento de esgoto começou a ganhar importância nos últimos 50 anos, sendo hoje amplamente aceita. Esses sistemas são tão eficazes quanto os sistemas de tratamento convencionais (BIRIS-DORHOI et al., 2016).

O cultivo de microalgas em LAT, utilizando como meio de cultura o efluente de reatores UASB, apresenta vantagens importantes, como a predominância do nitrogênio na forma amoniacal e de fosfatos, que facilita a assimilação pelas microalgas, e a baixa turbidez do efluente, que melhora a penetração da luz solar (PEREIRA et al., 2018). Além disso, este tipo de configuração de ETE possibilita a integração de água, energia e alimento. Com a produção de um efluente final com qualidade e a recuperação de energia e nutrientes para a agricultura, através das microalgas, esse sistema contempla o conceito NEXUS apresentado na Conferência de Bonn 2011, apontado como uma alternativa para se alcançar os objetivos de desenvolvimento

3 | OS DESAFIOS PARA APROVEITAR MICROALGAS NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Atualmente, a produção de microalgas para a geração de biocombustível não é economicamente viável e o principal motivo está no alto custo de colheita, estimado em 30 % do custo total de produção da biomassa (GERCHMAN et al., 2017), podendo chegar a 60 % do custo total do biocombustível produzido (CASTRILLO et al., 2013). A etapa de colheita é considerada o principal obstáculo para a produção de microalgas e a dificuldade está associada com a diluição da cultura. Normalmente em grande escala, a produção de biomassa mista não excede 0,5 g/L (DAS et al., 2016). cost of the coagulant and biomass contamination are two critical issues that need to be considered. In this study, ferric chloride (72-96 mg/L, o que significa processar um enorme volume para se obter uma quantidade de biomassa significativa.

Dentre todos os métodos de separação de microalgas, a coagulação-floculação ainda é o mais eficiente em grande escala (ANTHONY et al., 2013). Baseado na economia de operação, eficiência da colheita e nas possibilidades tecnológicas, este processo é considerado o mais adequado (UMMALYMA et al., 2017; WAN et al., 2015), com melhor custo benefício, já que permite o tratamento rápido de grandes volumes (GERCHMAN et al., 2017). Todavia, qualquer coagulante usado na colheita estará presente na biomassa, podendo influenciar no uso final do produto (VANDAMME; FOUBERT; MUYLAERT, 2013). Cloretos de alumínio, por exemplo, podem inibir as reações de transesterificação e prejudicar a produção de biodiesel (WAN et al., 2015). Sulfato de alumínio e cloreto férrico podem afetar a digestão anaeróbia, prejudicando a geração de biogás (ANTHONY et al., 2013).

Para os processos termoquímicos, como a gaseificação, a adição de frações inorgânicas na biomassa reduz o seu poder calorífico. Isso foi recentemente comprovado em nosso último estudo, intitulado “Avaliação do poder calorífico da biomassa algal obtida por coagulação-floculação”, que quantificou a redução no poder calorífico da biomassa, após a adição de todos os coagulantes que foram testados (o artigo será publicado na revista DAE nos próximos meses). Em alguns casos, a redução no potencial energético da biomassa foi insignificante, em outros, porém, o coagulante inviabilizaria os processos de conversão termoquímica da biomassa. Portanto, a contaminação da biomassa produzida é um assunto crítico que precisa ser considerado (DAS et al., 2016). Coagulantes alternativos, como polímeros sintéticos e compostos orgânicos têm despertado maior interesse recentemente (LANANAN et al., 2016).

Para avaliar o efeito dos coagulantes na composição das cinzas, e assim verificar o seu verdadeiro potencial de aproveitamento como fertilizante, também é necessário

um estudo criterioso para definir o melhor coagulante. Novos estudos realizados na UFES e ainda em andamento, indicam uma redução significativa nos teores de cálcio, potássio e fósforo nas cinzas, quando coagulantes são incorporados às microalgas. Em sua ausência, porém, observa-se uma grande variedade de elementos químicos, 19 no total, sendo que a fração mássica dos elementos cálcio, potássio e fósforo corresponde a quase 74 % das cinzas. Efeitos sinérgicos entre coagulantes e a biomassa no processo de conversão termoquímica também têm sido observados. A presença de cloro nas cinzas, por exemplo, é alterada conforme o tipo de coagulante adicionado. Considerando que a liberação de cloro nos processos de conversão termoquímica pode ser prejudicial aos equipamentos ou limitar a aplicação das cinzas como fertilizante, a escolha do coagulante poderia ser pautada nos processos subsequentes de utilização da biomassa e/ou de suas cinzas.

De fato, o reaproveitamento de microalgas parece ser um caminho promissor para elevar a eficiência da ETE. Muitas questões, no entanto, ainda precisam ser respondidas para que isso se torne economicamente viável. A Figura 1 apresenta a ETE piloto construída para fins de pesquisa na cidade de Vila Velha, localizada no Estado do Espírito Santo, no Brasil. A ETE é composta por um reator UASB com diâmetro de 1,0 m, altura útil de 4,8 m, volume útil total de 3,8 m³ e vazão média de operação de 0,14 L/s. O esgoto bruto passa por um gradeamento, preliminar ao reator UASB, para remover os sólidos grosseiros do esgoto bruto. Após o tratamento no reator UASB, o efluente alimenta duas lagoas de alta taxa (Figura 2), cada uma com volume útil total de 13,7 m³, com dois canais com 10 m de comprimento, 2,4 m de largura e área de 22,8 m². As microalgas são então obtidas em uma unidade de coagulação-floculação para reaproveitamento (Figura 3).



Figura 1. ETE piloto



Figura 2. Lagoas de alta taxa da ETE Piloto



Figura 3. Sistema de coagulação-floculação da ETE Piloto

4 | CONCLUSÃO

O grande déficit de saneamento no país é uma ótima oportunidade para colocar o setor em um novo patamar de serviços, ancorado na sustentabilidade ambiental e econômica. Para isso, novos rumos tecnológicos precisam ser avaliados. Uma possibilidade é o reaproveitamento de microalgas em estações de tratamento de esgoto. Microalgas não só melhoram a qualidade do produto final da ETE, como também podem ser convertidas em energia. Ao final do processo de conversão termoquímica, suas cinzas também poderiam ser valorizadas como fonte de nutrientes para a agricultura. Desse modo, as microalgas podem ser vistas como um elo no NEXUS água-energia-nutriente e uma alternativa promissora para a ETE, capaz de tornar o processo mais econômico e atrair investimentos para o setor, que melhorariam os indicadores de saneamento no país.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, Renil J. et al. **Effect of coagulant/flocculants on bioproducts from microalgae.** *Bioresource Technology*, v. 149, p. 65–70, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.biortech.2013.09.028>>.

ASPE, Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo, **Atlas de bioenergia do Espírito Santo**, Vitória, 2013.

AZEREDO, L.Z. **Potencial energético da co-digestão da biomassa de microalgas no tratamento de esgoto sanitário em reatores UASB.** Dissertação (Mestrado em Engenharia e Desenvolvimento

Sustentável) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BIRIS-DORHOI, E. et al. **Applications of microalgae in wastewater treatments : a review.** ProEnvironment, v. 9, p. 459–463, 2016.

CASTRILLO, M. et al. **High pH-induced flocculation-sedimentation and effect of supernatant reuse on growth rate and lipid productivity of *Scenedesmus obliquus* and *Chlorella vulgaris*.** Bioresource Technology, v. 128, p. 324–329, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.biortech.2012.10.114>>.

DAS, Probir et al. **Microalgae harvesting by pH adjusted coagulation-flocculation, recycling of the coagulant and the growth media.** Bioresource Technology, v. 216, p. 824–829, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.biortech.2016.06.014>>.

DEMIRBAS, Ayhan. **Combustion characteristics of different biomass fuels.** Progress in energy and combustion science, v. 30, n. 2, p. 219–230, 2004.

DUMAN, G.; UDDIN, M.A.; YANIK, J. **Hydrogen production from algal biomass via steam gasification.** Bioresource Technology, v. 166, 2014.

FUNASA: **Manual de Saneamento.** Engenharia de Saúde Pública–Orientações Técnicas. Brasília-DF: Ministério da Saúde–Fundação Nacional da Saúde, 2004.

GERCHMAN, Yoram et al. **Effective harvesting of microalgae: Comparison of different polymeric flocculants.** Bioresource Technology, v. 228, p. 141–146, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.biortech.2016.12.040>>.

JACOB, A.; XIA, A.; MURPHY, J. D. **A perspective on gaseous biofuel production from microalgae generated from CO₂ from a coal-fired power plant.** Applied Energy, 2015.

JANKOWSKA, Ewelina; SAHU, Ashish K.; OLESKOWICZ-POPIEL, Piotr. **Biogas from microalgae: Review on microalgae's cultivation, harvesting and pretreatment for anaerobic digestion.** Renewable and Sustainable Energy Reviews, v. 75, n. October 2015, p. 692–709, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.rser.2016.11.045>>.

JEBALI, A. et al. **Bioresource Technology Selection of native Tunisian microalgae for simultaneous wastewater treatment and biofuel production.** Bioresource Technology, v. 198, p. 424–430, 2015.

JIA, H.; YUAN, Q. **Removal of nitrogen from wastewater using microalgae and microalgae bacteria consortia.** Cogent Environmental Science, v. 2, n. 1, p. 1–15, 2016.

LANANAN, Fathurrahman et al. **Optimization of biomass harvesting of microalgae, *Chlorella sp.* utilizing auto-flocculating microalgae, *Ankistrodesmus sp.* as bio-flocculant.** International Biodeterioration and Biodegradation, v. 113, p. 391–396, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ibiod.2016.04.022>>.

LEE, O. K. et al. **Sustainable production of liquid biofuels from renewable microalgae biomass.** Journal of Industrial and Engineering Chemistry, 2015.

LONGO, Stefano et al. **Monitoring and diagnosis of energy consumption in wastewater treatment plants. A state of the art and proposals for improvement.** Applied Energy, v. 179, p. 1251–1268, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.apenergy.2016.07.043>>.

MANARA, P.; ZABANIOTOU, A. **Towards sewage sludge based biofuels via thermochemical conversion - A review.** Renewable and Sustainable Energy Reviews, v. 16, n. 5, p. 2566–2582, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.rser.2012.01.074>>.

- MARTINEZ-HERNANDEZ, E.; SAMSATLI, S. **Biorefineries and the food, energy, water nexus – towards a whole systems approach to design and planning**. Current Opinion in Chemical Engineering, 2017.
- METCALF, Eddy; EDDY, M. **Wastewater engineering: treatment and Resource recovery**. Mic Graw-Hill, USA, p. 1530–1533, 2014.
- MEYER, M. A.; WEISS, A. **Life cycle costs for the optimized production of hydrogen and biogas from microalgae**. Energy, v. 78, p. 84–93, 2014.
- MINOWA, T; SAWAYAMA, S. **A novel microalgal system for energy production with nitrogen cycling**. Fuel, v. 78, n. 10, p. 1213–1215, 1999.
- PATZELT, D.J. et al. **Hydrothermal gasification of Acutodesmus obliquus for renewable energy production and nutrient recycling of microalgal mass cultures**. Journal of Applied Phycology, v. 27, n. 6, p. 2239–2250, 2015.
- PENG, G. et al. **Catalytic Supercritical Water Gasification: Continuous Methanization of Chlorella vulgaris**. Industrial and Engineering Chemistry Research, v. 56, n. 21, p. 6256–6265, 2017.
- PERAZZOLI, S. et al. **International Biodeterioration & Biodegradation Optimizing biomethane production from anaerobic degradation of Scenedesmus spp . biomass harvested from algae-based swine digestate treatment**. International Biodeterioration & Biodegradation, v. 109, p. 23–28, 2016.
- PEREIRA, Marcos Vinicius et al. **Indigenous microalgae biomass cultivation in continuous reactor with anaerobic effluent : effect of dilution rate on productivity , nutrient removal and bioindicators**. Environmental Technology, v. 0, n. 0, p. 1–13, 2018.
- PÉREZ-LÓPEZ, P.; GONZÁLEZ-GARCÍA, S.; ALLEWAERT, C.; et al. Environmental evaluation of eicosapentaenoic acid production by Phaeodactylum tricornutum. Science of the Total Environment, v. 466–467, 2014.
- PÉREZ-LÓPEZ, P.; GONZÁLEZ-GARCÍA, S.; JEFFRYES, C.; et al. **Life cycle assessment of the production of the red antioxidant carotenoid astaxanthin by microalgae: From lab to pilot scale**. Journal of Cleaner Production, v. 64, 2014.
- PROBIOGAS - Projeto Brasil - Alemanha de Fomento ao Aproveitamento Energético de Biogás no Brasil. **Viabilidade técnico-econômica de produção de energia elétrica em ETEs a partir do biogás**, Brasília, 2016.
- PROSAB, Programa Nacional de Saneamento e Pesquisa. **Digestão de resíduos orgânicos e aproveitamento do biogás**. Coordenador CASSINI, S. T. Vitória, 2003. Editora ABES, Rio de Janeiro, 2003.
- QUIROZ ARITA, C. E.; PEEBLES, C.; BRADLEY, T. H. **Scalability of combining microalgae-based biofuels with wastewater facilities: A review**. Algal Research, 2015.
- RAHEEM, A. et al. **Thermochemical conversion of microalgal biomass for biofuel production**. Renewable and Sustainable Energy Reviews, v. 49, 2015.
- RAS, M. et al. **Experimental study on a coupled process of production and anaerobic digestion of Chlorella vulgaris**. Bioresource Technology, v. 102, n. 1, p. 200–206, 2011.
- RAZZAK, S. A. et al. **Integrated CO₂ capture , wastewater treatment and biofuel production by microalgae culturing – A review**. Renewable and Sustainable Energy Reviews, v. 27, p. 622–653,

2013.

RIBEIRO, L. A. et al. **Prospects of using microalgae for biofuels production: Results of a Delphi study**. *Renewable Energy*, 2015.

ROSA, André Pereira et al. **Potencial energético e alternativas para o aproveitamento do biogás e lodo de reatores UASB: estudo de caso Estação de tratamento de efluentes Laboreaux (Itabira)**. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 21, p. 315–328, 2016.

SIAESPH, Sulabh International Academy of Environmental Sanitation and Public Health, em colaboração com a Sulabh International Centre for Action Sociology, **Sanitation and Energy**, Índia. Disponível em: <http://www.sulabhacademy.org/download/Sanitation-and-Energy.pdf>.

SILVEIRA, Bruno et al. **Guia Técnica De Aproveitamento De Biogás Em Estatacoes De Tratamento De Esgoto**. [S.l.: s.n.], 2015.

SINGH, R. N.; SHARMA, S. **Development of suitable photobioreactor for algae production - A review**. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 2012.

SLADE, R.; BAUEN, A. **Micro-algae cultivation for biofuels: Cost, energy balance, environmental impacts and future prospects**. *Biomass and Bioenergy*, 2013.

SNIS. **Sistema Nacional de Informação de Diagnósticos dos serviços de água e esgoto** 2010. [S.l.]: Ministério das Cidades Brasília, 2014.

SOARES, R. B; GONÇALVES, R. F. **Recuperação de bioprodutos a partir da gaseificação do lodo de esgoto sanitário**. Capítulo 21 do E-book Avanços científicos e tecnológicos em bioprocessos. Organizador Alberdan Silva Santos. Ponta Grossa (PR). Atena Editora, 2018.

THIANSATHIT, W.; KEENER, T. C.; KHANG. **The kinetics of Scenedesmus obliquus microalgae growth utilizing carbon dioxide gas from biogas**. *Biomass and Bioenergy*, v. 76, p. 79–85, 2015.

UMMALYMA, Sabeela Beevi et al. **Bioflocculation: An alternative strategy for harvesting of microalgae – An overview**. *Bioresource Technology*, v. 242, p. 227–235, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.biortech.2017.02.097>>.

VAN HAANDEL, Adrianus C; LETTINGA, Gatzé. **Anaerobic sewage treatment: a practical guide for regions with a hot climate**. [S.l.]: John Wiley & Sons, 1994.

VANDAMME, Dries; FOUBERT, Imogen; MUYLAERT, Koenraad. **Flocculation as a low-cost method for harvesting microalgae for bulk biomass production**. *Trends in Biotechnology*, v. 31, n. 4, p. 233–239, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.tibtech.2012.12.005>>.

ZENG, X. et al. **Microalgae bioengineering : From CO2 fixation to biofuel production**. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, v. 15, n. 6, p. 3252–3260, 2011.

WAKEEL, Muhammad et al. **Energy consumption for water use cycles in different countries: A review**. *Applied Energy*, v. 178, n. 19, p. 868–885, 2016. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0306261916308893>>.

WAN, Chun et al. **Current progress and future prospect of microalgal biomass harvest using various flocculation technologies**. *Bioresource Technology*, v. 184, p. 251–257, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.biortech.2014.11.081>>.

A GEOGRAFIA REGIONAL EM RICHARD HARTSHORNE

Wesley de Souza Arcassa

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
(IBGE)

Fundação Educacional de Penápolis (FUNPEP)
Penápolis – SP

RESUMO: A moderna concepção de Geografia tem sua base em estudos desenvolvidos por Immanuel Kant no século XVIII, os quais foram posteriormente aprofundados por outros geógrafos. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX, há um resgate e uma melhor difusão das ideias de Kant por meio do movimento que ficou conhecido como neokantismo, este teve em Alfred Hettner uma das figuras de maior destaque. A partir da segunda metade da década de 1920, emerge no meio acadêmico norte-americano o geógrafo Richard Hartshorne, responsável pela difusão e análise dos conceitos kantianos e hettnerianos a nível internacional. Tendo como base esta ideia, o trabalho em questão tem como objetivo analisar um aspecto central da produção hartshorniana, sua concepção de Geografia Regional, além de evidenciar os avanços prestados neste campo do saber científico.

PALAVRAS-CHAVE: Richard Hartshorne; Geografia Regional; História do Pensamento Geográfico.

THE REGIONAL GEOGRAPHY IN RICHARD HARTSHORNE

ABSTRACT: The modern conception of Geography is based in studies developed by Immanuel Kant in the eighteenth century, which were subsequently deepened by other geographers. However, in the late nineteenth century and early twentieth century, there is a rescue and a better diffusion of the ideas of Kant through what became known as Neo-Kantianism, this had in Alfred Hettner one of the most prominent figures. From the second half of the 1920s, emerged in the North American academia the geographer Richard Hartshorne, responsible for dissemination and analysis of Kant's and Hettner's concepts internationally. Based on this idea, the work in question objective analyze a central aspect of the Hartshornian production, your conception of Regional Geography, beyond evidence the advances implemented in this field of scientific knowledge.

KEYWORDS: Richard Hartshorne; Regional Geography; History of Geographical Thought.

1 | INTRODUÇÃO

A moderna concepção de Geografia tem sua base em estudos desenvolvidos por Immanuel Kant (1724-1804) no século XVIII, os

quais foram posteriormente aprofundados por outros geógrafos. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX, há um resgate e uma melhor difusão das ideias de Kant por meio do movimento que ficou conhecido como neokantismo, este teve em Alfred Hettner (1859-1941) uma das figuras de maior destaque.

Apartir da segunda metade da década de 1920, emerge no meio acadêmico norte-americano o geógrafo Richard Hartshorne (1899-1992), responsável pela difusão e análise dos conceitos kantianos e hettnerianos a nível internacional. Sua obra teve grande impacto na Geografia, pois foi capaz de realizar o que até então não havia sido produzido nessa ciência, estudos de cunho epistemológico e metodológico, além de desenvolver uma sistematização de significativa parcela das teorias produzidas pelos “autores clássicos” desse ramo do saber científico.

Nesse sentido, o trabalho em questão, fruto de pesquisas em nível de doutorado com ênfase na área de História do Pensamento Geográfico, objetiva desenvolver uma apreciação de um aspecto central da produção acadêmica hartshorniana, sua concepção de Geografia Regional, embasada principalmente no que consiste ao estabelecimento do conceito de “diferenciação de área” e da difusão do método corológico/regional, além de evidenciar os avanços prestados nesse campo da ciência geográfica.

2 | METODOLOGIA

Como princípio metodológico norteador para a elaboração do presente trabalho utilizou-se principalmente o levantamento de bibliografias concernentes à temática, oriundas de diferentes fontes e suportes. Isso porque, o trabalho realiza uma análise essencialmente teórica do assunto nele abordado.

Em contrapartida ao estudo dos principais aspectos da Geografia Regional na obra hartshorniana faz-se necessário também compreender o período histórico no qual se insere o autor, o que denota a utilização de um arcabouço metodológico advindo da História da Ciência.

Os produtos finais obtidos no estudo objetivam servir de respaldo para a execução de análises e estudos futuros em relação às temáticas: Richard Hartshorne; Geografia Regional; História do Pensamento Geográfico; e, Escola Norte-Americana de Geografia.

3 | A CONCEPÇÃO HARTSHORNIANA DE REGIÃO

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local estavam subordinadas às regras gerais

e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. Alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial (GOMES, 2006, p. 50).

Na concepção de Paul Vidal de La Blache *apud* Gomes (2006, p. 57), “a região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico”. Dessa forma, cabe ao geógrafo desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração única.

Na Alemanha, que junto à França foi, desde o final do século XIX, o grande foco produtor de uma reflexão geográfica, o maior defensor de uma Geografia Regional, como síntese do trabalho geográfico foi Alfred Hettner. Este geógrafo acreditava que o método das ciências humanas não poderia se comparar àqueles recomendados pelo domínio do positivismo clássico, dominante nas ciências físicas e matemáticas e que pretendia ser o único método efetivamente científico.

Na perspectiva corológica de Hettner, dificilmente a Geografia poderia estabelecer estes padrões de generalização. O princípio da “diferenciação de áreas” conduz irremediavelmente a estabelecer o conhecimento regional como produto supremo do conhecimento geográfico. Ainda segundo Hettner, não havia dicotomia entre uma geografia geral e uma particular, visto que a região seria o objeto que resguardaria o campo mais sistemático do perigo objetivista. Assim, através da região, a Geografia garantiria um objeto próprio, um método específico e uma interface particular entre a consideração dos fenômenos físicos e humanos combinados e considerados em suas diferenças locais. (GOMES, 2006, p. 59).

Hettner, de tradição kantiana, definiu a Geografia em termos corológicos, acreditando que a importância da disciplina foi mantida por sua abordagem regional, em vez de sua área de assunto, sendo a síntese sua maior força. Essa concepção serve de base para um período da Geografia Regional descrito por Warf (2006) como *Diferenciação de Área*.

A versão americana da Geografia Regional atingiu o seu ápice no período entre as duas guerras mundiais com a ascensão da escola denominada de *diferenciação de área, corológica* ou *descrição regional*. Seu principal teórico foi Richard Hartshorne com a publicação do seminal *The Nature of Geography* (1939). Baseado na perspectiva de Hettner, sob a ótica do pensamento kantiano, Hartshorne realizou uma série de reivindicações sobre a Geografia Regional como núcleo da disciplina geográfica, ocupando lugar singular dentro da divisão acadêmica do trabalho.

A Geografia, como a História, foi sintética, integrando a análise de diferentes fenômenos como eles se manifestam em combinações únicas em locais específicos. As regiões permitiram a análise tanto dos fenômenos humanos como dos fenômenos físicos, transcendendo o cisma crescente entre estas duas partes da disciplina. Devido à complexidade do mundo, Hartshorne defendeu o estudo de

pequenas regiões com variação interna relativamente pequena, acumulando assim um mosaico que englobaria áreas maiores. (WARF, 2006, p. 406).

Corroborando com a posição hettneriana, em clara oposição a concepção lablachiana, Hartshorne (1939) define que a região não é uma realidade evidente, dada, a qual caberia apenas ao geógrafo descrever. A região é um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço. Assim, a categoria região representa a síntese das complexas relações entre a Geografia Física e Humana, sendo, ao mesmo tempo, o campo empírico de observação e o campo da verificação das relações gerais. A partir de um método regional, a dicotomia sistemático/particular desaparece em uma espécie de complementaridade compreendida na noção de região.

Conforme as explicações de Gomes (2003, p. 240):

[...] o criticismo de Hartshorne, legado de Kant e Hettner, busca a generalização através do estabelecimento de conceitos claros e objetivos. O mais importante é, sem dúvida alguma, o de região. Este conceito está na base da concepção científica da diferenciação espacial e, a partir de sua definição, a Geografia pode desenvolver um método regional fundado na análise comparativa das estruturas espaciais.

A região enquanto instrumento de identificação territorial do geógrafo é, de acordo com Hartshorne, um objeto individual; a realidade existente, não-conceitualizada, é sempre única, pois há uma dimensão incontornável de singularidade que não pode ser esquecida. Dessa maneira, as regiões são caracterizadas por sua homogeneidade quanto a características preestabelecidas, selecionadas em função de sua relevância no esclarecimento das diferenças de áreas. Para o autor (1939, p. 616), dois tipos de região podem ser identificados: “a *região formal* (ou região uniforme), na qual toda a área é homogênea quanto ao fenômeno ou fenômenos considerados; e, a *região funcional ou nodal*, na qual a unidade é conferida pela organização em torno de um nó comum, que pode ser a área-núcleo de um Estado, ou uma cidade no centro de uma área de relações comerciais”.

Por conseguinte, pode-se dizer que quando Hartshorne (1978) discute o conceito de região, afirma que esta categoria da Geografia não existe por si mesma e que por isso o pesquisador (geógrafo) não procede à sua identificação e nem a reconhece; o que existe é a realidade a ser examinada e compreendida. Para o autor, as regiões são apenas ferramentas e, seguindo a linha de pensamento de Kant e Hettner, sustenta que as regiões são apenas construções mentais, isto é, simplificações do mundo que a mente usa para impor um ordenamento espacial.

4 | AS INOVAÇÕES EMPREENDIDAS NO CAMPO DA GEOGRAFIA REGIONAL

Nitidamente influenciado pelas concepções kantianas e hettnerianas, Richard

Hartshorne procurou desenvolver reflexões sobre a epistemologia, natureza e aspectos metodológicos da Geografia. Para Andrade (1987, p. 79), em dois livros, *A Natureza da Geografia* (1939) e *Propósitos e Natureza da Geografia* (1959), Hartshorne desenvolve as teses dos mestres alemães (Kant-Hettner) a quem seguiu, e especula sobre a análise das inter-relações entre os fenômenos, admitindo duas formas de estudá-los: ou partir do particular, da região, quando se fazia a Geografia a que chamou de Idiográfica, ou de forma generalizadora, aquilo que se considera como Geografia Geral, ao se fazer o que denominava Geografia Nomotética. Assim, Hartshorne sem romper com o pensamento mais ligado à Geografia Clássica, já representa um papel de transição no “horizonte geográfico”.

De acordo com as reflexões de Moraes (2003), um aspecto de relevante importância no pensamento hartshorniano consiste no fato de que este propõe novas formas de estudo à ciência geográfica, representadas pela Geografia Idiográfica e Geografia Nomotética, resgatando e ampliando as concepções neokantianas. A primeira representa uma análise singular (de um só lugar) e unitária (que tenta apreender vários elementos), o que leva a um reconhecimento bastante profundo de determinado local. Já a segunda, expressa uma análise que deve ser generalizadora, apesar de parcial. Neste tipo de estudo, o pesquisador deve parar na primeira integração e reproduzi-la em outros lugares, objetivando elaborar um “padrão de variação” dos fenômenos tratados, abrindo a possibilidade de um conhecimento genérico. Dessa forma, Hartshorne articulou a Geografia Geral e a Geografia Regional, diferenciando-as pelo nível de profundidade de suas colocações. Quanto maior a simplicidade de fenômenos e relações tratados, maior a possibilidade de generalização. Quanto mais profunda a análise efetuada, maior conhecimento da singularidade local. Esta proposta foi amplamente discutida na Geografia, pois abriu novas perspectivas ao estudo geográfico.

Hartshorne, inspirado pela classificação das ciências de Kant, sugere uma separação entre as ciências sistemáticas de um lado e de outro — a Geografia e a História. O campo sistemático das ciências naturais está mais próximo do modelo nomotético, enquanto as ciências sociais, pelo caráter único dos fenômenos que estudam (os mesmos fatos não se repetem na história; uma montanha, ou um rio nunca é igual a outro) se identificam muito mais ao modelo idiográfico. Todas as disciplinas, no entanto, segundo Hartshorne devem fazer apelo aos dois procedimentos — nomotético e idiográfico — a ciência, aliás, costuma proceder do particular ao geral. Ele reconhece, pois a necessidade de estabelecer esquemas gerais em todos os campos científicos, inclusive na Geografia. Entretanto, uma grande parte dos fenômenos observados pela Geografia possui um caráter singular e uma localização única. Desta maneira, a despeito do fato de que a meta fundamental da Geografia deva ser o estabelecimento de uma classificação global de regiões, em sistemas genéricos e específicos (a primeira, fruto de uma classificação comparativa; a segunda, uma síntese singular de localizações), estas regiões possuem sempre aspectos que são irreduzíveis a qualquer generalização. (GOMES, 2006, p. 60).

Para Hartshorne (1978), a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da

natureza e da sociedade. Afirma que a Geografia deve procurar compreender como os fenômenos se combinam em uma área da superfície terrestre. Seguindo o pensamento de Hettner, Hartshorne considera que não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia, pois interessam a esta ciência todos os fenômenos que apresentam uma dimensão espacial.

Desse modo, a Geografia consiste em

[...] uma ciência que interpreta as realidades da diferenciação de áreas do mundo, tais como elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares. (HARTSHORNE, 1939, p. 462, tradução nossa).

Segundo o autor (1978), a Geografia se constitui em uma disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da Terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem. Esta descrição científica deve incluir tanto o que se sabe, quanto o que pode ser inferido, quer dos fenômenos, quer das relações de processos e associações de fenômenos.

Na concepção de Hartshorne (1939), a Geografia

[...] procura adquirir um conhecimento completo da diferenciação por áreas do mundo e, portanto, discriminar os fenômenos que variam em diferentes partes do mundo somente em termos de sua significação geográfica — isto é, em sua relação com a diferenciação total de áreas — não necessariamente em termos da extensão física sobre a terra, mas como uma característica de uma de extensão mais ou menos definida. (HARTSHORNE, 1939, p. 463, tradução nossa).

De acordo com este ponto de vista, o principal objetivo do estudo geográfico é a síntese, uma integração de características relevantes, com vistas a fornecer uma descrição total de um lugar (uma região) que é identificável por sua combinação particular dessas características. Há, então, de acordo com Hartshorne (1939, p. 460), uma íntima analogia entre a Geografia e a História; a última fornece uma síntese das “seções temporais da realidade”, enquanto a primeira realiza uma tarefa similar para as “seções espaciais da superfície terrestre”.

A crosta da Terra, que constitui o objeto de estudo da Geografia, é um complexo de várias integrações de uma larga multiplicidade de fenômenos, inter-relacionados numa grande diversidade de maneiras. Do ponto de vista de outras ciências, ou da Filosofia, é útil classificar esses fenômenos, em diferentes maneiras. A Geografia, procurando analisar a complexidade dos fenômenos que se integram na realidade, cuida de examinar as relações que existem entre os fenômenos, de quaisquer tipos, que se revelem significantes na integração total. Em muitos casos, tais relações poderão ser as que se observam entre fenômenos humanos e não humanos, ao passo que em outros elas se verificam entre fenômenos animados (humanos e não humanos) e inanimados, ou entre fenômenos visíveis e invisíveis, ou entre fenômenos materiais e imateriais. Mas nenhuma dessas dicotomias é logicamente mais significativa do que as outras para a Geografia. Em cada caso, a natureza particular dos fenômenos é que determina as relações. (HARTSHORNE, 1978, p. 68).

As explicações de Lencioni (2003) demonstram que para Hartshorne não há fenômenos particulares à Geografia, assim como também não há um objeto de estudo que lhe seja específico. Para ele, as ciências se definem, sobretudo, por seus métodos próprios de investigação, e menos segundo a determinação de objetos particulares de estudo.

Perseguindo as trilhas de Kant e Hettner, Hartshorne considera que para a compreensão do presente é necessária à perspectiva histórica, contudo observa que essa perspectiva não se confunde com a Geografia. Afirma que não cabe à Geografia investigar a gênese e desenvolvimento dos fenômenos. O olhar do geógrafo deve estar dirigido para a apreensão do caráter das áreas, não se confundindo com o olhar do historiador, interessado nos processos em si. Acima de tudo, diz que cabe ao geógrafo entender a diferenciação das áreas da superfície terrestre. (LENCIONI, 2003, p. 126).

Hartshorne (1939) demonstra que desde Kant, passando por Humboldt e Ritter, a Geografia teria se caracterizado por ser o estudo das diferenças regionais. Este é, pois, o traço distintivo que marca a natureza da Geografia e a ele deve-se ater. O método corológico/regional, ou seja, o ponto de vista da Geografia, de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais, é a particularidade que identifica e diferencia a Geografia das demais ciências. Há outros campos que estudam os mesmos fenômenos, mas só a Geografia tem esta preocupação primordial com a distribuição e a localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave na definição de um campo epistemológico próprio à Geografia.

O método corológico/regional, segundo Hartshorne (1939; 1978), orienta a Geografia em direção à reunificação de seu campo de pesquisas físicas e humanas, pois a região é a síntese destas relações complexas. Os fatores humanos e naturais não têm que ser identificados separadamente — qualquer insistência anterior nessa direção ocorreu em função dos argumentos dos deterministas ambientais — e a divisão entre Geografia Humana e Geografia Física é infeliz, porque ela limita a esfera de integrações possíveis no estudo da realidade.

Em suma, para Hartshorne (1978), a Geografia não pode ser considerada como dividida em estudos que analisam elementos individuais através do mundo, e estudos que analisam complexos totais de elementos, por áreas. Aqueles constituem, logicamente, parte integrante das ciências sistemáticas respectivas, ao passo que estes simplesmente são irrealizáveis. Todos os estudos de Geografia analisam as variações espaciais e as conexões de fenômenos em integração. Não existe dicotomia ou dualismo. Pelo contrário, verifica-se uma gradação ao longo de um *continuum*, desde os estudos que analisam os complexos mais elementares em variação espacial através do mundo, até os que analisam as mais complexas integrações em variação espacial dentro dos limites de áreas reduzidas. Os primeiros podem ser adequadamente denominados “estudos tópicos” e os segundos, “estudos regionais”,

desde que nos lembremos de que todo e qualquer estudo verdadeiramente geográfico envolve o emprego de ambos os critérios, o tópico e o regional.

A grande maioria dos geógrafos reconhece que o mundo não é um mosaico de regiões distintas, e que não podemos esperar classificar as integrações mais complexas dos fenômenos espaciais num único sistema objetivo de regiões. Não obstante, esses geógrafos admitem que é necessário, a fim de analisar as integrações complexas em termos de uma limitada amplitude de variações espaciais, dividir as grandes áreas em parcelas menores. A finalidade de dividir-se uma área é obter seções de áreas, ou “regiões”, de tal forma que, dentro dos limites de cada região, os elementos do segmento de integração que for objeto de estudo demonstrem apresentar inter-relações quase constantes e o máximo grau de interconexões entre os lugares, ao passo que a descontinuidade nesses dois aspectos ocorrerá principalmente ao longo das linhas divisórias das diversas regiões. Quanto mais complexo o segmento de integração que for estudado, maior será o grau de divisão das áreas. Por conseguinte, conforme observou Preston James, o “conceito regional” e o “método regional” não devem ser confundidos com o que comumente denominamos “Geografia Regional”. Efetivamente, o conceito regional é aplicável, e o método regional utilizável, em qualquer nível de estudos geográficos, ao longo de um *continuum* que começa pela análise das integrações mais elementares (a abordagem tópica extrema) até chegar à integração máxima (a abordagem regional extrema). (HARTSHORNE, 1978, p. 137).

O contraste expresso pelos termos Geografia Sistemática ou Geografia Geral, em oposição a Geografia Regional, não consiste para Hartshorne (1978) na divisão da Geografia em duas partes. Igualmente não se trata de uma oposição entre dois métodos distintos de investigação, a serem empregados separadamente cada um deles em determinadas pesquisas. Qualquer que seja a extensão da área estudada interessa analisar uma integração de fenômenos extremamente complexa que varia conforme as áreas, de maneira também altamente complexa. Para decompor essa dupla complexidade de maneira mais viável, é necessário, em qualquer pesquisa geográfica, empregar dois diferentes métodos de análise em grau variável e alternadamente: análises de segmentos de integração e análises de seções de áreas.

Decompomos a complexidade total da integração formada pelos fenômenos inter-relacionados no mesmo lugar, e interligados entre vários lugares, pela divisão tópica em segmentos, cada qual consistindo em uma integração menos complexa e mais íntima. E decompos a complexidade da variação espacial pela divisão regional em unidades de áreas, cada qual incluindo uma amplitude restrita nas variações do segmento de integração que for objeto de estudo, e uma interconexão mais estreita dos fenômenos, de lugar a lugar. Quanto maior o grau de divisão tópica, menor grau de divisão regional será necessário. E com a crescente complexidade dos segmentos tópicos, mais longe deverá ser levada a divisão regional (isto é, em maior número de unidade). Os estudos geográficos não se dividem em dois grupos, mas se distribuem ao longo de um *continuum* gradual, a partir dos estudos tópicos de integração mais elementar, num extremo, até os estudos regionais da mais completa integração, no outro extremo. (HARTSHORNE, 1978, p. 152).

Por conseguinte, os dois métodos de abordagem se utilizam do critério regional, isto é, da divisão em seções da área total que for objeto de estudo, cada uma das quais possuindo um grau máximo de unidade, quer de caráter, quer de organização

coerente, ou ainda, de uma e outra coisa. No entanto, se estiver sendo utilizado, em um dado momento, o critério tópico ou o critério regional, podem ser aplicados da maneira mais eficiente diferentes conceitos de regiões.

Hartshorne empreende uma inovação epistemológica com relação à abordagem da questão do método nas pesquisas de cunho geográfico. Através da utilização em seus estudos de um método com bases empírico-indutivas, o autor rejeita e supera os métodos até então empregados na Geografia, além de também demonstrar sua constante preocupação em relação à estruturação de uma metodologia própria dessa ciência.

Por último, cabe lembrar que através do resgate do pensamento de Hettner e, conseqüentemente, das ideias de Kant, Hartshorne foi capaz de evidenciar a problemática do uso do método na ciência geográfica, propiciando um avanço teórico a este ramo do saber científico. Para Claval (1981), a exploração histórica empreendida por este geógrafo demonstrou para a maioria da comunidade científica geográfica até então determinista, e também para as gerações posteriores de geógrafos, que a Geografia se diferencia da maioria das demais disciplinas pelo fato de que consiste, sobretudo, em uma ciência-método.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das temáticas enfocadas durante o texto torna-se possível inferir que Richard Hartshorne ocupa um papel de destaque no *hall* de pensadores responsáveis por significativas mudanças teórico-metodológicas na Geografia.

A versão americana da Geografia Regional atingiu o seu ápice no período entre guerras com a ascensão da escola denominada de *diferenciação de área, corológica* ou *descrição regional*, tendo em Hartshorne seu principal teórico. Baseado na perspectiva de Hettner, sob a ótica do pensamento kantiano, o teórico realizou uma série de reivindicações sobre a Geografia Regional como núcleo da disciplina geográfica, ocupando lugar singular dentro da divisão acadêmica do trabalho.

Partindo do conceito de “região”, Hartshorne foi capaz de conceber o processo de diferenciação espacial, o qual serviu de base para a elaboração do método corológico/regional fundado na análise comparativa das estruturas espaciais. O estabelecimento desse método visou orientar a Geografia em direção à reunificação de seu campo de pesquisas físicas e humanas, pois a região é a síntese destas relações complexas. Dessa forma, a dicotomia sistemático/particular desaparece em uma espécie de complementaridade compreendida na noção de região. Para o teórico, uma Geografia científica deve se definir a partir de um método, para assim, proceder à análise racional da realidade, organizando categorias gerais e tipologias funcionais explicativas.

No campo da Geografia Regional, Hartshorne afirmou que a Geografia pode ser considerada uma ciência da diferenciação regional da superfície terrestre. Através

da proposição de uma Geografia Idiográfica e Nomotética, este teórico foi capaz de articular a Geografia Regional à Geografia Geral, bem como superar aspectos dicotômicos desse ramo do conhecimento.

A Geografia procura, (1) com base na observação empírica, tão independente quanto possível da parte do observador, descrever os fenômenos com o máximo de exatidão e de certeza; (2) fundamentada nisso, classificar os fenômenos, o quanto seja permitido pela realidade, em termos de conceitos genéricos, ou “universais”; (3) através da consideração racional dos fatos, assim assegurada, e pelos processos lógicos de análise e de síntese, incluindo-se aí a construção e uso, onde possível, dos princípios gerais ou leis de relações genéricas, para atingir a compreensão máxima das inter-relações científicas dos fenômenos; e, (4) organizar esses resultados em sistemas ordenados de modo que o que é conhecido conduza diretamente às margens do desconhecido. (HARTSHORNE, 1978, p. 169-170).

Por fim, deve-se ressaltar que ao desenvolver suas reflexões sobre a natureza da Geografia como ciência, Hartshorne tornou-se o teorizador mais importante da Escola Clássica Norte-Americana de Geografia, sendo que sua produção acadêmica encontrou repercussão, dado o seu caráter amplo e explicitamente metodológico. Este foi responsável por realizar uma modernização no arcabouço teórico da Geografia Clássica, sendo capaz de manter a essência da busca de um conhecimento unitário. Através da publicação de *The Nature of Geography* (1939) e *Perspective on the Nature of Geography* (1959), o autor transformou o debate teórico-metodológico até então desenvolvido no âmbito da ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea**: uma introducion a la Geografía. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1983.

CLAVAL, Paul. **Evolución de la Geografía Humana**. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981.

ENTRIKIN, J. Nicholas; BRUNN, Stanley D. **Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography**. Washington: Association of American Geographers, 1989.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; _____ (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GREGORY, Derek [et al.] (Org.). **The Dictionary of the Human Geography**. 5. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

GUELKE, Leonard. Geografia Regional. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

HARTSHORNE, Richard. On the Mores of Methodological Discussion in American Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 38, n. 2, 1948. p. 113-125.

- _____. On the Concept of Areal Differentiation. **Professional Geographer**, v. 14, 1962. p. 339-342.
- _____. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- _____. The Character of Regional Geography. In: AGNEW, John A.; LIVINGSTONE, David J.; ROGERS, Alisdair. **Human Geography: an essential anthology**. Oxford: Wiley-Blackwell, 1996. p. 388-397.
- _____. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 3 e 4, 1939. p. 173-658.
- JOHNSTON, Ronald J. **Geografia e Geógrafos: a Geografia humana anglo-americana desde 1945**. São Paulo: DIFEL, 1986.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico**. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1.
- SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002.
- UNWIN, Tim. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.
- WARF, Barney. **Encyclopedia of Human Geography**. London: SAGE, 2006.

ADVENTURE-TIME: O CRONOTOPO NO ESPÍRITO DO NEOLIBERALISMO DE HAYEK, KEYNES E MISES

Marcus Antonio de Lyra Alves

Mestre em Semiótica da Cultura pela University of Tartu, Tartu, Estonia (2015). Mestre em Meios e Processos Audiovisuais, ECA-USP (2019). Pós graduado em Comunicação e semiótica pela Anhembimorumbi. Especialização em História da Arte: a Arte como Expressão Social pela PUC-SP. Email: marcus.lyra@gmail.com

RESUMO: Cronotopos - formulações culturais de espaço-tempo que elucidam o conceito de temporalidade e o ritmo da processualidade material significativa - são aqui tomados pelas relações semióticas espaço-temporais que organizam ações políticas. Empreitamos no presente trabalho, a investigação do texto cultural do neoliberalismo de Friedrich Hayek, John Maynard Keynes e Ludwig von Mises, através da observação de seu cronotopo, isto é, concepção temporal que leva à ação, e a forma como este cronotopo se relaciona com as premissas desta posição política. Pudemos, através da leitura covalente entre as esferas da ação e do discurso, identificar traços do cronotopo de tipo *Adventure-time* na perspectiva dos pensadores supracitados, sobretudo no estabelecimento de estados de realidade e a subsequente manufatura de rituais de mudança galgados na suposta autossuficiência racional. Por fim, advogamos pela relevância

do cronotopo como elemento de análise de processos que relacionem discurso e ação para as ciências sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Cronotopo; Discurso, Neoliberalismo; Ideologia; Política

ADVENTURE-TIME: THE CHRONOTOPE ON THE SPIRIT OF THE NEOLIBERALISM OF HAYEK, KEYNES AND MISES

ABSTRACT: Chronotopes - cultural formulations that enlighten the concept of temporality and the rhythm of the meaningful objective processuality - are hereby taken by the space-temporal semiotic relations that organize political actions. We aim on the present work towards the investigation of the cultural text within the neoliberalist propositions of Friedrich Hayek, John Maynard Keynes and Ludwig von Mises, through the observation of their chronotope, that is, temporal conception that leads to action, and the the reasons way this chronotope relates to the very premises of this political positioning. We could, through the reading of the conjoined layers of action and discourse, identify signs of the *Adventure-time* type chronotope on the perspective of the above-mentioned authors, mainly on the establishment of the discursive states of reality and the subsequent mastering of the rituals of change tied to the supposed rational self sufficiency. In the end, we advocate

for the relevance of this chronotope as a practical element on the analysis of processes that relate discourse and action within social sciences.

KEYWORDS: Chronotope; Discourse; Neoliberalism; Ideology; Politics

Introdução

O ato deve ser compreendido como linguagem a partir de sua estruturação racional, de forma a desvelar seu composto comunicacional significativo inscrito no tempo. Boris Uspensky comprime o conceito em uma passagem:

(...) não é, entretanto, o significado objetivo dos eventos (se podemos presumir que algo deste tipo exista) que importa, mas a forma que eles são percebidos, a forma como são lidos. (USPENSKY in: TAMM, 2017, p.2019)¹

O conceito de tempo leva a um conceito de ação. Por charme do destino, o primeiro trabalho da autoria de Bakhtin (BAKHTIN, 1993, p.VIII), datado de 1919-1921, foi justamente seu estudo sobre a filosofia da ação, tendo sido descoberto apenas muito mais tarde em 1986, traduzido em inglês e inserido nos círculos intelectuais ocidentais apenas em 1990. Entre a escola do eixo Tartu-Moscú e Bakhtin, o presente trabalho traz o esforço de realizar uma análise da dimensão do discurso através da ação com duas considerações centrais acerca do “discurso” e da “ação”: O discurso incutido na ação é um discurso social, histórico e necessariamente político, e a ação por sua vez é adequadamente analisável apenas quando observada pela dimensão temporal como processo; assim temos um Cronotopo, ou seja, um conceito significativo espaço-temporal.

Delimitando nosso objeto, o enfoque deste trabalho considera - e se limita - aos discursos de três proponentes centrais ao neoliberalismo, Hayek, Keynes e Mises, extraíndo destes as nuances de suas considerações da utilização significativa do tempo através de um discurso almejando a alteração do estado de mundo. Ainda, interpreta-se como fundamentais à análise o estudo crítico da obra dos três pensadores citados, considerando como centrais os valores positivistas imbuídos na calculabilidade da produção técnica (ANGELI, 2017, p.582) assim como no estabelecimento de um mercado de respaldo lúdico especulativo e de crédito.

Mas afinal, como podemos observar o discurso da temporalidade? O trabalho de Bakhtin elucida que a análise de fatos históricos não possa decorrer apenas de seu discurso formalizado, ressaltando que quaisquer expressões literárias, mesmo populares, sejam consideradas como reflexos e também criadoras de movimentação intelectual política. Ao analisar o texto, consideramos que a constituição narrativa de uma realidade literária não difira da construção discursiva de uma realidade social pragmática política, conquanto que a história e a literatura se tecem pelas mesmas linguagens, textos e semântica. Ambas são signos, e por estas vias consideramos

1 “From this point of view, it is thus not the objective meaning of events (if anything of the kind be presumed to exist) that matters, but the way they are perceived, the way they are read.”

fundamental que atos sociais sejam analisados como narrativas já que o engendramento de suas mais íntimas condições emana dessa mesma complexidade.

1 | A QUESTÃO DA VALIDADE DO TEXTO CULTURAL COMO FONTE DA ANÁLISE DA TEMPORALIDADE POLÍTICA

O material da ‘análise da ação’ deve ser o tempo; ou melhor, a convenção cultural da temporalidade, ou o Tempo Social. Bakhtin nos indica que a temporalidade do texto literário e sua estilística estão intimamente relacionados de modo que as manobras e distensões temporais podem, elas próprias, servir como fator significativo para que se estabeleça um gênero literário de uma obra em questão (BALLENGEE, 2005, p.132). Entre estas variantes, a modalidade estilística que parece se sobressair nas análises dos textos literários modernos e contemporâneos, é a modalidade que Bakhtin denomina de “tempo de aventura” na versão brasileira, ou *Adventure-time* na edição inglesa - que utilizamos por haver extensos registros de pesquisas sob esta alcunha.

O modelo *adventure-time*, segundo Bakhtin, se caracteriza por alguns aspectos fundamentais entre os quais a suspensão temporal desajustada ao ritmo narrativo que envolve o texto, deformando um período específico onde decorra uma ação determinante para o enredo (BALLENGEE, 2005, p.133). Um segundo ponto - de extrema importância para esta análise - é a necessidade de uma determinação discursiva de dois pontos entre os quais a ação deste tempo em suspensão opere como um salto, uma conexão, um *jumper*. *Adventure-time* é, desta forma, o recurso técnico em literatura - mas não limitado à literatura como defendemos - que salienta a distensão temporal inerente ao tensionamento de um lance de sorte, um ato heróico. É o lançar dos dados que definirá o jogo, que decorre em uma cena extremamente alongada, de dimensões amplificadas como em um microscópio até que a face final do dado seja revelada.²

É fundamental considerarmos que os textos culturais e a história não sejam distantes em seus exercícios e tecedura como se espera que positivamente fossem. Desde Don Quixote (HAUSER, 1972, p.539-554) fechando o ciclo metalinguístico “simultaneamente representado e representante” (BAKHTIN, 1981, p.45) ou um Henry Fielding (1707-1754), por exemplo, autor de *The History of Tom Jones, a Foundling* (1749) vemos que obras de ficção são formas de história (BEMONG Et Al., 2010, p.72). Poderíamos claramente considerar que os primeiros contos do início das civilizações não fossem menos que manifestações de uma história apócrifa (Bemong et al., 2010, p.72). Ao atentar-se aos problemas da análise histórica no fim do século XX após reformas funcionalistas das ciências, Yuri Lotman ressaltava

2 Estas perspectivas são introduzidas na sua obra intitulada na edição inglesa *Forms of Time and of the Chronotope in the Novel*, aqui apresentada na edição *The Dialogic Imagination - Four Essays*, University of Texas Press, 1981

com veemência que o historiador está preso em um processo interpretativo que por nenhum meio se difere das formas de construção e análise de textos literários (TAMM, 2017, p.216). Isso porque, os códigos que dão aderência e constituem o tecido de uma língua são eles mesmos históricos, a “decodificação é sempre uma reconstrução”, diz Lotman (1990, p.218). Por estas vias, sustenta-se a premissa de que a locução do texto político também não escape aos enlaces técnicos de uma estilística histórica predominante como qualquer peça de literatura, tampouco não possa ser observado cronotopicamente, como argamassa de sua temporalidade. Nas palavras de Bakhtin, esta conexão cronotópica entre literatura e o “espírito” político fica explícita na seguinte passagem, por exemplo:

No século XVII, os destinos das nações, reinos e culturas estavam também sujeitos a esta sorte da *adventure-time*, deus e vilões, um tempo com sua própria lógica. Isso ocorre nas primeiras novelas históricas européias, por exemplo, em *Artamène* de Scudéry, ou *Grand Cyrus* em *Arminius e Tusnelda* de Lohenstein e as novelas históricas de *La Calprenède* (BAKHTIN, 1981, p.96)³

Irene Machado, ao observar a relação entre o cronotopo e a história também nota que “para Bakhtin, a história literária da narrativa constitui uma enciclopédia de visões de mundo concretamente organizadas.”(MACHADO, 1998, p.37), considerando que muitas das inferências na cultura derivam ou confluem com as artes, e “Nesse sentido, o desenvolvimento das ideias não passa pelo crivo apenas dos filósofos, mas também e sobretudo pelas criações literárias”. Os elementos componentes da semântica de um texto cultural, como seu conceito temporal no exemplo presente (cronotopo), transpiram em todos os textos constituintes desta mesma configuração cultural.

De volta ao recorte estritamente político, às obras do contexto histórico de construção das bases dos Estados-nação europeus por exemplo, notamos que no interior destes romances

está uma curiosa “filosofia da história” que cede a constituição de destinos históricos a um hiato extratemporal que existe entre dois momentos da sequência real de tempo (BAKHTIN, 1981, p.96).⁴

Aqui, Bakhtin ilumina o critério-base da análise do tempo político, ou seja, o ritual que lança o mundo a outro estado significativo. Em sua análise, são momentos discursivos díspares que se constituem no tempo cultural-histórico sendo conectados através de uma processualidade simbólica composta por um conjunto de atitudes rituais, cujo código (ou decoro) é adequadamente orquestrado para que se alcance

3 In the seventeenth century, the fates of nations, kingdoms and cultures were also drawn into this adventure-time of chance, gods and villains, a time with its own specific logic. This occurs in the earliest European historical novels, for example in de Scudery's *Aitamene*, or the *Grand Cyrus*, in Lohenstein's *Arminius and Tusneldah* and in the historical novels of *La Calprenède*

4 *Pervading these novels is a curious "philosophy of history" that hands over the settling of historical destinies to an extratemporal hiatus that exists between two moments of a real time sequence.*

o próximo estágio ou estado de mundo idealizado.⁵ Logo após, Bakhtin lista a autobiografia e a biografia retóricas, sendo que nestas encontramos como base o “*enkomion*, o discurso civil, fúnebre e laudatório, que substituiu o antigo “lamento” (*trenos*).” (BAKHTIN, 1993, p.50), onde Bakhtin notavelmente declara:

essas formas clássicas de autobiografias e biografias *não eram obras de caráter livresco, desligadas do acontecimento político social e concreto*, e da sua publicidade retumbante. Ao contrário, elas eram *inteiramente definidas por esse acontecimento, eram atos verbais cívico-políticos*, de glorificação ou de autojustificação públicas (BAKHTIN, 1993, p.50).

Se toda ação social contempla uma noção temporal, a perspectiva política deve conter em seu DNA a revelação de um cronotopo, assim chegamos ao *Adventure-time*. Trata-se, defendemos, de uma conduta temporal que reforma a condição histórica anterior que compreendia um tempo social ainda sequencial e mecânico (Newton), ininterrupto sendo sobretudo teleológico (BEMONG Et Al., 2010, p.94). A sua nova característica é a tomada de poder da ação frente ao tempo decorrido, descentralizando a narratologia cristã escatológica e colocando a condição racional à frente da história do mundo.

Nesta inversão, o tempo social é uma das vítimas e acaba distendido, contorcido, para que a ação da empresa racional humana receba sua consideração significativa através dos seus processos; é, portanto, semiotizado. O aspecto fundamental que define a qualidade significativa da ação histórica é sua “eventualidade”, ou capacidade de tornar-se um evento (событие), considerando que “o momento presente seja algo além do resultado automático do momento anterior” (BEMONG et al., 2010, p.94 - nossa tradução).

Necessário lembrar que a temporalidade medieval conservava em seu perfil ideológico as condições de mistério e significação ainda místicos (FOUCAULT, 2005, p.19-46) que atravessaram o milênio cristão dos séculos IV e V com uma filosofia de Boécio ou Agostinho, aos séculos XVI e XVII com os maneirismos (HAUSER, 1972, p.357-373) abarcando densas reformas da identidade do tempo cristão.

Com a tomada de prumos da produção humana pelas mãos positivistas, exatas e funcionalistas, o nascimento de novos modelos de democracia e repúblicas culmina na transformação absoluta da hierarquia entre a natureza e o humano, mudança da qual a tecedura do mito da modernidade em Fausto de Goethe dá perfeita voz e imagem. “A trágica grandeza do homem moderno está vinculada ao fato de que teve a audácia de assumir, frente à Natureza, a função do tempo.” (ELIADE, 1977, p.99). O tempo estando nas mãos dos homens se sujeita necessariamente aos mandos da produção como qualquer outro elemento que se encontra no mercado mundial das novas indústrias, e os saltos entre estágios passam a ser calculados pelas mesmas

5 Ainda, em “Questões de Literatura e de Estética (A Teoria do Romance)” Bakhtin pontua as duas formas de romances de autobiografia, sendo a primeira a Platônica, que deve seu início aos clássicos diálogos como a Apologia e Fédon.

contas que regem a organização produtiva do mundo cultural de produtos. É neste sentido que o *Laissez-faire* é o símbolo régio do *adventure-time* e a sujeição do tempo à ação racionalmente calculada está presente na formulação de qualquer projeto pós-industrial. Um cronograma, palavra definidora dos projetos, não é o ajuste do projeto ao tempo, mas pelo contrário, a significação e função do tempo social dentro do projeto humano neste novo cronotopo. A ação deforma, suspende, manobra e reformula o tempo à medida em que confere a ele uma função dentro do escopo produtivo.

2 | HAYEK E O CRONOTOPO DO MUNDO AUTOSSUFICIENTE

Na primeira perspectiva dignamente moderna, encontramos em Friedrich August von Hayek (1899-1992) a figura cronotópica de um progresso fundamentalmente teleológico, onde há uma conexão direta entre a ordenação e nivelamento do mundo através da liberdade da atividade intelectual individual em terreno de competição. Em termos políticos, Hayek sustenta que o “planejamento” no Estado seja um ato de inferência racional que determine e cesse a liberdade dos indivíduos, isto é, não haveria legitimidade democrática, porque a manufatura da realidade partiria de um estabelecimento castrador. O Estado perde então sua legitimidade para Hayek, como estrutura democrática. O cronotopo de Hayek deve ser primeiramente investigado pelo fato de que ele sustenta a suposição de haver neste planejamento a realização de um modelo centralizado de mundo, ou seja, “Planejamento” passa a ser a determinação racional da história do mundo (ANGELI, 2017, p.563), onde as pessoas ficariam sujeitas a ocuparem determinados espaços com movimentações limitadas, o que, como vimos, impossibilitaria a ação empreendedora que supostamente daria plano aos saltos criativos do *adventure-time*. Nesta visão, a organização dos processos sociais partiria de uma via estritamente racional cujos cálculos sujeitariam os indivíduos à realização de determinadas funções, com lucros e ações limitadas, para a definição de uma realidade social idealizada (Utopia).

Adiante, Hayek expõe suas premissas, onde vemos que o liberalismo

considera a competição como superior não apenas porque na maioria das circunstâncias seja o método mais eficiente conhecido, mas porque é o único método pelo qual nossas atividades possam ser ajustadas para cada um sem uma intervenção autoritária arbitrária” (HAYEK, 2006. P.37-38)⁶

Aqui, a passagem é suficientemente evidente para demonstrar a perspectiva através das premissas ocultas, e de *promptu* se lança a condição inevitável de uma auto-regulação social, relegada à suposta ‘natureza das relações comerciais’. Vale lembrar, Hayek ecoa o conceito de Estado hegeliano com sua “sociedade civil”

⁶ “And it regards competition as superior not only because it is in most circumstances the most efficient method known, but even more because it is the only method by which our activities can be adjusted to each other without coercive or arbitrary intervention of authority.”

(*bürgerliche Gesellschaft*), que inclui todas as relações econômicas e familiares que se não integram na estrutura política e jurídica do Estado, sendo intrinsecamente uma esfera de egoísmo sem restrições, na qual cada um dos homens é inimigo de todos os outros” (GIDDENS, 2005, p.31). Outro aspecto presente na perspectiva cronotópica das ações liberalistas é a manifestação de uma suposta substância que permeia seu espírito garantindo ordenação, nivelção e sobretudo justiça, por meios que transcendam o cálculo e responsabilidade dos agentes sociais que projetam este mundo, ou a “colheita metafísica da mão invisível” (BAUMAN, 2000 p.38), onde ao contrário de esperarmos que se garantam processos de ordenação sociais autossuficientes, notamos que “o mercado prospera [justamente] na incerteza” (IDEM). Em outras palavras, roubar da sociedade a sua história. O *adventure-time* toma forma como uma atitude consciente individual que promulga uma cisão estrutural entre o ato e a narrativa que o precede.

Um abismo se formou entre o motivo de um ato ou ação realmente realizados e seu produto (...). Nós evocamos o fantasma da cultura objetiva, e agora não sabemos como exorcizá-lo. (BAKHTIN, 1999, p.10)

Ora, é necessário subentender que nesta perspectiva, os cálculos, ou seja, o *planning* ele próprio seja derivativo da autorregulação do mundo como uma mecânica cosmológica, e não mais um ato meramente deliberado. O modelo de Hayek entrega o processo social ao acaso “místico” já incutido na *Mão Invisível* que regula o mercado desde Adam Smith em *A Riqueza das Nações*, transferindo não só as tomadas de decisões para uma “metafísica da economia”, e transfe com isso a culpabilidade dos erros humanos, destruições e escárnios agora ocultos pela suposta naturalidade da competição. O cronotopo desta perspectiva relaciona semioticamente o tempo do herói ao tempo do mundo através da liberdade absoluta da ação do herói, que é racional e pode determinar, definir e sentenciar suas ações, mas apenas como realização de um plano superior que guia a trama sem que ele saiba. Esta configuração também descreve um cronotopo em que uma sequência de ações conflituosas é superada por um fim harmonioso que, na leitura de Bart Keunen, recebe o nome *regeneration chronotope* (BEMONG Et. Al., 2010, p.7).

Nesta monta, os destinos do mundo e dos homens são confluências necessárias e inertes às ações da razão, do cálculo, do planejamento, já que, de acordo com Hayek “razão não foi a força geradora da evolução cultural, mas co-evoluiu no curso do processo”(BACKHAUS, 2005, p.1 - nossa tradução). Assim ocorre

“o erro comum que os expoentes profissionais do *logos* e da lógica sempre tendem a cometer, como Marx coloca, de tomar as coisas da lógica pela lógica das coisas” (BOURDIEU, 1990, p.49).

A ‘liberdade’ tomada como ‘liberdade econômica’ subentende uma lógica natural aderida a um sistema, e por isso, não raro, o sistema recebe atribuições divinas,

metafísicas, e fortes conexões se estabelecem entre a economia e a fé, aos quais, o ato político seja um signo de transformação. Neste mundo, o cronotopo é uma relação mecânica unidirecional e fatalista, e “como Bergson, Bakhtin associa o cronotopo genérico da aventura com a racionalidade matemática. *Adventure-time* é caracterizado por um caráter elementarmente claro, formal, quase matemático”(BEMONG et. Al, 2010, p.47), nas palavras de Bakhtin, nesta configuração

a conexão entre o destino do indivíduo e seu mundo é externa. O indivíduo muda e metamorfoseia de forma completamente independente de seu mundo, e o mundo permanece inalterado (BAKHTIN, 1981, p.119)

3 | KEYNES E A TEMPORALIDADE MISTA

Em seguida encontramos John Maynard Keynes (1883-1946), não em sequência cronológica histórica, mas em sucessão de prevalência das vias econômicas. Na contramão da contextualização de Hayek para o cronotopo liberalista teleológico, Keynes deixa evidente, com surpreendente transparência, sua oposição formal ao que poderíamos chamar de estruturalismo econômico (CARDOSO & LIMA, 2008, p. 368), configurando um cartesianismo (BUENO, 2012, p.17). Cronotopicamente, Keynes assera que “o mundo não é desta forma governado de cima de forma que os interesses privados e sociais sempre coincidam” (KEYNES, 1963, p.312) ou seja, há uma virada fundamental na ordenação semiótica das coisas, e as responsabilidades dos acontecimentos são resgatadas da figura de mundo ordenado (como em Hayek) e trazidas de volta às mãos dos homens. Keynes encontra a legitimação do poder político e econômico “em algum lugar entre o indivíduo e o Estado moderno” (KEYNES, 1963, p.313) culminando na asserção de que o “progresso reside no crescimento e reconhecimento de corpos [*bodies*] dentro do Estado” (IDEM). Vale lembrar, a deformação do tempo social no cronotopo do *adventure-time* é uma característica marcante, visível na compressão de momentos históricos imensos, e aumento de momentos curtos. Vemos isso quando Keynes projeta uma suposta falta de evoluções sociais e culturais consideráveis entre períodos históricos demasiadamente extensos - tão extensos quanto o espaço de tempo entre dois mil anos antes de Cristo e o início do século XVIII (KEYNES, 1963, p.360). A visão de uma história com fluxos de “altos” e “baixos” níveis de progresso reitera a condição narrativa de construção racional do texto da realidade. A estrutura temporal deste modelo administrativo do mundo demonstra o imediatismo da ação por formas como a célebre frase “a longo prazo estaremos todos mortos”⁷ que caracteriza aquilo que hoje em dia se denomina Keynesianismo, afinal, dando à ação racional a medida exata da transformação.

Devemos considerar que, igualmente, no modelo de tempo do *adventure-time*, horas e dias da ação não deixam rastros “e desta forma, se pode ter quantos deles se deseja” (BAKHTIN in: BEMONG Et Al., 2010, p.66) na criação da narrativa.

7 A Tract on Monetary Reform (1923)

A empreitada racional autossuficiente interpela a manipulação do tempo, o que Bakhtin identifica sendo uma desconexão da “duração real”, portanto alterando as potencialidades, como um apêndice ou um *juniper* potencializador da história. As lacunas na história de Keynes ocorrem porque, fora da ação identificada como ‘realizadora de mudanças’, a história fica à mercê de deformações, reduções e reajustes; chegando Keynes a amalgamar três mil anos dentro de um envelope na gaveta da estagnação criativa humana. Estas distensões são comuns e necessárias no cronotopo apresentado, entretanto, na formatação dos ritmos do tempo histórico operando por um lado com a contração dos períodos pouco significativos à trama central e por outro com o esticamento desproporcionado das cenas de ação em que o herói efetua a atuação central. Tratando da variação “*adventure-folktale*”, Bakhtin (1981, p.119) esclarece que “o tempo não é meramente técnico”, mas um “todo integrado e irreversível”, enquanto que no *Adventure-time*, abre-se mão da rigidez do tempo para bem da narração de uma história e uma visão de mundo a partir da perspectiva do herói, do agente da história. Assim, “O elemento mais característico sobre este romance [*adventure-time*] é a forma como funde o curso da vida do indivíduo com seu percurso espacial ou curso (*road*)” (BAKHTIN, 1981, p.120). Esta deformação do tempo nas narrativas, em nada se difere das construções históricas eurocentristas que colocam a completude do montante histórico de todos os eventos dos povos conquistados precedendo a conquista em uma chave identitária única, um nome, um título sintetizador. Formulamos neste caso uma imagem exógena, cultural, que traz consigo uma distensão temporal importante em seu cronotopo. A ação racional autossuficiente é encarregada de conduzir o ritual significativo de ordenação do mundo, como um ícone, que relaciona por semelhança o significante (estado de mundo) e o significado (imagem do mundo).

4 | MISES E A AÇÃO RACIONAL TRANSFORMADORA

Na terceira etapa da investigação do discurso temporal por trás da ação liberalista, encontramos Ludwig von Mises (1881-1973). Este, de forma mais contundente que os demais se situa no extremo da ação, devoto absoluto do ato como transformação; herdeiro da teoria esotérica da “praxeologia” - o suposto estudo da prática. Isso coloca Mises no universo do particular como gerador de ação e centra a história nas mãos do indivíduo - cômico dos seus atos - como um herói que transforma o mundo mais do que pertence a ele (BUENO, 2012, p.17). O fundamento teórico sobre o qual Mises ergue todos os malabarismos da proposição liberalista é a suspeita de uma autossuficiência racional que apenas se supera nos textos Kantianos. Mises identifica que o mundo seja uma condição estabelecida de dados ou fatos cuja configuração final se estabelece através de escolhas meramente racionais (RODRIGUES, 2013, p.1004), mais especificamente, o próprio ato da escolha, permitindo a resolução na ambiciosa e grandiloquente premissa: “a vida implica numa sequência infinita de atos

e escolha” (MISES, 2001, p.12). A escola austríaca tem forte conotação pragmatista em seus trabalhos e Mises é ainda mais relevante neste aspecto por conta da intensidade das afirmações racionalistas que florescem seu discurso. Adentro de sua obra intitulada na edição americana “*Theory and History, An Interpretation of Social and Economic Evolution*”⁸ encontramos trechos que demonstram com clareza como o tempo da ação figura em sua conceituação, com relação profunda ao *adventure-time* pela separação entre indivíduo e mundo, herói autossuficiente e palco de sua ação, ou seja, uma prolífica quantidade de passagens de extremo teor racionalista, como a que segue:

Os atos mentais que determinam o conteúdo de uma escolha referem-se ou a fins derradeiros ou a *meios para se conquistar os fins derradeiros*. Os primeiros são chamados de julgamentos de valor. Os últimos são *decisões técnicas derivadas de proposições factuais*. No senso estrito do termo, o homem agente se direciona apenas ao final derradeiro, à conquista de um estado de coisas que melhor combine com suas alternativas. Filósofos e economistas descrevem este fato inegável declarando que o homem prefere aquilo que o faz mais feliz ao invés do que o faz menos feliz, e assim ele mira na felicidade. (MISES, 2001, p.12, nossa ênfase)⁹

É fundamental retornar no fato de que proponentes a quem Mises dá voz, consideram uma condição de pura agência e manipulação do texto social através da consciência, que em nada se distingue da atitude heróica prevista na análise de Bakhtin. Na história literária, por exemplo, Bakhtin ressalta uma mudança histórica considerável na estrutura narrativa no centro temático “ao redor dos processos de consciência das personagens”(BEMONG EtAl., 2010, p.51). Isso porque nos romances modernos, todas as formas de relacionamento entre as personagens e seu ambiente, sendo forças sociais e psicológicas, tornam-se centrais. A escolha que determina a trama histórica está presente quando Mises (2001, p.13) argumenta que se vê entre os mártires do cristianismo a presença da escolha de negação às tentações, frente à promessa de salvação e paz eterna sendo o martírio uma ação de escolha que podemos entender como uma atitude significativa objetivando os fins declarados ou esperados, a salvação e paz eterna, alterando o texto e o contexto da imagem do mundo. Noutro exemplo, o Capítulo intitulado “Meios e fins” é bastante revelador na descrição do mundo como um jogo dado à livre operação da racionalidade esclarecida de um indivíduo não-social. Encontra-se também a teoria de “juízos de valor” na mesma obra, que são, segundo Mises, ações voluntárias representantes das reais sensações internas jamais sujeitas a nenhuma prova ou evidência (MISES, 2001, p.18), sendo estas as fontes das ações humanas (IBID, p.19) e assim por diante em uma metáfora pobre do humano feito no laboratório para habitar uma maquete

8 com copyright de 1957 pela Yale University Press.

9 “The mental acts that determine the content of a choice refer either to ultimate ends or to the means to attain ultimate ends. The former are called judgments of value. The latter are technical decisions derived from factual propositions. In the strict sense of the term, acting man aims only at one ultimate end, at the attainment of a state of affairs that suits him better than the alternatives. Philosophers and economists describe this undeniable fact by declaring that man prefers what makes him happier to what makes him less happy, that he aims at happiness.”

como mundo, próxima a uma perspectiva racionalista ou idealista das que vimos no iluminismo. A esta ação individualmente racionalizada e responsável que vem a ser notada como primordial para a construção da narrativa do mundo racionalizado em modelo *adventure-time*, Bakhtin dá o nome de *postupok* (*поступок*) denotando ação consciente, liberta, deliberada. Etimologicamente, o nome significa um “passo dado” ou “dar um passo” (BAKHTIN, 1999, p.51).

Neste contexto narrativo, o indivíduo se percebe como criatura individual, agente ativo e racional, supondo completa distinção entre seus atos conscientes e processos externos ao seu corpo, e enfrenta ações deliberadas rumo à alteração da condição de mundo em que se percebe. Vale lembrar que “Toda a filosofia moderna nasceu do racionalismo e está completamente impregnada pelo preconceito do racionalismo” (BAKHTIN, 1999, p.47), prenunciando as palavras da grande individualista e advogada do capitalismo Ayn Rand, em que no apêndice de sua obra “*Atlas Shrugged*”(Outubro de 1957) lemos:

Minha filosofia, em essência, é um *conceito de homem como um ser heróico*, com sua própria felicidade como propósito moral de sua vida, com a realização produtiva como sua mais nobre atividade, e *razão como seu único absoluto* (nossa ênfase)¹⁰

5 | RACIONALISMO E TEMPORALIDADE SIGNIFICATIVA

Aqui, consideramos que a praça pública e a literatura sejam processos que se permeiam pela política, complementam e relacionam, já que

As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam *todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos*, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. (BAKHTIN, 2006, p.41 - nossa ênfase)

Por estas vias, o próprio Bakhtin não restringiu em nenhum momento seu cronotopo ao estudo literário compreendendo e - inclusive - demonstrando as diversas semiosferas culturais que se intercalam com suas aplicações, entre literatura, outras manifestações artísticas, políticas ou até filosóficas. Em suas análises isto fica bastante claro pela forma como relaciona linhas filosóficas a cronotopos específicos (BAKHTIN, 1981, p.165). Ele próprio já havia apontado para o caráter das manifestações culturais como movimentações significativas no eixo do tempo quando se considera festividades ou “Carnavais” como autênticas festas do tempo, de alternâncias e renovações, em que as festividades têm sempre uma íntima relação marcada com a sua temporalidade, já que “Na sua base, encontra-se constantemente uma concepção determinada e concreta do tempo natural (cósmico), biológico e histórico”(BAKHTIN, 1987, p.8). Curiosamente, esta conexão que transforma o

10 My philosophy, in essence, is the concept of man as a heroic being, with his own happiness as the moral purpose of his life, with productive achievement as his noblest activity, and reason as his only absolute.

cronotopo em um elemento identificável em diversas manifestações sociais da forma como Bakhtin o constituiu - no caso, até na filosofia - confere uma homogeneidade e consistência ao fenômeno tais que permitiriam a abertura de um *framework* para as ciências sociais como ferramenta investigativa de fenômenos políticos, o que surpreende não ter se estabelecido com toda a evidência devida no bojo dos estudos sociais, ao analisar o tempo político como uma manifestação epistêmica (discursiva) que permeia o momentos culturais de uma sociedade.

Anteriormente à programática contemporânea, o cronotopo do tempo linear clássico supunha a completa indiferença entre o herói e seu mundo sendo que as ações que o herói empreende ocorrem ao largo do tempo do mundo, se inscrevem na história, não são escritas pela história (BEMONG Et AL., 2010, p.51). Este tempo clássico possui um herói que sofre alterações ao longo de seu ritual heroico que são completamente separadas dos fluxos temporais do mundo ao seu redor. Mas algo acontece, como Bakhtin diagnostica, com a virada intelectual dos novos romances que coale aos percalços históricos europeus no berço do romantismo (liberalismo burguês), e aqui temos ocorrências correlatas com o industrialismo, a sublevação francesa e o nascimento dos Estados-nação. Neste ponto, o cronotopo se altera, e uma completa revolução Copernicana é empreendida com impactos profundos na constituição das ações políticas; tomando de empréstimo as palavras de Schopenhauer, o tempo sai do mundo e entra nos homens: “antes de Kant nós estávamos no tempo, agora o tempo está em nós”, diz. Esta mudança localiza no centro do indivíduo racional a intuição do tempo, que se entrega a ele como ferramenta permitindo a construção narrativa de sua realidade, e por decorrência, a programação do tempo histórico, que podemos estudar nos modelos neoliberais. Esta concepção de tempo recebe o nome de Tempo Social.

Levando a cabo esta relação peculiar com o tempo, podemos identificar a origem da figura espaço-temporal política que Bakhtin provém e que nos utilizamos na presente análise, ou seja aquela que considera a sociedade como signo da realização da obra racional humana sendo vista pela relação dialética “herói-mundo”, desde os trabalhos de Hegel entre *Filosofia do Direito* (1820) e mais tarde *Filosofia da História* (1837), fundando uma política programática em termos modernos e contemporâneos. Hegel articula uma configuração de mundo em que a existência do Estado neoliberal não seja uma determinação mecânica, mas uma realização de um fim teleologicamente determinado, como Lotman conduz, para o “Apóstolo da história” [Hegel] “o evento de sorte não existe e todo os eventos do futuro estão secretamente localizados nos fenômenos do passado” (LOTMAN, 2004, p.158)¹¹.

Estados, nações e indivíduos particulares eram descritos como “os órgãos e *instrumentos inconscientes do espírito do mundo* que funcionava dentro deles”, e os “indivíduos como sujeitos” eram caracterizados como os “*instrumentos vivos*”

11 “chance event does not exist and that all future events are secretly located in the phenomena of the past.”

Este mesmo fim seria alcançado pela liberdade absoluta provinda da razão individual dos indivíduos (MCCARNEY, 2002, p.16), o que nos deixa muito próximos das formulações dos cronotopos neoliberais, sobretudo entre Hayek e Mises. Nas palavras de Hegel, o Estado “é a realização da Liberdade, ou seja, a meta final absoluta que existe para si mesmo.” (HEGEL, 2001, p.39 : MÉSZÁROS, 2002, p.61). A relação cronotópica entre personagem e mundo em leitura dos seus atos (LOTMAN, 2004, p.125) na configuração do texto social hegeliana e liberalista demonstra sua característica fundamental, como salientada por Bakhtin, de profunda desconexão do mundo. Neste sentido Hegeliano que Bakhtin indica ser o indivíduo “meramente um sujeito físico da ação” (BAKHTIN, 1981, p.105) um ente “completamente passivo” não em sua concepção individual, - uma vez que ele, evidentemente age segundo suas vontades - mas no contexto de sua relação com os atos do mundo, suas atitudes intencionais se relacionam com a mudança da realidade através de elementos indiretamente ou teleologicamente orquestrados por algo “superior” (BAKHTIN, 1981, p.116), igual ao “homem” que vimos em Mises. Esta ação ocorre em um tempo excepcional, determinado por sorte, fundamentando o caráter do *Adventure-time* que Bakhtin ressalta ser relacionado a uma imagem de ação:

Este tempo vazio não deixa rastros em nenhum lugar, não há indicações de sua passagem. Ele é, repetimos, um hiato extratemporal que aparece entre dois momentos da sequência do tempo real, no caso, sendo um deles biográfico [...] É composto por uma série de segmentos curtos que correspondem a aventuras separadas, dentro de cada aventura, o tempo é organizado de fora, tecnicamente. (BAKHTIN, 1981, p.90)¹²

6 | UM CASO: A TEMPORALIDADE DO DISCURSO DE GERALDO ALCKMIN

Ao pinçarmos um exemplo mais aproximado a critério de verificação da programática das ações que modificam estados de mundo, é fácil identificar a premissa da temporalidade neoliberal em casos como o discurso proferido por Geraldo Alckmin na ocasião de sua posse na presidência do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)¹³, considerando a desburocratização do Estado pela sujeição de iniciativas privadas, quando se extrai a seguinte sentença: “vamos perseguir a inovação, de forma obsessiva. O conhecimento e a imaginação guiando o futuro a passos largos.”¹⁴ Evidentemente o futuro neste texto cultural deixa de ser uma condição de processo temporal e se sujeita à realização apenas através de um determinado “conhecimento”.

12 This empty time leaves no traces anywhere, no indications of its passing. This, we repeat, is an extratemporal hiatus that appears between two moments of a real time sequence, in this case one that is biographical. [...] It is composed of a series of short segments that correspond to separate adventures; within each such adventure, time is organized from without, technically.

13 publicado no jornal O Globo em 09/12/2017 18:52

14 Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/leia-integra-do-discurso-de-alckmin-ao-assumir-presidencia-do-psdb-22172412> acessado 04/01/2018

O indivíduo recebe um escopo narrativo de tudo que configura o conceito de “inovação”, e esta se executa na realidade ao passo em que provemos a ela o espaço e capacidade necessários para seu livre desenvolvimento. Assim, o indivíduo executa sua história em um cronotopo que não confere à sua ação o poder de criação do mundo, mas de influência para o natural desenvolvimento deste mundo imaginado, simbólico. O discurso coloca nas mãos dos homens portadores de um conhecimento específico (código) a capacidade de manufatura de um mundo que dará como fruto um “futuro melhor”, através de uma temporalidade linear, cumulativa. A relação supostamente sinérgica entre razão e progresso se demonstra também na fala: “Quero destacar, além da saúde, a necessidade de novas tecnologias para que a gente possa ter mais prosperidade, educação de qualidade.” que vincula o significado “prosperidade” com significantes “novas tecnologias” e também a “educação de qualidade”, como se houvesse uma relação causal inegável (indicial) entre a implantação de “novas tecnologias” como a coleção de aparatos e técnicas significantes - sendo a ação consciente dos homens - que daria vazão a uma imagem de “próspera educação de qualidade” como nova configuração de realidade denotada. Semioticamente, o conteúdo e a forma se confundem nos processos de criação da “história racional”, e neste âmbito o *adventure-time* ajuda a elucidar as ambições por trás do ritual da economia política que conecta agentes racionais a fins de ordem superior.

Bakhtin identifica que “o *adventure-time* está relacionado a uma imagem de ação que tenha sido construída ao redor de uma disjunção da sorte ocorrendo no momento de um encontro” (BEMONG Et Al., 2010, p.50 - nossa tradução), seja um “fortuito encontro” ou um “fortuito desencontro” com um estado de mundo, de onde derivam as escolhas racionais que desembocam a história no prumo acertado pela ação do herói. Estas escolhas são racionais e funcionam por lógica combinatória. Encontramos estes pontos expressos nas frases do discurso de Alckmin: “A ilusão petista acabou em pesadelo na maior crise econômica e ética a história do nosso país” onde se define um estado simbólico de mundo, seguido de “Agora é hora de olhar para frente com união e esperança renovada” determinando o momento de ação (significante) a partir do estabelecimento simbólico, convencional de um consenso de realidade.

No *adventure-time* como *imago* do mundo ou cosmovisão de um tempo, a empreitada da intelectualidade mercadológica humana se desenvolve no “mundo - plataforma” e as ações de inscrição da história através do discurso de mudança seguem os preceitos da atitude do herói literário deformando as durações em prol da adequada realização dos rituais significativos renovadores.

Ao herói neoliberal, a temporalidade histórica tem pouco serviço a prestar. O tempo do investimento é um ato de consciência e cálculo estando sujeito aos mesmos métodos de quantificação das probabilidades que quaisquer das variáveis envolvidas na grande empresa humana, seja nas ações revolucionárias do passado, seja na tomada de decisões entre compra e venda de ações na bolsa do capital volátil dos

mercados mundiais. Nas palavras de Bakhtin, O cronotopo real é a praça pública. (BAKHTIN, 1993, p.50)

7 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visamos demonstrar que, no discurso do tempo neoliberal, o agente - neste caso, herói neoliberal - é aquele que semioticamente executa escolhas através de suposta plena autonomia racional, como proposto por Mises, em um espaço que se configura como uma plataforma de pura combinação semiótica. Ele age relegando ao “superior” a organização final do ambiente social, seja com a manifestação da Mão Invisível em Smith ou o animismo inerente à da bolsa de valores e toda sorte de fatores supostamente naturais aos quais a explicação das diferenças de classes, miséria e guerras são em geral relegadas; uma “natureza” das coisas. No percurso de nossa investigação, alcançar uma clara identificação deste fenômeno depende da leitura covalente entre as esferas da ação e do discurso, ao passo que se considera os cronotopos o subproduto desta relação semiótica. A configuração dos processos do cronotopo, sobretudo em sua realização nas formas do *adventure-time* pôde então ser demonstrada através de três vias fundamentais entre os elementos fundacionais do neoliberalismo em sua configuração vigente; primeiro a condição de natural resolução do mundo sem intervenção humana na primeira parte com Hayek, seguido da condição de intermediária intervenção através de projetos coletivos em que o Estado e o indivíduo travam conflitos necessários em Keynes, e por último, a composição em que se altera o mundo pela razão autossuficiente na interlocução de Mises. Nas três formas do liberalismo do século XX demonstradas, entre Hayek, Keynes e Mises, orbitam as técnicas de uma construção semiótica (literária) da história com variações relacionais entre personagem e mundo contendo três graus diferentes, de forma que permita leituras aprofundadas dos padrões do discurso de realidade políticos pertencendo a universos narrativos identificáveis como cronotopos. Conforme almejamos demonstrar, estes cronotopos (*adventure-time* neste caso) surgem como matéria-prima provinda da fricção entre três dimensões de análise sendo, a construção narrativa da realidade, o estabelecimento de estados de mundo e a ação que escreve a história entre dois pontos estabelecidos. Esta última, por contemplar a dimensão da ação como composto ritual físico torna-se a viabilidade da significação do ato como um “salto no tempo” (*jumper*), estabelecendo conexões entre realidades discursivas previamente engendradas.

Bakhtin provém com sua clareza prática uma ferramenta de inestimável valia para as ciências sociais no âmbito dos estudos de discurso, poder, soberania, reconhecimento e ideologia, que conforme constatamos, são inadequadamente subutilizados face à potência de sua aplicação. O cronotopo presente no mundo cotidiano, relacionado por Bakhtin a estudos literários tanto quanto matéria das ações

políticas e históricas humanas, permite uma aprofundada leitura da ação dentro de discursos da esfera econômica - como aqui analisados em Hayek, Keynes e Mises - demonstrando as diversas variações de relacionamento que se estabelecem entre herói e seu mundo, entre agente e seu espaço, e todas as complexidades destas relações que dão luz a uma narrativa que permanecia dormente, mas que pode tirar o véu que recobre a ação humana convertendo as atrocidades em lógica e talvez, por fim, auxiliando no desmonte dos rituais que sujeitam vidas a concepções do cálculo egoísta das máquinas. Não há ação sem uma clara concepção significativa de tempo social assim como é impossível pensar em objetivos diretos sem uma concepção de estágios de realidade, e é exatamente no centro destas relações que encontramos os cronotopos, o espaço-tempo social, uma nova dimensão temporalizada para a análise da obra política humana.

REFERÊNCIAS

ANGELI, Eduardo. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol.47, n.3, p. 559-586, jul.-set. 2017

BACKHAUS, Jurgen. *Entrepreneurship, Money And Coordination. Hayek's Theory Of Cultural Evolution*. Edited By Jürgen G. Backhaus. Edward Elgar Publishing Limited, London, 2005

BACKHOUSE R.E. & Bateman, B.W. - *A Cunning Purchase: The Life And Work Of Maynard Keynes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular Na Idade Média E No Renascimento: O Contexto De François Rabelais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987

_____. *Questões De Literatura E De Estética (A Teoria Do Romance)*. TERCEIRA EDIÇÃO. São Paulo: Editora Unesp, 1993

_____. *Marxismo E Filosofia Da Linguagem*. 12ª Edição. HUCITEC, São Paulo, 2006

_____. *The Dialogic Imagination - Four Essays*. Edited By Michael Holquist Translated By Caryl Emerson And Michael Holquist. Texas: University Of Texas Press, 1981

_____. *Toward A Philosophy Of The Act*. Translation And Notes By Vadim Liapunov. University Of Texas Press. Texas, 1999

BALLENGEE, Jennifer *Below the Belt: Looking into the Matter of Adventure-Time. The Bakhtin Circle and Ancient Narrative*. edited by R. Bracht Branham. Barkhuis Publishing. Groningen University Library Groningen, 2005 [130–163]

BAUMAN, Zygmunt. *Em Busca Da Política*. Tradução De Marcus Penchel. Editora Jorge Zahar. Rio De Janeiro, 2000

BEMONG, N. Et Al. *Bakhtin's Theory Of The Literary Chronotope: Reflections, Applications, Perspectives*. New Hampshire: Gent, Academia Press, 2010

BOURDIEU, Pierre. *The Logic Of Practice*. Translated By Richard Nice. Stanford University Press. California, 1990

BUENO, Roberto. A Centralidade Do Argumento Neoliberal Em Von Mises, Hayek E Friedman: Uma Via Para A Crítica Política Contemporânea. Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR - v. 12 - n. 23 - 2º sem. 2012 - p. 9 a 34

CARDOSO & LIMA. A concepção de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 3 (34), p. 359-381, dez. 2008

ELIADE, Mircea . Ferreiros e Alquimistas, Zahar Editores, Rio de Janeiro. 1977

FOUCAULT, Michel. The Order Of Things. An Archeology Of The Human Sciences. Londres: Routledge, 2005

FLUSSER, Vilém. O Universo Das Imagens Técnicas: Elogio Da Superficialidade. São Paulo: Anablume, 2008

GIDDENS, Anthony. Capitalismo E Moderna Teoria Social. Editorial Presença. Lisboa, 2005

HAUSER, Arnold. História Social Da Literatura E Da Arte. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972

HAYEK, Friedrich. A. The Road To Serfdom. Nova Iorque: George Routledge & Sons. 2006

HEGEL, Georg W. F. - The Philosophy Of History. Ontario: Batoche Books Kitchener, 2001

KEYNES, John M. - Essays In Persuasion. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1963

LOTMAN, Yuri. Culture And Explosion. Berlim: Mouton De Gruyter, 2004

MACHADO, Irene. Narrativa E Combinatória Dos Gêneros Prosaicos: A Textualização Dialógica. Itinerários. Araraquara: PUC-SP, 1998.

MCCARNEY, Joseph. Hegel On History. Nova Iorque, Rotledge, 2002

MÉSZÁROS, István. Para Além Do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002

MISES, Ludwig. Theory And History - An Interpretation Of Social And Economic Evolution. Alabama: The Ludwig Von Mises Institute, 2001

RODRIGUES, João. The Political and Moral Economies of Neoliberalism: Mises and Hayek. Cambridge Journal of Economics, 37, [1001–1017] 2013

TAMM, Marek. Introduction: Semiotics And History Revisited. Sign Systems Studies 45(3/4) [211–229], Tartu, 2017

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS BANCOS EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Diego Paschoal de Senna

Universidade estadual do centro-oeste
UNICENTRO/Campus CEDETEG departamento
de geografia/DEGEO Guarapuava - PR

Sandra Lúcia Videira

Universidade estadual do centro-oeste
UNICENTRO/Campus CEDETEG departamento
de geografia/DEGEO Guarapuava – PR.

RESUMO: A crise imobiliária que abalou fortemente o mundo no ano de 2008 corroborou para variados estudos em diversas áreas do setor econômico. Visando constatar ou meramente explicar as consequências desta crise em determinados segmentos, nos deparamos com o sistema bancário português. Tal qual esta inserido no setor bancário europeu que ao longo dos últimos anos vem sofrendo grande avaria, sendo assim alvo de inúmeros estudos e publicações.

A partir deste contexto inicia-se um breve estudo sobre a reestruturação e fortificação do sistema bancário português, com destaque nas principais instituições atuantes, analisando e elencando o número de balcões, nacionais e estrangeiros, espacializados ao longo de todos os distritos portugueses.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia financeira; Portugal; Bancos.

THE TERRITORIALIZATION OF BANKS IN PORTUGAL: A PRELIMINARY ANALYSIS

ABSTRACT: The real state crisis that strongly shook the world in the year 2008 corroborated to varied studies in several areas of the economic sector. In order to verify or merely explain the consequences of this crisis in certain segments, we come across with the Portuguese banking system. Inserted in the European banking sector that over the past few years has been suffering great damage, being thus the object of countless studies and publications. From this context, a brief study on the restructuring and fortification of the Portuguese banking system begins, with emphasis on the main active institutions, analyzing and listing the number of counters, national and foreign, specialized throughout all Portuguese districts.

KEYWORDS: Financial geography; Portugal; Banks.

1 | INTRODUÇÃO

Diante desses incidentes inicia-se um breve estudo sobre a reestruturação e fortificação do sistema bancário português, com enfoque nas principais agências atuantes.

Assim, dada a importância do setor, com esta pesquisa pretendemos contribuir para os estudos sobre as dinâmicas territoriais

adotadas pelos bancos em Portugal, por meio da espacialização das agências no país, contribuindo para essa Geografia Financeira, revelando a dinâmica econômica em dado território, com análise de crescimento e/ou perda de agências diante do território, número de agências atuantes atualmente e quadro comparativo entre os anos de 2008 e 2014.

1.1 Conceitos de globalização relacionados ao mundo financeiro

Denominado como impreciso e unilateral por parte de alguns estudiosos, a globalização presenciou a crescente ascendência de uma nova ramificação do conceito no âmbito científico, fortemente baseado em fundamentos liberalizantes. Este novo conceito aplicado, principalmente por François Chesnais, definido como “mundialização”, diferia pelo menos nas primeiras obras, do de globalização, por se basear também em análises marxistas do capitalismo mundial.

Globalização é abordada como uma coligação entre indústrias, comércio e finanças. Desenvolvendo-se em várias regiões do mundo de forma coordenada e interdependente. Marcada pela forte influência do crescimento tecnológico e informacional.

Chesnais (1996) declara grande preferência no termo “mundialização” afirmando preferir o termo ‘mundial’ ao ‘global’, dando ênfase a ideia de que se a economia se mundializou seria interessante construir instituições políticas mundiais com o fim de controlar seus movimentos.

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p34).

Sendo assim a centralização do capital unida a descentralização da produção, ocasiona supremacia entre as grandes empresas multinacionais, que se ramificam cada vez mais no mundo atual. Sucessivamente sendo possível ditar todas as regras para a sociedade capitalista financeira mundial. Chesnais (1996) conduz sua temática, a partir de que, as grandes multinacionais se organizam perante parâmetros de concorrência. Auxiliando-se de forma indireta, e conduzindo o Estado a gerar incentivos fiscais buscando beneficiar-se, travando um “embate” propriamente dito entre ‘estado’ e ‘empresas’. As grandes multinacionais visando cada vez mais o acumulativo de capital, e o Estado buscando gerar novos empregos, circulação de renda e conseqüentemente giro econômico. Auxiliando-se de forma direta, porém com objetivos opostos.

A relação entre moeda e território é um fator determinante que abrange o mundo

financeiro atual. Mas já fora descartada, por boa parte de geógrafos economistas e estudos relacionados à área, por um longo tempo. Nota-se grande difusão do tema a partir dos anos 1990 iniciando-se assim variados estudos relacionados à área.

A moeda sempre permaneceu em segundo plano nos estudos da geografia econômica, devido à maioria dos autores basearem-se nas teorias neoclássicas, no qual a moeda é neutra ao longo do tempo. O impacto da moeda no território é tremendo, David Harvey (2000) utiliza-se de referenciais marxistas para relacionar a desigualdade entre as regiões e a concentração financeira aplicada no território, que alguns autores denominam como “a exclusão financeira”. A lógica capitalista faz com que existam áreas superpopulosas e de baixa renda, devido à incapacidade dos cidadãos de adquirir bens, enquanto certas áreas são beneficiadas com investimentos, gerando desigualdade financeira e territorial.

1.2 Ensaio sobre mundo financeiro

O papel das finanças no sistema capitalista é antecipar as transações, com o objetivo de diminuir o tempo em que os produtos permanecem sem serem usados. Caso não existissem as finanças, a economia teria grande parte de seus bens produzidos estocados à espera das etapas de consumo e produção. E o grande e principal objetivo do sistema atual econômico capitalista é a acumulação acelerada de capital, e descentralização da produção. O sistema das finanças é totalmente indispensável para a economia atual, pois é permitido emprestar o dinheiro acumulado nos fundos de depreciação a outros agentes, que, em troca de juros pode movimentar o dinheiro utilizando-o para produção ou comercialização.

Uma transação financeira é uma operação de empréstimo. O sistema financeiro gira em torno de crédito, com a premissa de transferência de valores e a promessa da devolução dos mesmos valores mais juros agregados. As transferências financeiras são caracterizadas por não serem definitivas, como no caso da compra de materiais, roupas, utensílios, entre outros. O dinheiro está em constante circulação direta e indiretamente na forma de informações. Os empréstimos podem ser direcionados de forma em dinheiro ou bem materiais como casas, carros etc. Ou até mesmo como apostas sendo o caso dos contratos de seguros. Segundo Singer (2000, p23).

Os empréstimos em dinheiro tomam comumente a forma de títulos financeiros, também chamados de crédito ou de débito. É o devedor que geralmente emite o título, sendo que muitos são negociáveis. Assim, por exemplo, o governo emite títulos da dívida pública, empresas emitem debêntures, consumidores emitem notas promissórias.

No mercado financeiro os títulos se igualam a mercadorias, que obviamente não são, podendo ser vendidos ou comprados, totalmente negociáveis. Mais precisamente os títulos são contratos de empréstimo. Sendo o comprador dos títulos o credor e sucessivamente o vendedor dos títulos o devedor. As principais transações

financeiras são: empréstimos de dinheiro, aluguel de bens, contratos de seguro, e a compra/venda de sociedades anônimas.

O papel das finanças na economia capitalista é o de antecipar as transações para ganhar tempo, ou seja, para minimizar o tempo de imobilização estéril de valores. A produção leva tempo e a venda do que foi produzido também. É o período de produção e o de distribuição. Estes períodos variam fortemente entre ramos de produção (SINGER 2000, p29).

Do ponto de vista econômico, o tempo em que o produto permanece em produção e em tempo de venda, é puramente desperdício. Singer:

Imaginemos um mundo sem finanças em que prédios são construídos. Para começar a produção, o empresário precisa ter reunido um capital considerável para pagar o terreno, todos os materiais e equipamentos para o início das obras e todos os salários a serem pagos ao menos no primeiro mês. O ritmo de construção estará sujeito não apenas às exigências técnicas, mas também às pecuniárias. Toda vez que o dinheiro do empresário não for suficiente para pagar tudo à vista, as obras serão paralisadas. E só quando o prédio estiver pronto, os apartamentos poderão começar a ser vendidos. E cada um será vendido à vista, o que significa que cada comprador terá que ter economizado o valor integral do apartamento antes de poder ocupá-lo (SINGER, 2000, p29).

Não é difícil compreender que em um mundo sem ativos financeiros, grande parte das mercadorias, imóveis, entre outros, estariam estocados a espera do consumidor reunir o montante de dinheiro necessário. O trabalhador teria que reorganizar sua jornada de trabalho, a fim de exercer sua vida ativa várias vezes, para consumir o equivalente que produziu, atrasando totalmente a economia mundial.

O crédito acelera tudo: o prédio pode começar a ser construído tão logo o empresário tenha obtido o financiamento mínimo inicial; em geral, nem compra o terreno, incorpora-o mediante a troca por certo número de apartamentos quando o prédio ficar pronto. À medida que a construção avança, o prédio em construção serve de garantia para a obtenção de novos empréstimos. A partir de certo ponto, os apartamentos “na planta” são postos à venda. As entradas e prestações pagas pelos compradores financiam a continuidade das obras. Tão logo o prédio fica pronto, os apartamentos podem ser ocupados, embora nenhum tenha sido pago integralmente. Muitos compradores de apartamentos “na planta” revendem-nos prontos, presumivelmente com lucros, embora também possam sofrer prejuízos (SINGER, 2000, p30).

As finanças facilitam de tal forma que o sistema se torna totalmente dependente, o giro de dinheiro é essencial para a aceleração da economia. Contribuindo para fatores importantes em uma sociedade.

2 | DESENVOLVIMENTO

A questão norteadora desta pesquisa é analisar brevemente a reestruturação

do sistema bancário Português levando em consideração a especialização bancária em Portugal no ano de 2014, considerando a grande reestruturação no setor a partir das consequências causadas pelo evento pós- crise no que abrange a territorialização das instituições. Elencar o número de bancos atuantes no ano referido, principais instituições, queda do número de balcões, nacionalizações, falências e possíveis fusões ocorridas desde 2008.

2.1 Breve introdução sobre a crise Europeia a partir de 2008

A situação bancária europeia encontra-se em declínio, desde a crise de 2008, embora todos os outros setores da economia tenham sofrido baixas, o setor bancário foi o mais atingido. O estopim se deu a partir do caótico momento hipotecário dos EUA, acarretando consequências impactantes, a partir de 2011 na União Europeia. O que todos pensavam ser o bloco econômico mais sólido mundial deparou-se em um momento de calamidade.

Hoje em dia conceitua-se na Europa pelo menos três segmentos de atividades bancárias, sendo elas: Bancos internacionais, bancos nacionais e por último um viés abordando atividades locais. Os bancos internacionais atuam em escala mundial, visando altos rendimentos. Os bancos nacionais possuem extensas redes ao longo do território nacional. E o terceiro segmento atua de forma regional ou pode ser denominada como a ação de instituições locais com alto grau de autonomia. Esta última estrutura corresponde a uma parcela da atividade bancária nacional, gerando assim ambiguidade entre as partes.

No início das construções teóricas sobre desenvolvimento regional, evidenciavam-se dois caminhos possíveis que o assunto poderia tomar. O primeiro afirmava que o desenvolvimento regional cresceria de forma desigual. O segundo referia-se ao investimento em regiões periféricas, tendo como ponto central que o investimento em regiões carentes é significativamente mais lucrativo. Em comparação a grandes centros o investimento em regiões menos desenvolvidas arrecada alto índice de rentabilidade e retorno.

A crise financeira desencadeada no final de 2007 tornou claro que a situação bancária na União Europeia (UE) deveria ser regularizada o mais rápido possível. Em julho de 2012 o Conselho Europeu decidiu programar normas que regulavam o sistema bancário buscando assim romper a relação entre estado e instituição. Essa implementação resultou na criação de dois órgãos reguladores, a fim de preencher lacunas que antes se mostravam o elo fraco do sistema. O primeiro elemento implantado é a criação do *Mecanismo Único de Supervisão (MUS)*, que delega qualquer função monetária bancária, à supervisão do *Banco Central Europeu*. Essa que delega os bancos de maiores dimensões na Europa, estarem sujeitos a normas ao bem comum.

O segundo elemento é o *Mecanismo Único de Resolução (MUR)*, responsável

por elaborar planos para o pior cenário bancário, visando buscar soluções de forma ordenada, e com o mínimo de custos possíveis para os contribuintes.

2.2 Situação Bancária em Portugal

Com constantes oscilações na taxa do PIB praticamente desde a década de 1960 no país em específico, o período com maior estabilidade situa-se entre 1993-2003. O PIB elevou-se de 0% a 4% entre 1993-1999, em seguida decaindo novamente para 0% entre 1999-2003.

Sobre a saúde econômica e a longevidade das empresas, o efeito da crise econômica e financeira é bem patente. Entre 2005 e 2007 deram entrada nos tribunais de primeira instância 9979 processos de falência, insolvência e recuperação de empresas, e foram finalizados 9858 (média de 277,2 processos por mês). Já entre 2008 e 2010 deram entrada 21723 processos de falência, insolvência e recuperação de empresas e foram finalizados 9487 (média de 603,4 processos por mês). (SOUSA VASCO, 2014, p82).

O setor bancário português era sem dúvidas a base mais forte para economia portuguesa, o poder bancário aumentou consideravelmente devido a moeda europeia, endividando-se no exterior com juros extremamente baixos. Não tendo muitas opções onde investir este capital, as instituições depositaram seus investimentos no ramo imobiliário/construções, setor considerado como lucro garantido. Financiando o construtor e o comprador ficando com o imóvel como garantia, o resultado foi o recorde de endividamento no exterior. E é a partir disto que se pode relacionar a crise mundial com a crise portuguesa já que os credores das instituições portuguesas eram os mesmos do falido mercado hipotecário norte-americano.

No início de 2008 o BPN (Banco Português de Negócios) se tornou alvo de investigações, criado em 1993 e consolidado entre a população, José de Oliveira Costa, político e presidente do mesmo, foi o responsável em colocar todo o país em alerta, devido a um rombo nas contas, estimado em 700 milhões de euros. Em novembro de 2008 o governo anuncia a nacionalização do banco e Oliveira Costa foi preso. Em 2010 o governo decide vender o BPN operação que foi concretizada pelo valor de 40 milhões de euros ao Banco angolano BIC.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2014 uma das maiores instituições privadas de Portugal e maior banco privado nacional, o BES (Banco Espírito Santo) liderado por Ricardo Salgado, neto do fundador, divulga um balanço de prejuízo de cerca de 95 milhões de euros. Em julho de 2014 Ricardo Salgado foi afastado da liderança e substituído pelo economista Vitor Bueno. Entre janeiro e agosto de 2014 as ações do BES perderam mais de 80% do seu valor, caindo de €1,05 por ação para o valor de €0,17. Na tentativa de salvar o antigo BES, é criado o Novo Banco.

A um de agosto de 2014, o Banco Central Europeu retirava o estatuto de contraparte ao BES, suspendendo assim o acesso do banco as operações de política monetária; dois dias depois, a três de agosto, o Banco de Portugal anunciava um resgate no valor de 4900 milhões de euros do BES, que configurava o seu fim enquanto banco privado. Os ativos bons do BES foram transferidos para uma nova instituição, o Novo Banco, enquanto os ativos tóxicos permaneceram no banco existente. A quatro de agosto de 2014, a primeira segunda-feira depois do colapso, era retirada a licença bancária e decretado o abandono do PSI 20. (SOUSA VASCO, 2014 p120-121).

QUADRO COMPARATIVO DO NÚMERO TOTAL DE BANCOS NOS RESPECTIVOS ANOS		
BANCOS	Nº BANCOS 2008	Nº BANCOS 2014
Banco ActivoBank, S.A.	2	14
Novo Banco dos Açores S.A. (BES)	17	18
Banco Invest, S.A.	5	17
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	279	204
Banif - Banco de Investimento, S.A.	2	1
Banco Banif Mais, S.A.	20	18
Barclays Bank,plc - Sucursal em Portugal	206	147
Banco do Brasil AG - Sucursal em Portugal	4	5
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	103	41
Banco Comercial Português, SA	809	680
Novo Banco, S.A. (BES)	713	596
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	1	1
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA	-	14
Banco BIC Português, SA	ND	207
Banco de Investimento Global, SA	12	15
Banco de Investimento Imobiliário, AS	6	-
BNP Paribas - Sucursal em Portugal	2	2
Banco Português de Investimento, SA	2	2
Banco BPI, SA	754	546
CBI	1	2
BNP Paribas Securities Services, SA - Sucursal em Portugal	ND	-
Banco Santander Totta, SA	693	555
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	666	685
Caixa Geral de Depósitos, SA	831	786
Banco Finantia, SA	2	2
Caixa Económica Montepio Geral	320	436
Banco Popular Portugal, SA	232	173
Banco Santander Consumer Portugal, SA	7	4
Banco Carregosa	-	3
Montepio invest	-	-

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

Source: Portuguese Banking Association

TABELA 1

A tabela 1 descreve todos os bancos atuantes em Portugal, entre 2008 e 2014,

variando conforme análise de dados. Percebe-se uma queda considerável, ao longo de aproximadamente seis anos. Com 30 balcões atualmente, o sistema bancário português encontra-se entre os mais precários do continente europeu.

Os principais bancos a serem destacados são: O Novo Banco (antigo BES), BPI, Banif, Barclays Bank sucursal em Portugal, BPN, Santander Totta, Caixa Central de Credito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos e BPP. Todos apresentaram forte queda ao longo deste período.

QUADRO COMPARATIVO DO NÚMERO DE BANCOS NOS RESPECTIVOS ANOS 2008/2014			
BANCOS	Nº DE BANCOS 2008	Nº DE BANCOS 2014	QUEDA OU ELEVAÇÃO EM %
Novo Banco, S.A. (BES)	713	596	-16,00%
Banco BPI, SA	754	546	-27,59%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	279	204	-26,89%
Barclays Bank,plc - Sucursal em Portugal	206	147	-28,65%
Banco Português de Negócios, SA	213	218	2,34%
Banco Santander Totta, SA	693	555	-19,92%
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	666	683	2,55%
Caixa Geral de Depósitos, SA	831	786	-5,42%
Fonte: Associação Portuguesa de Bancos			
Source: Portuguese Banking Association			

TABELA 2

No ano de 2008 o Banco Espírito Santo atuava no território português com 713 agências, após o decreto de falência no ano de 2014 percebe-se uma queda de 16% no número de agências ao longo de todo território. O número parece relativamente baixo em comparação ao montante da dívida adquirida, porém implica em cerca de 120 unidades.

A tentativa aplicada pelo governo, com o intuito de salvar a instituição, remete-se ao que alguns autores referem-se a “Banco bom e Banco mau”, que nada mais é do que o resgate dos ativos bons da agência falida e em seguida transferidos para uma nova instituição, (aqui no caso o “Novo Banco”) e os ativos tóxicos permanecem na instituição falida, que no caso seria o “Banco Mal”.

Uma breve análise da tabela 2 pode-se constatar todas as quedas e elevações das principais agências bancárias de Portugal. O BPN (Banco Português de Negócios SA) e a Caixa central de crédito agrícola não apresentaram queda no número de agências, durante o levantamento de dados desses 5-6 anos entre 2008 e 2014. A Caixa Central de Credito agrícola mutuo, instituição pertencente a um grupo de

investidores (Credito agrícola) encontrou-se em estado de estagnação, não nota-se desenvolvimento ao longo dos anos e nem perda considerável.

Responsável pelos financiamentos de projetos agrícolas no país a Caixa central de crédito agrícola é uma das instituições que estão com certa folga financeira ate o momento.

3.1 Espacialização bancaria em Portugal no ano de 2014

A fim de corresponder os objetivos pretendidos nesta pesquisa, foi realizado um levantamento de dados sobre a estrutura bancaria portuguesa e sua espacialização ao longo de seu território. A divisão territorial de Portugal consiste em distritos, municípios e freguesias. Portugal se divide em duas regiões autônomas, Açores e Madeira, e essas duas regiões são divididas em distritos, basicamente como os estados brasileiros, os municípios estão distribuídos entre os distritos, e as freguesias são equivalentes aos bairros. Ao analisar a tabela 3 é possível identificar as principais agências ao longo do território português, subdivido através de 22 distritos atualmente.

DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS BANCOS ATUANTES PERANTE OS DISTRITOS PORTUGUESES.			
DISTRITOS	BANCOS ATUANTES	PRINCIPAL INSTITUIÇÃO ATUANTE	Nº MÁXIMO DE BANCOS POR INSTITUIÇÕES
Distrito Aveiro	349	Grupo Credito agrícola	45
Distrito Beja	88	Grupo Credito agrícola	29
Distrito Braga	334	CGD (Caixa Geral de Depósitos)	45
Distrito Bragança	86	Grupo Credito agrícola	24
Distrito Castelo Branco	102	Grupo Credito agrícola	21
Distrito Coimbra	225	Grupo Credito agrícola	51
Distrito Évora	109	Grupo Credito agrícola	35
Distrito Faro	285	Grupo Credito agrícola	60
Distrito Guarda	97	Grupo Credito agrícola	26
Distrito Leiria	275	Grupo Credito agrícola	50
Distrito Lisboa / Lisbon	1161	CGD (Caixa Geral de Depósitos)	189
Distrito Portalegre	72	Grupo Credito agrícola	26
Distrito Porto	778	Millenium BCP e CGD	108
Distrito Santarém	221	Grupo Credito agrícola	41
Distrito Setúbal	313	CGD (Caixa Geral de Depósitos)	50
Distrito Viana do Castelo	121	Grupo Credito agrícola	18
Distrito Vila Real	114	Grupo Credito agrícola	26
Distrito Viseu	184	Grupo Credito agrícola	43
Distrito Funchal	118	Banif	29
Distrito Angra do Heroísmo	34	CGD e Banif	7

Distrito Horta	29	CGD (Caixa Geral de Depósitos)	7
Distrito Ponta Delgada	79	Banif	18
TOTAL DE BANCOS	5174		

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

Source: Portuguese Banking Association

TABELA 3

Percebe-se ao analisar os dados, forte dominância do Grupo de Crédito Agrícola no território português, com ampla distribuição dentre 14 distritos de 22. Em seguida nota-se o CGD (Caixa Geral de Depósitos) com domínio de seis distritos, depois o Banif presente em dois distritos, e, por fim, vem o Millennium BCP com domínio no distrito de Porto com 108 agências, mas empatado com o CGD. Atualmente Portugal possui um total de 5174 agências, todas distribuídas em seus 22 distritos e suas subsequentes cidades.

4 | CONCLUSÕES

O sistema econômico português encontra-se fragilizado, em queda e sem indícios de reação. A crise hoje se estende por toda UE (União Europeia) e em específico o País luso português, que já fora sinônimo de conquista durante o período das expansões marítimas, enfrenta uma árdua luta para vencer a crise presente atualmente.

Os principais bancos atuantes hoje em dia em Portugal, enfrentam graves dificuldades para se verem distantes de suas dívidas. Com uma queda de 10% do número de agências em um período de 03 anos, o equivalente a 515 agências, em uma extensão territorial de 92.212 km² a situação é preocupante. O BES um dos principais bancos atuantes em Portugal, durante esses 03 anos teve perdas de mais de 100 agências, o BPI lidera o ranking de perdas com mais de 200 agências.

Os únicos bancos que se mantiveram estagnados e apresentaram certo índice de crescimento, embora mínimo, é a Caixa de Crédito Agrícola, e o BPN (Banco Português de Negócios). A Caixa de Crédito agrícola é um dos principais grupos de investidores do território português, responsável pelos financiamentos de projetos agrícolas, o grupo lidera o ranking de número de agências especializadas perante os distritos portugueses, com mais de 600 agências ao longo de todo espaço português.

A crise não parece cessar e os processos de reestruturação encontram-se imparciais, acompanhando o ritmo de elevação econômica do País. Medidas como a criação do Novo Banco (antigo BES) são cruciais para este novo processo de reformulação do sistema bancário português.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. N. de **Economia monetária: uma abordagem brasileira**. São Paulo: Atlas, 2009.

<APB **Associação portuguesa de bancos** > Disponível em: http://www.apb.pt/estudos_e_publicacoes/estatisticas;
http://www.apb.pt/estudos_e_publicacoes/boletim_informativo;
http://www.apb.pt/content/files/BoletimInformativoAnual_APB_2014.pdf; Acesso em: 17/05/2016, 15:34.

CARRARO, Antônio F. **Projeto conceitual de constituição de agência de fomento**. Rio de Janeiro: ABDE, 1999.

Chesnais, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

COSTA, J.S. (Org.). **Compêndio de economia regional**. Lisboa: APDR, 2005

CUNHA, A. M. **O BRDE e o sistema bancário brasileiro - uma análise comparada**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.30, n.2, p.191-220, set. 2002.

EUROPA – **Banco central europeu**> Disponível em: <https://europa.eu/european-union/index_pt>. Acesso em: 16/05/2016, 16:12.

FOCHEZZATO, A. **Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo**. 2010

Gonzaga Frederico; Croco Marco, 2006, **Moeda território: uma interpretação dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: autêntica, 344p.(economia e sociedade).

HICKS, John. **Ensaio crítico sobre teoria monetária**. Barcelona: Ariel, 1975.

LECOQ, B. **Des formes locales d'organisation productive aux dynamiques industrielles localisées: bilan et perspectives**. In: RALLET, A.;TORRE, A. Économie industrielle et économie spatiale. Paris: Economica, 1995.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2011.

Singer, Paul. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto, 2000.

Sousa Vasco, Rute. **Banco Bom, Banco Mau**. Lisboa, 2014.

A FEIRA DE NOVA CRUZ/RN: UMA TRADIÇÃO COMERCIAL DE EXPRESSÃO REGIONAL

Severino Alves Coutinho

STREET MARKET OF NOVA CRUZ/RN: A COMMERCIAL TRADITION OF REGIONAL EXPRESSION

RESUMO: Dentre as diversas formas de comércio pretende-se neste artigo enfatizar a feira livre do município de Nova Cruz/RN, tendo em vista ser uma referência em âmbito local e regional, fato que contribui tanto para transformar o espaço onde se desenvolve como para acentuar a tipologia de produtos postos à população; constituindo-se ainda como espaço de integração social e de manifestações culturais. Elementos que deixam marcas que se refletem no cotidiano da cidade, desde a sua origem até os dias atuais, apesar das mudanças impostas pelo mercado que imprime novos valores e novos hábitos de consumo, expresso pelo surgimento de modernos equipamentos comerciais frente a antigos e tradicionais eventos que se realizam semanalmente, como é exemplo a feira, cuja função é proporcionar num mesmo dia e num mesmo local a possibilidade de oferecer diversos negócios, visando o abastecimento numa escala intermunicipal. Um fenômeno, portanto, importante e que dinamiza até hoje a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Feira. Tradição. Nova Cruz.

ABSTRACT: Among the various forms of trade we intend to emphasize the street market in Nova Cruz town in the region of Rio Grande do Norte in order to be a reference in local and regional level, a fact that contributes so much to transform the space where develops as to accentuate products in several categories made available to the public; becoming even as space of social integration and cultural events. Elements that leave marks that are reflected in the town's daily life, from its beginning to the present day, despite the changes imposed by the market that gives new values and new consumer habits, expressed by the sudden appearance of commercial modern equipment before old and traditional events that perform weekly, for example, the street market, whose function is to provide in one day and in one place the possibility of offering various businesses, seeking the provisioning an even larger scale, inter-municipal. A phenomenon, therefore, important and that streamlines the town up to the present.

KEYWORDS: Street market. Tradition. Nova Cruz.

INTRODUÇÃO

A feira é uma prática comercial desenvolvida em quase todo território nacional e mais destacadamente na região nordeste, onde a maioria dos municípios mantém esse tipo de atividade comercial, cuja dinâmica gera maior concentração de pessoas oriundas do local de origem e de sua área de influência, o que promove maior expansão e circulação de mercadorias. Nela se materializa, também, manifestações paralelas como o encontro, atividades populares e onde se criam meios de sobrevivência que outros espaços comerciais não os possibilitaria. Assim,

Além de um ambiente de troca e venda de mercadorias, a feira também é um local de encontro e de articulação da vida social, política e econômica nessas localidades. Nela prevalecem as relações de *pechincha* e de amizade entre comerciantes e consumidores, sendo, portanto, *locus* da sociabilidade e da 'pessoalidade' que marcam o terciário das cidades pequenas (ASSIS; ARAÚJO, 2009).

No Rio Grande do Norte, as feiras ainda continuam sendo realizadas nas cidades por ser um tipo de atividade comercial fornecedora de uma infinidade de produtos de primeira necessidade para a população, principalmente as do interior do Estado, onde parte dos gêneros oferecidos provêm da produção regional e que abastecem moradores urbanos e rurais, constituindo-se importante fonte econômica, em particular para o município que mantém essa modalidade de mercado periódico.

Em Nova Cruz-RN, essa modalidade funciona há muitos anos, apesar de não haver uma data específica quanto a sua origem, visto não terem sido encontrados documentos oficiais, mas apenas relatos de antigos moradores que acompanharam e ainda presenciam a dinâmica desse fenômeno, inicialmente apenas uma vez por semana e, com o passar dos tempos, bem mais recente, o surgimento de outra feira em outro dia, porém de menor intensidade.

Assim, a feira se constitui numa forma de comércio tradicional que pode ser vista como um marco de resistência, ao permanecer como importante espaço de consumo, frente ao desenvolvimento e surgimento de formas de comércio consideradas modernas e que apresentam características distintas desse tipo de mercado periódico, onde se realizam diversas atividades econômicas, sociais e culturais. Entretanto, vale notar que,

A expansão dos mercados de médio e grande porte (mercadinhos, supermercados) dinamizou o comércio citadino local, criando um novo tipo de consumo vinculado aos padrões da modernidade contemporânea. Opondo-se a essas modernas formas espaciais do comércio, as tradicionais feiras [...] da cidade resistiram significativamente à expansão daqueles mercados, os quais cresceram também dentro dos próprios espaços do comércio popular (DINIZ; CASTILHO, 2009, p. 46).

Apesar de todas as transformações ocorridas na composição comercial da cidade, a feira não deixou de acompanhar essa contemporaneidade, ou seja, concorre com as atividades consideradas modernas, como as lojas e os supermercados, por

exemplo, os quais, tem se tornado cada vez mais relevante na dinâmica terciária da cidade.

Essa tendência, contudo, não elimina o comércio tradicional popular, pois grande parcela da população, principalmente as de menor poder aquisitivo não se insere nesse sistema que requer constantes e variadas formas de consumo, ficando neste caso a considerar as velhas opções comerciais encontradas na feira livre municipal. Uma alternativa que nas cidades pequenas passa a fazer parte de todas as camadas sociais, por se caracterizar como um espaço composto por mercadorias, pessoas e relações sociais, cujo alcance não se restringe apenas a esfera local, mas abrange também o contexto regional.

A FEIRA NUMA DIMENSÃO REGIONAL

Nova Cruz está situada ao sul do estado do Rio Grande do Norte, na microrregião Agreste Potiguar, juntamente com outras 21 cidades, onde é a mais importante por abrigar maior contingente populacional: 24.380 habitantes (IBGE, 2010), e um setor terciário mais dinâmico, atendendo inclusive, centros urbanos menores que estão em seu entorno. Desse modo, “quanto menor a aglomeração, menor a diversidade de sua ecologia social; quanto mais populosa e mais vasta, mais diferenciadas a atividade e a estrutura de classes, e mais o quadro urbano é compósito, deixando ver melhor suas diferenciações” (SANTOS, 2008, p. 105).

No que se refere aos aspectos econômicos o município desenvolve atividades ligadas ao trabalho na agricultura, na pecuária e no comércio. Este último, inclusive, tem importância considerável não apenas para seus municípios, como para outras áreas localizadas, tanto no Rio Grande do Norte como no vizinho estado da Paraíba. Essa realidade tem proporcionado maior crescimento e influência em virtude das atividades comerciais desenvolvidas nesta cidade. Assim,

Sem grande contestação, podemos afirmar que no comércio reside um verdadeiro embrião da vida urbana, naquilo que esta pressupõe de interação, de troca no sentido lato, ou produção/reprodução da inovação. As relações entre a cidade e o comércio são dinâmicas e fundadoras, em ambos os sentidos. Se a cidade é produto das decisões e práticas da ação de vários atores, designadamente as de consumo, essas práticas possuem também uma dimensão espacial. O espaço e, portanto, a cidade, serve de contexto e suporte às ações desenvolvidas pelos atores e é, simultaneamente, mediador das relações e um poderoso agente de diferenciação (NASCIMENTO, 2007, p. 150).

Daí, as relações e hegemonia de um centro principal no conjunto regional. Contexto em que se insere Nova Cruz, com uma tipologia comercial mais abrangente, dentre as quais, a feira, que apresenta uma particularidade, uma vez que funciona em dois dias da semana e atrai moradores de outros municípios da região.

O que leva a afirmar ser a feira de Nova Cruz um comércio popular que mantém influência sobre o espaço no qual está inserido. Essa influência decorrente

da comercialização de seus produtos passou a ser uma constante na dinâmica econômica da cidade, sendo que é nos dias de feira, que outras formas de comércio funcionam mais intensamente, revelando ser esse tipo de mercado periódico uma tradição local que também impulsiona o consumo de produtos nos estabelecimentos comerciais fixos.

Dessa forma, o espaço urbano de Nova Cruz exerce a função de centro comercial, o que tem contribuído para o fortalecimento da cidade e das atividades econômicas do setor terciário local, em particular a feira, que ao atrair pessoas para desenvolver atividades de venda ou simplesmente para consumir, gera uma centralidade que se materializa periodicamente.

Assim, diante da instalação de novas modalidades de comércio e consumo inerentes às necessidades econômicas atuais, a feira livre, resiste a essas estruturas organizadas, sinalizando que essas transformações ainda não são capazes de mudar completamente as características e a dinâmica sócioespacial desse fenômeno comercial historicamente produzido pela sociedade. Vê figura 01 da feira de Nova Cruz nos anos 40.



Figura 01 – Feira livre municipal na Rua Dr. Pedro Velho, centro, Nova Cruz-RN – nos anos 40

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Cruz-RN.

A feira não só constitui um fenômeno antigo, onde se desenvolve uma produção e circulação de mercadorias em estilo tradicional, como promove no espaço a maior concentração comercial de rua, ao atrair grande parcela da população que nela busca realizar compras de produtos que não são encontrados nos estabelecimentos fixos, tendo em vista, a variedade e atração que exerce em função de ser um ambiente popular e símbolo cultural da cidade. Ao contrário de outras formas comerciais

modernas de caráter mais recente, as feiras

[...] existem desde a Antiguidade. [...]. Essa tradição cultural se expandiu por todo o Brasil. A persistência e a resistência das feiras livres nas cidades não estão associadas apenas aos fatores socioeconômicos demonstrados, mas também, associa-se a essa tradição, a esse costume popular, portanto a cultura (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013).

A expansão das novas formas de comércio e consumo ocorre conforme a lógica comercial capitalista. Contudo, o espaço comercial da cidade de Nova Cruz, atualmente composto por diversos tipos de comércio (armazéns, redes de supermercados, redes de lojas, etc.) não tirou o hábito da população de frequentar o comércio popular de rua representado pela feira, que não só complementa outras formas de comércio como aos poucos se moderniza, expondo produtos industrializados nas bancas fixas ou mesmo no chão, antes encontrados nos estabelecimentos comerciais, o que significa coexistência entre o atual e o antigo num espaço cada vez mais especulativo.

Trata-se de um conjunto de atividades comerciais localizadas em torno da feira, representadas por um grande número de casas comerciais como mercadinhos, óticas, padarias, entre outros tipos de comércio existentes, os quais cresceram a partir dos frequentadores do comércio popular.

Em uma pesquisa realizada com cem (100) consumidores constatou-se essa realidade. A pesquisa aponta para dados relativos a importância de um tipo de atividade comercial popular que pela sua tradicionalidade adquire uma característica específica no contexto regional, tendo em vista sua centralidade, ao aglomerar consumidores de várias cidades circunvizinhas e da região.

Assim, quanto à origem dos consumidores, a pesquisa revelou que circulam pessoas de diferentes municípios que frequentemente utilizam a feira como espaço comercial para realizar suas compras semanais. Embora tais consumidores não tenham como único ponto de referência a feira, esta continua sendo uma forma de comércio de alcance popular e, por isso, permanece como centro tradicional de consumo que atrai moradores da região, conforme exposto no gráfico 01 sobre a procedência dos frequentadores da feira de Nova Cruz-RN.

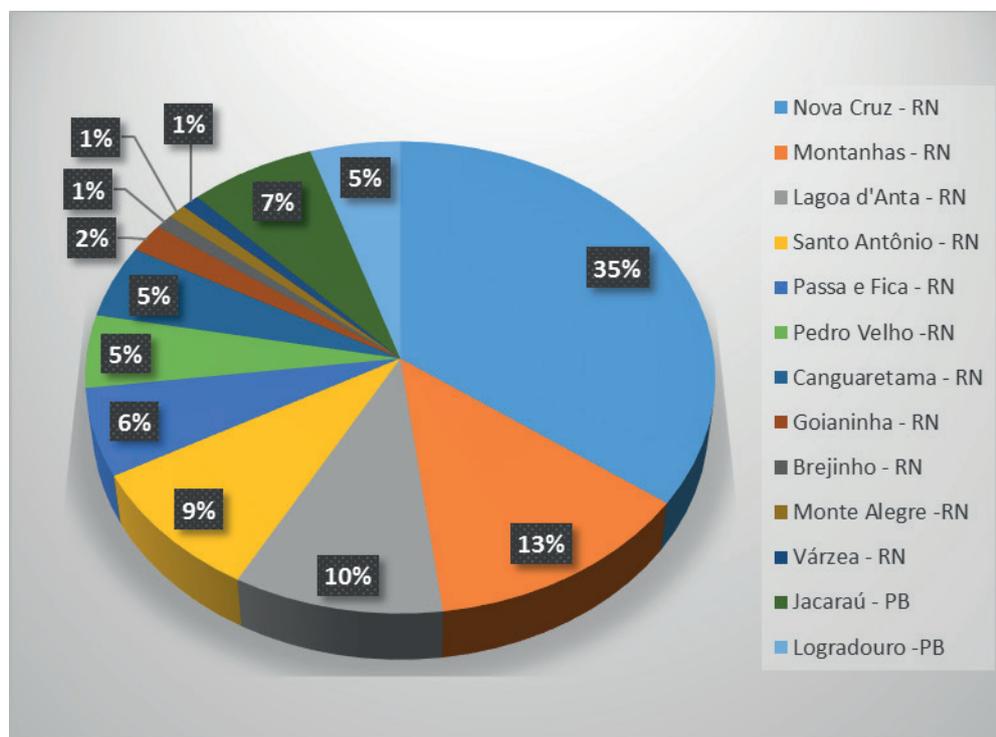


Gráfico 01 – Local de residência dos consumidores da feira de Nova Cruz-RN.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Entre os municípios do Rio Grande do Norte de maior procura pela feira, segundo a pesquisa, estão Montanhas, Lagoa d'Anta, Santo Antônio, Passa e Fica, Pedro Velho e Canguaretama, somando, respectivamente, 13%, 10%, 9%, 7%, 5%, 5% de consumidores residentes em tais localidades. Além destes, outros 12% são formados por consumidores provenientes de municípios da Paraíba, como Jacaraú com 7% e Logradouro com 5%, que também tem a feira como forma de consumo.

Na realidade, é preciso levar em consideração que o comércio em suas diferentes formas, tem sido fundamental para o desenvolvimento da economia de qualquer cidade, além disso têm aumentado e diversificado sua produção de forma progressiva, objetivando atender as especificidades socioculturais de cada sociedade. Ademais, outras atividades terciárias também demandam por um comércio forte, em razão de novas exigências que, por sua vez, estão ligadas ao grande dinamismo econômico contemporâneo. Nesse processo está ligado à presença dos bancos que funcionam em consonância com as atividades comerciais, levando a população não só a frequentar o espaço da feira, como também buscar serviços na cidade, o que pode gerar maior crescimento do setor terciário e, desta maneira, solidificar ainda mais a sua posição no quadro regional.

O aspecto que mais chama atenção nessas mudanças são o surgimento de novas atividades que se materializam e desenvolvem-se na cidade. Nesse sentido, “O estudo das formas do comércio [...] nos permite compreender e explicitar uma nova articulação espaço – tempo e tal articulação implica uma organização social distinta” (PINTAUDI, 2005, p. 158), gerando no espaço urbano uma configuração

paisagística constituída por formas comerciais diversas.

Nesse viés de análise, contudo, constata-se características tradicionais entre tantas formas de comércio existentes, expressando ser a feira uma tradição sociocultural que ainda possui papel importante num mundo cada vez mais moderno. Por isso, mantém identidade com a população do lugar. Assim, a “afirmação de qualquer identidade dependente de lugar tem de apoiar-se em algum ponto no poder motivacional da tradição” (HARVEY, 1993, p. 273).

Vale reiterar que, apesar das mudanças no âmbito comercial, tanto nas formas, quanto no consumo, a feira livre municipal permanece como importante atividade terciária, que contribui para a dinâmica e desenvolvimento urbano da cidade de Nova Cruz, ao impulsionar o crescimento econômico e ampliar as relações com demais centros urbanos dependentes e de menor visibilidade comercial.

A FEIRA E AS NOVAS FORMAS DE COMÉRCIO

Ao se analisar a cidade como uma realidade concreta expressa pelo processo de (re) produção social, constata-se ser o comércio em suas diferentes formas, tradicionais ou modernas, um elemento fundamental na transformação do espaço, uma vez que, ao transformar as formas de produção desencadeiam outras formas de comercialização e, nesse processo, gera uma reestruturação e adaptação do setor produtivo no espaço urbano.

Assim, a importância do setor comercial para o dinamismo dos espaços urbanos não constitui um fato recente e, nesse sentido, evidencia que muitas cidades sempre tiveram nesta atividade o fator mais preponderante da sua formação histórica e do seu dinamismo econômico e sociocultural.

Em tempos passados, o processo de produção e comercialização eram tipicamente tradicionais, com o pequeno produtor deslocando-se para zona urbana, vindo a figurar também como feirante, que numa relação direta com a população vendia suas mercadorias. Entretanto, com o aprofundamento e as estratégias de mercado, planejado para ampliar os negócios através de formas modernas de produção, o comércio não só torna-se mais dinâmico como desenvolve novas formas de comercialização e circulação de mercadorias para atender uma clientela mais exigente e com menos tempo. Neste caso, temos o supermercado que influenciou nos hábitos de consumo e na organização espacial da cidade. Além disso,

Significou concentração financeira e territorial, porque passou a concentrar sob a propriedade de um único empresário ou grupo, e em um único local, a comercialização de produtos anteriormente dispersos no espaço, que se constituíam em comércios especializados de pequenos capitais, tais como a padaria, o açougue, a peixaria, o bazar, a quitanda (frutas, verduras, legumes) e a mercearia (PINTAUDI, 2005, p. 151).

Já no que tange ao comércio tradicional, os consumidores ainda cultua traços

característicos do período passado até os dias atuais. Neste caso, o mercado periódico (a feira) como exemplo mais emblemático dessa realidade. Sendo esta de costume bastante antigo e que atrai pessoas residentes em locais distantes para um ponto central de consumo. Nesse sentido,

As feiras brasileiras, denominadas popularmente de feiras livres, se constituem em um ponto ou nó de encontro de fluxos de pessoas, mercadorias, informações, capitais, com diferentes dimensões socioespaciais, realizadas ao ar livre, em ruas, praças ou terrenos baldios, com produtos expostos em barracas ou no chão, intercaladas geralmente no intervalo de uma semana, ou num interstício menor, que podem ter uma área de influência local ou regional (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013).

A feira é portanto, lugar de compra e venda de diversos produtos, destacando-se, desde bens industrializados até produtos naturais tradicionais. Por outro lado, também impulsiona outras atividades do setor terciário estabelecidas em forma de serviços ou nas casas comerciais, pois é, nos dias de feira livre que há uma maior movimentação nas ruas, como também é nesses dias que o setor de supermercados, lojas e restaurantes apresentam maior número de pessoas ocupadas nesses serviços.

Nesse contexto, se insere a feira livre de Nova Cruz, condição que fez desta cidade uma das mais visitadas da região, e isso se deve ao comércio fixo, aos serviços e a feira que pela sua dinâmica impulsionou outras formas de comércio que se multiplicaram, estimulados com a popularização alcançada por esse fenômeno. Constituindo-se,

[...] num evento econômico, social e cultural, que reúnem compradores e vendedores de varias mercadorias num determinado local, em intervalos de tempos regulares. Tais acontecimentos modificam a paisagem [...], uma vez que nos dias das feiras livres, as principais ruas [...] exprimem um mosaico de atividades, de situações, de cenas, de odores, de sons que se realizam, simultaneamente, num só espaço (GONÇALVES, 2005, p. 144).

A feira portanto, proporcionou maior efervescência comercial nos bairros onde se instalou, seja no centro, seja em outro bairro da cidade, dinamizando melhor as atividades, principalmente nos dias de funcionamento, especialmente na segunda feira, quando aumenta a circulação de pessoas em torno dela e de estabelecimentos que circundam a área, além de outros espalhados pela cidade.

Vale reforçar que tudo isto é fruto da articulação política, e neste sentido, esse processo serve como fator fundamental na estruturação do espaço e na inserção de setores de atividades que corrobora com o fluxo de pessoas na cidade. Fica claro que o crescimento do comércio interno decorre do impulso dado pelo aparecimento de novos produtos adequados às necessidades mercadológicas, significando mais influência em relação às cidades que integram a região.

Nessas condições, Nova Cruz precisa responder a essas exigências de mercado, conquistando novos segmentos, graças aos investimentos realizados. Para que essas inovações aconteçam, as mudanças vão além das questões comerciais.

Desta forma, os comerciantes necessitam readequar e operar suas atividades numa perspectiva de melhor atender demandas. Criando-se desse modo, um processo de interdependência entre a população e o ambiente onde o comércio se fixa. Hoje,

Nova Cruz é possuidora da maior feira livre da região – em extensão (no horário e no espaço que ocupa) e diversidade de produtos. Localizada no Alto de São Sebastião, a feira atrai pessoas (vendedores ambulantes, comerciantes, compradores etc) de toda a circunvizinhança, inclusive do Estado da Paraíba (AZEVEDO, 2005, p. 113).

Por isso, este evento tradicional continua desempenhando importante papel na vida comercial da cidade, apesar das vantagens oferecidas, expressas no marketing e de todo arranjo estético e incentivo para levar o consumidor às compras em estabelecimentos comerciais modernos. Os supermercados são exemplos disso por apresentarem facilidades de negócios, como nas formas de pagamentos que podem ser a crédito através dos famosos cartões, hoje diversificados. Por outro lado,

Os modernos equipamentos de venda à varejo, tais como os supermercados, não dão (ou não criam) a oportunidade do indivíduo, do simples consumidor, estabelecer laços de uma futura amizade com outras pessoas nos momentos que se abastece, durante suas compras, nem uma suposta fidelidade mútua com o vendedor, isto é, não há muito diálogo, proximidade pessoal, não se desfruta de modo diferente desse tipo de lugar, etc. Ou seja, são estruturas comerciais que se distanciam, que dificultam ou são inóspitas ao desenvolvimento de várias dimensões da vida social cotidiana [...] (FREIRE, 1999, p. 7).

Nesse processo, as formas antigas de comércio existem e continuam exercendo considerável importância, não por se modernizarem, mas por desenvolverem relações humanas de maior proximidade, mantendo, portanto, o elo de identidade com a cidade e produzindo uma materialidade capaz de concentrar consumidores que tenham suas necessidades comerciais atendidas.

Outra questão a ser acrescentada refere-se ao fato das feiras serem uma alternativa viável a sobrevivência. Daí, serem um foco de concentração de pessoas que não encontrando trabalho fixo nos setores formais da economia, vêem a possibilidade de se engajar mais facilmente no setor informal, como é exemplo o comércio de feira livre desenvolvido na rua Industrial José de Brito, conforme representado na figura 02.



Figura 02 – Feira livre municipal na Rua Industrial José de Brito – Bairro de São Sebastião, Nova Cruz, RN

Fonte: Severino Coutinho, 2016.

Contudo, a vinte e um anos atrás, esse fenômeno comercial urbano funcionava no centro da cidade, na rua Dr. Pedro Velho, uma das mais antigas e tradicionais por concentrar em toda via diversos pontos comerciais. A feira, sua maior referência é transferida para um espaço dotado de melhor infra-estrutura, à Rua Industrial José de Brito, que em pouco tempo se reestrutura com novos equipamentos do setor terciário, dando uma nova configuração na dinâmica do bairro.

Ambas as ruas marcaram a história da cidade a partir do funcionamento da feira e dos investimentos públicos e privados que se deram na área, valorizando o lugar e tornando-as conhecidas na região. Um exemplo de resistência e de forte tradição popular que permanece diante das novas formas de comércio.

Por isso, a feira constituiu-se num evento público de grande importância local, mas de dimensão regional. Símbolo de resistência e da sociabilidade, onde se materializa sua centralidade, através dos encontros, das relações econômicas e culturais.

Por esse quadro, é Nova Cruz, o espaço de maior concentração de atividades, exercendo influência através de variadas formas de comércio, em particular a feira livre municipal, que abastece a população com produtos tradicionais, desde o passado e que permanece com grande movimentação de feirantes e consumidores que frequentam quase diariamente o local, tornando-se uma prática comum e popular que ainda permite uma organização funcional simples entrelaçada a estruturas modernas do setor comercial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões expostas diagnosticam que as novas formas de comércio vem ganhando espaço na economia do setor terciário da cidade sem, contudo, superar a principal atividade tradicional representada pela feira, fenômeno sócio-cultural sustentado pela sociedade local e de outros municípios da região que a circunda, permanecendo como elemento histórico que funciona com vigor nos dias de hoje, quer pela oferta de mercadorias, quer pela quantidade de pessoas que afluem e circulam em Nova Cruz-RN.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Lenilton Francisco de; ARAÚJO, Francinelda Ferreira de. A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil). **Scripta Nova**, Barcelona, v. 13, n. 294, jul. 2009.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal - RN - Brasil. **Biblio 3w**, Barcelona, v. 18, n. 1009, jan. 2013.
- AZEVEDO, Karla Izabela Brito Souza. **Entre a Anta e a Cruz: história e memória da cidade de Nova Cruz**. 2005. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- DINIZ, Lincoln da Silva; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Faces atuais do espaço comercial em Campina Grande/PB: algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “nova” dinâmica sócio-espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 26, n. 2, maio/ago. 2009.
- FREIRE, Ana Lucy Oliveira. **O comércio tradicional e as transformações na cidade**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- GONCALVES, Francisco Edinardo. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar**. 2005. 173f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- HARVEY, David. A compreensão do tempo – espaço e a condição pós-moderna. In: _____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 mar. 2015.
- NASCIMENTO, Gerson Gomes do. Setor terciário da economia e organização do espaço urbano: uma breve análise a luz de seus aspectos históricos e sociais. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 3, p. 138-152, set./dez. 2007.
- PINTAUDI, Sivana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: contexto, 2005.
- SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

A PRODUÇÃO ARTESANAL DA RAPADURA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA BASEADA NA COMUNIDADE RURAL JOÃO MOREIRA, SÃO JOÃO DA PONTE - MG

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Departamento de Geociências e PPGeo -
Universidade Estadual de Montes Claros

Tayne Pereira da Cruz

Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e
Agrários - UNIMONTES

RESUMO: O presente ensaio visa analisar a produção artesanal da rapadura conforme dados provenientes da produção mundial da cana-de-açúcar, como uma cultura e prática territorial do campesinato em diferentes regiões brasileiras. Trata-se, portanto, de uma interpretação da produção atrelada à prática alimentar, à economia e ao desenvolvimento local para várias famílias da área rural. O referencial teórico dialoga com trabalhos de campo na mesorregião Norte de Minas Gerais, especialmente no município de São João da Ponte e na Comunidade Rural de João Moreira, onde a produção artesanal da rapadura envolve mais de 33 famílias que concebem a lógica da terra como forma de trabalho e vida.

PALAVRAS-CHAVE: Rapadura artesanal. Norte de Minas Gerais. Campesinato.

**HANDMADE PRODUCTION OF RAPADURA:
A GEOGRAPHICAL ANALYSIS BASED ON
THE RURAL COMMUNITY JOÃO MOREIRA,
SÃO JOÃO DA PONTE - MG**

ABSTRACT: This essay aims to analyze the handmade production of rapadura according to data from world sugarcane production, as a culture and territorial practice of the peasantry in different Brazilian regions. It is, therefore, an interpretation of production linked to food practice, economy and local development for several rural families. Theoretical reference dialogues with fieldwork in the Northern region of Minas Gerais, especially in the municipality of São João da Ponte and in the rural community of João Moreira, where the handmade production of rapadura involves more than 33 families who conceive the logic of the land as a way of work and life.

KEYWORDS: Handmade rapadura. North of Minas Gerais. Peasantry.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio estrutura-se a partir da discussão sobre a produção mundial da cana-de-açúcar e o surgimento da rapadura no seu modo artesanal, cuja cultura que está presente em várias áreas do mundo, não sendo diferente nas regiões brasileiras. Sabe-se que essa atividade, até a atualidade, está tradicionalmente presente na alimentação popular, sendo reconhecida como uma produção favorável ao desenvolvimento

econômico e social, além de ser suporte e a principal fonte de renda para várias famílias do campo.

Para aprofundarmos este estudo e análises é necessário contextualizar nos tópicos a seguir essas breves considerações sobre a produção da cana-de-açúcar no contexto mundial e nacional; o surgimento da rapadura; o camponês e o modo de produção; o espaço da área de estudo frisando a localização do município e alguns cultivos agrícolas no município.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO CONTEXTO MUNDIAL E NACIONAL

A cana-de-açúcar está presente em diversas áreas do mundo, constituindo uma cultura de grande importância econômica para os países que a produz. “Sabemos que os sistemas de cultura estão enquadrados nos tipos de economia e no nível de desenvolvimento da região em que se localizam” (ANDRADE, 1992, p.219). O destaque para o cultivo desta produção é voltado para derivados produtos, como a produção em larga escala do açúcar, etanol e a bioeletricidade. Além desses produtos, tem a fabricação, em menor proporção, da rapadura e seus derivados, da cachaça, dentre outros.

A planta cana-de-açúcar é uma planta semiperene que pertence à família das Gramíneas. O cultivo torna-se propício em áreas de clima tropical e, com isso, favorece o cultivo e a produção dos seus derivados. No que se refere a essa espécie vegetal, França e Jasinski (2007), salientam que:

A cana-de-açúcar é classificada como uma planta alógama, da família Gramínea (Poaceae). A cana de açúcar é uma planta da família Poaceae, representada pelo milho, sorgo, arroz e muitas outras gramíneas. As principais características dessa família são a forma da inflorescência (espiga), o crescimento do caule em colmos, e as folhas com lâminas de sílica em suas bordas e bainha aberta. A planta pertence ao gênero *Saccharum*, que possui pelo menos seis espécies, sendo a cana-de-açúcar cultivada um híbrido multiespecífico, recebendo a designação "*Saccharum* spp."

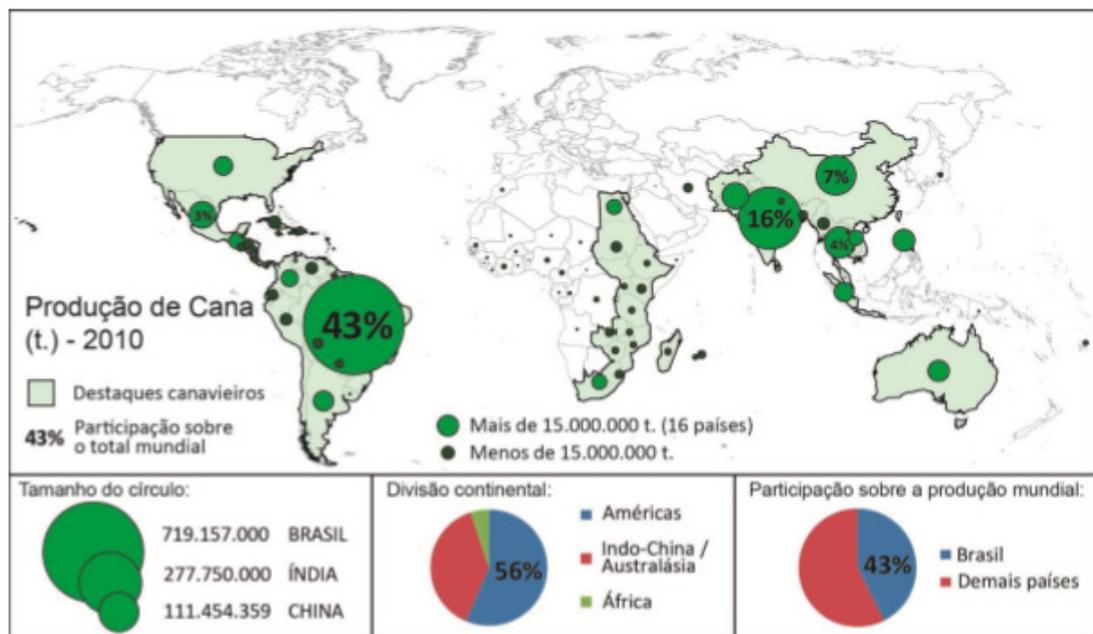
É imprescindível destacar a área endêmica da cana-de-açúcar, que é predominante na região do Arquipélago Malaio. Consiste, assim, em uma espécie vegetal que pode ser consumida diretamente ou conseqüentemente tem a extração do seu caldo, resultando em uma fonte nutricional rica de vitaminas (SAMPAIO, 2014).

Nesse sentido, Sampaio (2014) frisa as regiões que têm a cultura canavieira, iniciada desde os povos pré-históricos e foi sendo espacializada em inúmeras áreas de todo o mundo.

Os povos pré-históricos promoveram sua disseminação em ilhas da Oceania e também pelo Sudeste Asiático, até que lançou o Subcontinente Indiano. [...] Da Índia antiga o conhecimento e a prática da canavicultura voltada para a obtenção de melado e de açúcar (*gur*), ainda precariamente solidificado, difundiram-se para a Pérsia. Os persas trataram de desenvolver uma técnica mais apurada

de tratamento do caldo fervido da cana, logrando a fabricação de um produto seco e mais apto ao transporte, o chamado pão de açúcar (*khand*). A partir de suas expedições ao Oriente Próximo, os europeus tomaram contato com o sabor adocicado daquela mercadoria ainda rara, passando a se interessar cada vez mais pelo seu conhecimento e, posteriormente dedicando-se à sua obtenção. Ao colonizarem o continente Americano, os europeus estabeleceram uma notável indústria açucareira no Caribe, a partir de onde sua fabricação expandiu-se aos Estados Unidos. Diante de um contexto de colonização tardio, novas regiões açucareiras de caráter mundial são criadas a partir do estabelecimento de vínculos políticos e econômicos com o Ocidente. Dentre estes, destacamos os ocorridos no Sudeste Asiático, na Austrália e no Sudeste Africano. (SAMPAIO, 2014, p. 4-5)

Dessa maneira, pode-se apresentar o contexto da produção mundial da cana, a partir do detalhamento da sua produção conforme o mapa a seguir, cujos dados são referentes ao ano de 2010.



Mapa 1: Produção mundial da cana

Fonte: SAMPAIO, 2014, p. 57.

Observando-se este mapa, vê-se um estudo comparativo entre as diversas áreas produtoras de cana no mundo, frisando os destaques canavieiros, com uma concentração de produção em 16 países, com mais de 15.000.00 em tonelada métrica e ademais países com menos 15.000.000 toneladas métrica, durante o ano de 2010.

No continente americano destaca-se com 56% da produção mundial, tendo o território do brasileiro a maior liderança de produtor mundial, no ano de 2010. O mesmo consta em primeiro lugar com o total de 43% de participação na produção da cana. Na divisão continental, a Ásia segue em segundo lugar com uma produção total de 27% durante este período. Logo em terceiro lugar, entra como produtor de cana o continente Africano.

Merecendo ainda uma referência nesta discussão, Andrade (1992), aponta também para o uso histórico da cana nos melhores solos que, devido ao grande

consumo mundial do açúcar, produto derivado da cana, foi expandindo-se no século XV, surgindo a cultura da canavieira.

[...] os europeus receberam dos árabes mudas de canas e a cultivaram na região mediterrânea. Com a expansão marítima, levaram esta cultura para as ilhas do Atlântico e, no Século XVI, para o Nordeste do Brasil. O grande surto econômico do chamado ciclo da cana-de-açúcar desenvolveu-se em nosso país graças à adaptação dessa gramínea ao clima quente e úmido, com uma estação seca e a outra chuvosa, dominante na faixa oriental do nordeste, e aos solos bons de massapê – derivados da composição de rochas calcárias, no Recôncavo Baiano e na Cotinguiba sergipana, e das rochas cristalinas, nas regiões da Mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Também os solos de barros vermelhos das encostas, originados de rochas cristalinas, de Pernambuco a Alagoas foram largamente aproveitados para a cultura da cana no século XVII. Ao verem frustradas tentativas de conquista do Nordeste, os holandeses, então senhores dos mares, levaram a cana-de-açúcar para as Guianas e para as Antilhas, tornando essas ilhas do Caribe uma grande região produtora. Enquanto isso, na Ásia, a cultura da cana expandia-se e passava a ter grandes expressões na Índia e na ilha de Java, regiões superpovoadas. O mercado europeu e norte americano eram os grandes consumidores. (ANDRADE, 1992, p. 239, 240).

Numa análise concreta e específica do cultivo da cana-de-açúcar no território brasileiro, a produção historicamente constitui-se como um dos principais produtos do Brasil, sendo cultivada desde o período da colonização. Tornou assim, oriunda, sobretudo na região Nordeste do país. “Na época dos engenhos, foi a base da economia do nordeste brasileiro. A principal força de trabalho empregada na época foi a da mão-de-obra escravizada de origem africana, principalmente, e posteriormente de origem indígena” [...]. (FRANÇA; JASINSKI, 2007. p. 4)

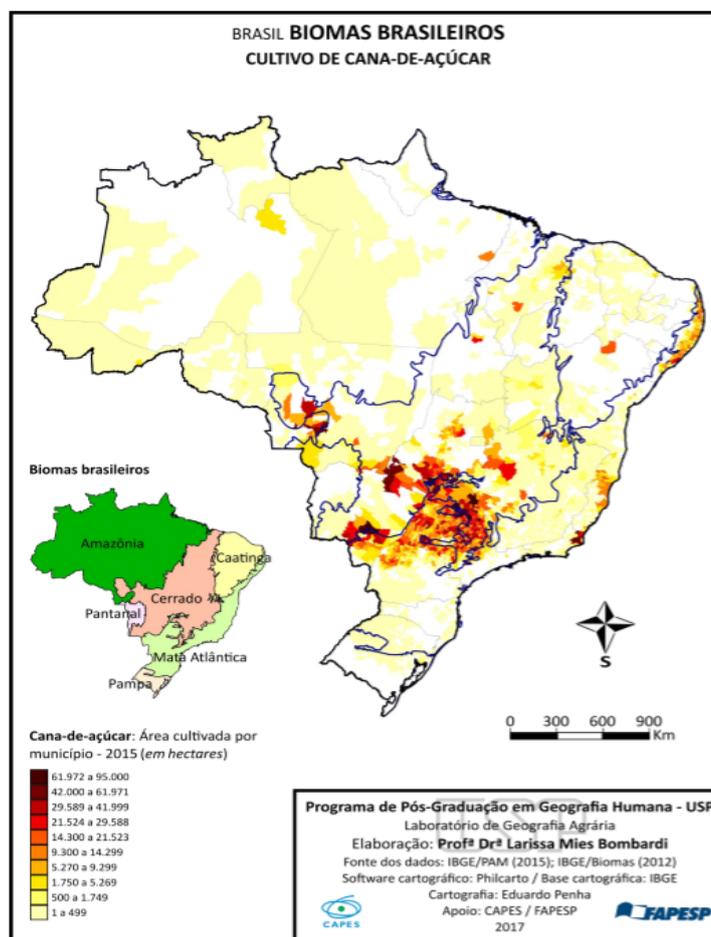
O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil foi retratado também por Bombardi (2017), sendo uma análise feita relacionando-se com os biomas brasileiros.

No bojo desse estudo, evidencia-se que o Brasil é um país que abriga seis biomas distintos entre si: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Neste sentido, Ross (2011) discute o conceito bioma que esta relacionado a cobertura vegetal do planeta, que observamos no mapa-múndi de vegetação, no qual, é classificado algumas zonas com grandes semelhanças ecológicas e fisionômicas, assim essas zonas são os biomas, regiões homogenias com o sistema em completa sintonia cuja relação vegetação, clima e solos tem grande influencia.

AB’Saber (2012), também discute os domínios morfoclimáticos brasileiros, que são regiões com grandes extensões territoriais que apresentam particularidades climáticas, morfológicas e fitogeográficas com a interação de fatores bióticos, químicos e físicos. Ainda segundo AB’ Saber (2012), sua classificação o Brasil apresenta seis grandes domínios morfoclimáticos, são eles: Amazônico, Mares de Morros, Araucárias, Cerrado, Caatinga e Pradarias.

O mapa 2, a seguir, evidencia as áreas que cultivam a cana-de-açúcar, por município, em hectares, baseando-se no ano de 2015.



Mapa 2: Cultivo da cana-de-açúcar relacionado com os Biomas Brasileiros

Fonte: BOMBARD, 2017, p. 221.

Como podemos observar no mapa, evidencia-se que o cultivo da cana-de-açúcar, tendo uma predominância maior na área de transição dos biomas Cerrado e Mata Atlântica. Nota-se ainda, uma produção litorânea sob o bioma da Mata Atlântica.

Observa-se que o cultivo da cana-de-açúcar se destaca principalmente na região do Litoral Oriental nordestino e o Centro-Sul, especialmente nos estados de São Paulo, Triângulo Mineiro, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Norte do Paraná. Vale ressaltar as produções envenenadas em síntese por todo o território brasileiro como: no norte dos estados do Amazonas, Pará, Bahia e Tocantins; parte leste e sul do estado do Maranhão, norte e leste do Espírito Santo e nordeste do Rio de Janeiro.

Ao tratar-se da região do Norte de Minas - MG, a cultura no período do ano 2015, se configura numa escala considerada baixa em relação às demais áreas, de 1 a 499 hectares cultivados por município, sendo que, nas demais áreas da região o maior número de produção varia em 9.300 a 14.299 em hectares de cultivo de cana.

Então, para aprofundar este debate no próximo tópico que tem como título “Contextualização do surgimento da rapadura”, discute-se o cenário principal do presente estudo.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DA RAPADURA

O princípio para produção da rapadura se consolida no século XVI, nas ilhas Canárias situadas no Oceano Atlântico. Desde o surgimento, a rapadura foi considerada como uma guloseima e um produto acessível para o transporte, pois, em relação ao açúcar, a resistência e a durabilidade são maiores (NASCIMENTO, 2007, p. 2).

Na mesma época do seu surgimento, ainda segundo Nascimento (2007), o Brasil adotou essa prática, instalando os primeiros engenhos de cana-de-açúcar, sendo que, nos anos 1633, a região do Cariri, no estado do Ceará, registrou a produção de rapadura, constituindo tipicamente o alimento de consumo dos escravos, período este em que adquiriu o estigma de alimento dos menos favorecidos.

Uma das características da fabricação de rapadura eram os engenhos pequenos e rudimentares, tendo apenas moendas, uma simples fábrica como uma fornalha e a plantação da matéria-prima a cana. Possivelmente, não havia apenas esse tipo de cultivo, mas um espaço dividido para outras agriculturas tidas como - subsistência. Além dos pequenos engenhos, existiam também os grandes produtores que fabricavam apenas para consumo dos habitantes locais e regionais.

A produção de rapadura no Brasil, mesmo com as características de técnicas e métodos rudimentares, teve uma propagação para algumas regiões do Brasil, principalmente nas áreas do interior. Como é tratado por Lima e Cavalcante (2001):

Trata-se de um produto típico de pequenos e micro produtores, sendo difícil encontrar dados mais detalhados e/ou atualizados, havendo registro pelo IBGE de informações de produção para os anos de 1970, 1975 e 1980. Com base nesses dados, concluiu-se que a maior parte da produção localizava-se no Nordeste do país, cerca de 60%, e no Sudeste, em torno de 34%, tendo havido naquele período forte queda no volume produzido, sendo mantidas, entretanto, as proporções de cada Região no total produzido. (LIMA; CAVALCANTE, 2001, p. 30).

No Nordeste do país, a produção é secular, cujas características remetem as antigas áreas de uma produção sazonal, sendo essa região a maior produtora de rapadura no país (LIMA; CAVALCANTE, 2001).

Os Estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba são os maiores produtores, existindo também produção significativa nos Estados do Piauí, Alagoas e Bahia. No Ceará, destacam-se as regiões do Cariri e da Serra do Ibiapaba. Em Pernambuco, os engenhos de rapadura concentram-se no Sertão, sendo os municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde os maiores produtores. Na Paraíba, os dois grandes pólos são a região do Brejo e o Sertão. (NASCIMENTO, 2007, p. 3).

O estado de Minas Gerais, ao longo do século XIX e no início do século XX, foi à área canavieira mais importante, com 4.150 unidades produtivas utilizando a cana-de-açúcar em 1830. Conforme Godoy (2013, p. 173), no período de 1950 a 1980 a produção chegou a um nível de destaque, pois tinha aproximadamente 32% de todo o engenho total em relação ao Brasil com 39.406 de engenhos. Já na década

de 1960 houve um aumento de 37%, com 33.270 engenhos, e na década de 1970 somou um total de 45. 854 de engenhos e em 1980 chegou numa estatística de 19.137 equipamentos para a produção de rapaduras. Godoy (2003) ressalta, ainda, o atual cenário característico que o estado apresenta na produção dos provenientes da cana-de-açúcar.

As principais características da atual pequena produção de derivados da cana em Minas Gerais são: convivências de equipamentos modernos com máquinas primitivas ainda sobrevivem engenhos antigos e de tipo antigo; as técnicas agrícolas e os processos industriais também são caracterizados por permanências arcaicas lado a lado a processos modernos; a especialização na produção de derivados da cana é a exceção, predominam amplamente as unidades com pauta 52 produtiva diversificada; os engenhos de cana continuam funcionando parte do ano, produção sazonal, e, em parcela expressiva dos casos, produzindo apenas para o consumo doméstico [...] (2003, p. 51-2).

Em Minas Gerais, o espaço de pequenas produções dos derivados da cana-de-açúcar persiste nas famílias camponesas, assim como qualquer outra área do Brasil. Como ressalta Godoy (2003, p. 80):

A fabricação de rapadura é a ausência mais surpreendente no texto setecentista. Dados de documentação pública do início do século XIX, final do período colonial, revelam que a produção de rapaduras em Minas Gerais era atividade de grande magnitude. Além de suprir o mercado mineiro, exportavam-se grandes quantidades de rapadura para o sertão do Nordeste. Depoimentos de viajantes estrangeiros do início dos Oitocentos não deixam dúvidas quanto à importância da rapadura nos hábitos alimentares dos mineiros. O açúcar na forma de rapadura fazia parte da dieta dos habitantes de todas as regiões de Minas Gerais.

Na cultura norte - mineira, inclui-se a produção da cana-de-açúcar para o processo artesanal da rapadura, sendo esta uma atividade que predomina no meio rural como formação de renda dos produtores camponeses. É essencialmente presente nos estabelecimentos de organização familiar, consistindo-se numa importante movimentação econômica e social para os produtores rurais.

Ao se tratar da manufatura artesanal da rapadura advinda de engenhos, embarca-se em um regresso ao passado, em específico ao período colonial, com um perfil de baixo nível tecnológico, o transporte da cana-de-açúcar, o auxílio nas plantações e a base de funcionamento dos engenhos eram de atração animal. De acordo com Santos (2016):

O modelo de produção artesanal remete à nostalgia dos produtos de antigamente e apresenta vínculos entre a qualidade do produto e seu espaço de produção. Vista desta forma, a qualidade relaciona fatores naturais (clima, solo, relevo) e fatores humanos (tradições, estilo de vida) com técnicas de processamento. A tradição consolida procedimentos específicos que são transmitidos entre as gerações e constroem qualidades específicas capazes de diferenciar os produtos artesanais. (SANTOS, 2016, p. 90).

O complexo desta atividade e a sobrevivência da tradicional produção estão

inseridos no Brasil, aspectos que caracterizam o trabalho de camponeses, uma forma arcaica que dá sustento as famílias produtoras. Como salienta Godoy (2003):

A capacidade de sobrevivência de formas camponesas de produção no Brasil, a grande importância da pequena agricultura de subsistência, é indício de que o processo de transformação capitalista no campo ainda está longe de se completar. Essas formas arcaicas, baseadas em relações de produção não-capitalistas, tendem a ser expressões de longa duração. (GODOY, 2003, p. 50)

A partir desse contexto que a produção de rapadura se desenvolveu em diversas regiões do Brasil, não sendo diferente no Norte de Minas Gerais. Nota-se que, na mesorregião Norte de Minas, há uma grande influência da tradicional produção de rapadura. Trata-se, portanto, de um produto bem valorizado no mercado e apresenta fortes vínculos com a produção e a territorialização camponesa, ou seja, remete ao trabalho familiar e vínculos artesanais na sua produção.

O CAMPONÊS E O MODO DE PRODUÇÃO

No espaço rural, o trabalho e o cultivo da terra são interligados, ambos dependentes um do outro. Com esse cenário, tem-se o homem como sujeito proprietário da terra garantindo sua reprodução. Os camponeses que habitam nessas áreas, são famílias constituídas de várias gerações que, geralmente, vivem próximas e na comunidade há uma ligação familiar ou até mesmo cultural. Sousa e Conceição (2010), destacam que:

No campo, terra e trabalho não se separam; dialeticamente, a terra é para o trabalho e vice versa, tem um sentido humano. Desse modo, propriedade familiar e propriedade capitalista são diferentes, embora privadas. Uma explora o trabalho; a outra é a condição da independência do trabalho, pois o camponês, quando tem terra, tem trabalho livre. (2010, p.66).

Com esse intuito, a organização de trabalho familiar e o uso da terra se constituem em um modo de vida do campesinato. Nos estudos de Marques (2008), essa abordagem consiste-se em:

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais. (MARQUES, 2008, p. 60).

É de grande relevância destacar que as atividades rurais de produção familiar geralmente são específicas a uma economia de subsistência, frutos do próprio trabalho camponês. Nesse sentido, tudo aquilo que o camponês produz, na finalidade de comercializar, não se caracteriza como sobra, mas resultam medidas definidas

pelo próprio produtor. Assim, para garantir sua alimentação, o camponês faz a troca de produtos por dinheiro, pois, por sua vez, é trocado por produtos que eles não conseguem produzir, ou seja, o camponês vende aquilo que excede da sua produção e da sua própria necessidade para a sobrevivência, sem deixar de lado sua família, para adquirir outros tipos de produtos garantindo sua sobrevivência e reprodução.

Para o camponês, a relação é estabelecida quando ele vende aquilo que excede suas próprias necessidades de sobrevivência, suas e de sua família. Nesse caso, troca-se o produto por dinheiro, que, por sua vez, passa a ser trocado por aquilo que não consegue produzir, que tenha valor de uso. Nessa relação, dinheiro tem a forma nominal; portanto, não é capital. (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 67).

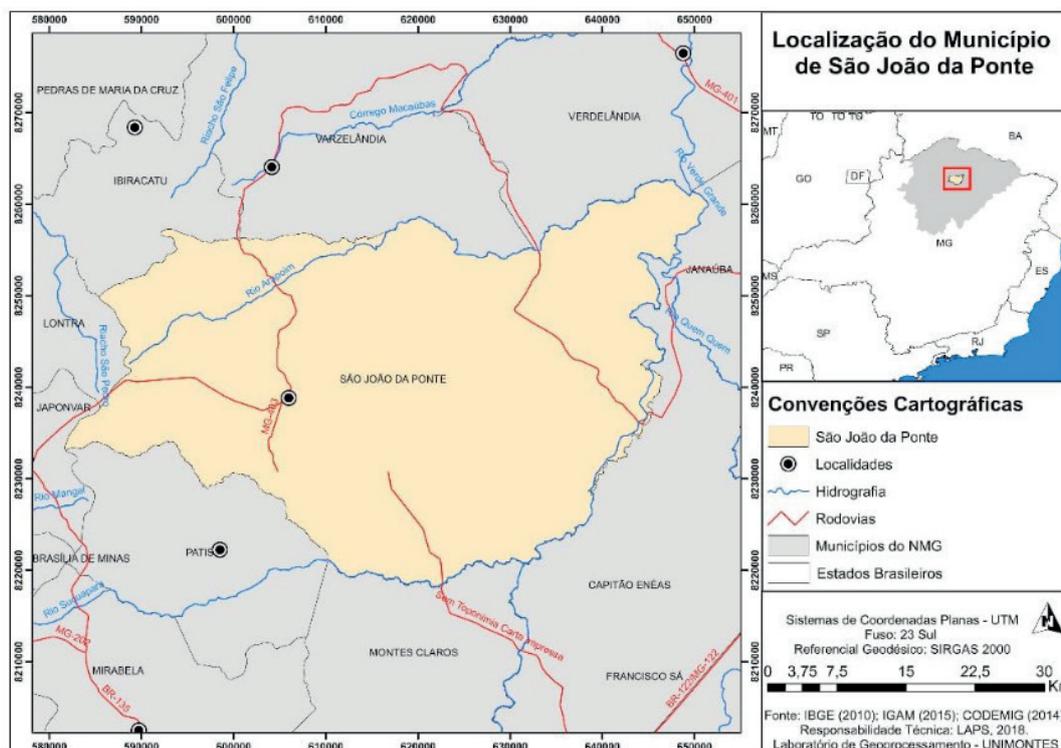
Com isso, o modo de produção dos camponeses se constitui em uma agricultura que se caracteriza com o cultivo tradicional realizado pelo grupo familiar. Esse espaço de produção é uma modalidade voltada para as áreas rurais, que tem uma relação de produção para todas as famílias que ocupa o espaço no meio rural.

APRESENTANDO O ESPAÇO DE ESTUDO: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE-MG

O estudo em questão é a Comunidade Rural de João Moreira localizada no município de São João da Ponte - MG. O município faz parte mesorregião¹ do Norte de Minas Gerais e integra-se a microrregião² de Montes Claros, limitando-se, ao norte, com os municípios de Ibiracatu e Varzelândia; ao sul, limita-se com Montes Claros e Patis; no oeste, Japonvar e Lontra, e ao leste do município, encontra-se Janaúba e Capitão Enéas.

1 Mesorregião: corresponde a um tipo regionalização que devido às diferenças geográficas internas foi substituída por “Regiões Geográficas Intermediárias”. As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. (Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais REGIÕES, 2008). Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017).

2 Microrregião: é uma região composta por municípios limítrofes, mas devido as diferenças geográficas internas, foi incorporado uma nova conceituação “Regiões Geográficas Imediatas”. As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017).



Mapa 3: Localização do município de São João da Ponte-MG

Fonte: IBGE, 2010. IGAM, 2015. CODEMIG, 2014. Elab. LAPS, 2018.

O município de São João da Ponte - MG possui aproximadamente 1.851,102 em quilômetros de superfície territorial. Em aspectos demográficos, tem uma estimativa populacional de 25.8562 habitantes, uma parte de 8.642 ocupando o perímetro urbano e uma maior concentração totalizando em 16.720 habitantes na área rural (IBGE, 2017), com 120 comunidades rurais³.

Em relação à economia do município, por ser um local que não possui grandes empresas e nenhuma indústria por falta da infraestrutura, há um alto índice de desemprego tanto no perímetro urbano quanto no rural. Pereira (2007) ressalta que:

Como principais características dos pequenos centros, podemos destacar: a pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à educação, à segurança, [...] a baixa articulação com as cidades do entorno; as atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos e a predominância de atividades características como relacionadas ao rural. (PEREIRA, 2007, p. 174)

Ao tratar do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o município possui baixo desenvolvimento humano, ocorrendo por esse motivo uma elevada migração populacional para outras cidades na busca de melhoria de vida.

A base hidrográfica que faz parte do município é bacia do Rio Verde Grande, tendo como principal rio que drena o município o Rio Arapuim.

3 Informação coletada com o Pe. Márcio Antônio Rosa da Silva em abril de 2017.

ALGUNS TIPOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS CULTIVOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE -MG

O município tem uma maior concentração populacional na zona rural com 120 comunidades, o que explica a base econômica local. Sendo assim, as relações de produção no campo são realizadas pela agricultura camponesa. Nesse sentido, Oliveira (2007) salienta que:

Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso assegurar o processo de reprodução ampliada do campesinato. (OLIVEIRA, 2007, p.42)

Mediante o exposto, é importante apontar a quantidade da produção em todo o espaço rural que integra ao município. Nesse sentido, é válido evidenciar os principais tipos de agricultura, tais como: plantio de cana-de-açúcar, milho, feijão e mandioca que se configura nas chamadas lavouras temporárias. Há também as lavouras permanentes dentre elas; o plantio de banana, laranja, maracujá. Assim, para apresentar dados caracterizando este cenário, as tabelas e os gráficos a seguir evidenciam as produções agrícolas no período sazonal e o outro permanente.

	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (x1000) R\$	Área destinada à colheita (há)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/há)
Arroz	1	1,00	3	1	1.000
Cana-de-açúcar	30.000	5.400,00	500	500	60.000
Feijão	40	200,00	150	50	800
Mandioca	2.500	1.000,00	250	250	10.000
Milho	120	113,00	1.200	200	600
Sorgo	15	8,00	30	10	1.500

Tabela 1: Produção Agrícola – Lavoura Temporária

Fonte: IBGE Cidades (2016). Org.: Os autores.

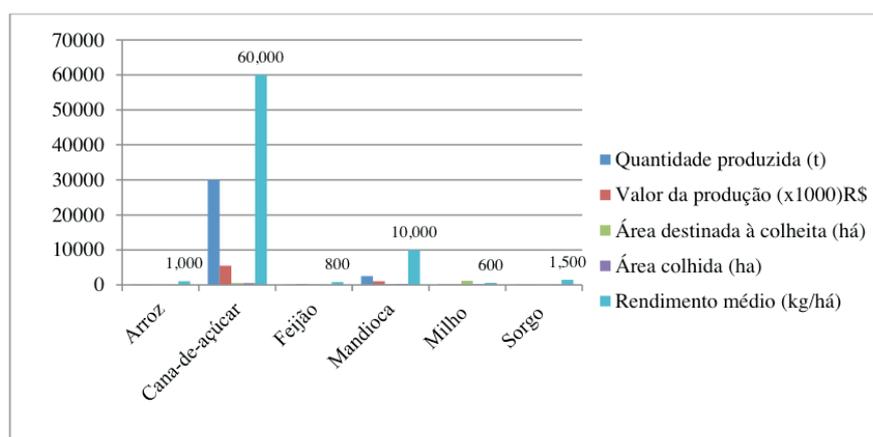


Gráfico1: Produção Agrícola – Lavoura Temporária

Fonte: IBGE Cidades (2016). Org.: Os autores.

A análise dos dados expostos indica que, em todo o município de São João da Ponte, em relação às produções agrícolas de lavoura temporária, temos a cana-de-açúcar apresentando 60.000 quilogramas por hectares no município. Já as demais produções, como a mandioca, ficam em segundo nível com 10.000 quilogramas por hectares no rendimento médio; o milho, sorgo, feijão e arroz estão em uma pequena produção ao se relacionar como a produção da cana-de-açúcar, produção esta que relativamente está ligada diretamente na fabricação de rapadura.

	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (x1000) R\$	Área destinada à colheita (há)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/há)
Banana	480	938,00	32	32	15.000
Laranja	30	36,00	6	6	5.000
Maracujá	20	60,00	2	2	10.000

Tabela 2: Produção Agrícola – Lavoura Permanente

Fonte: IBGE Cidades (2016). Org.: Os autores.

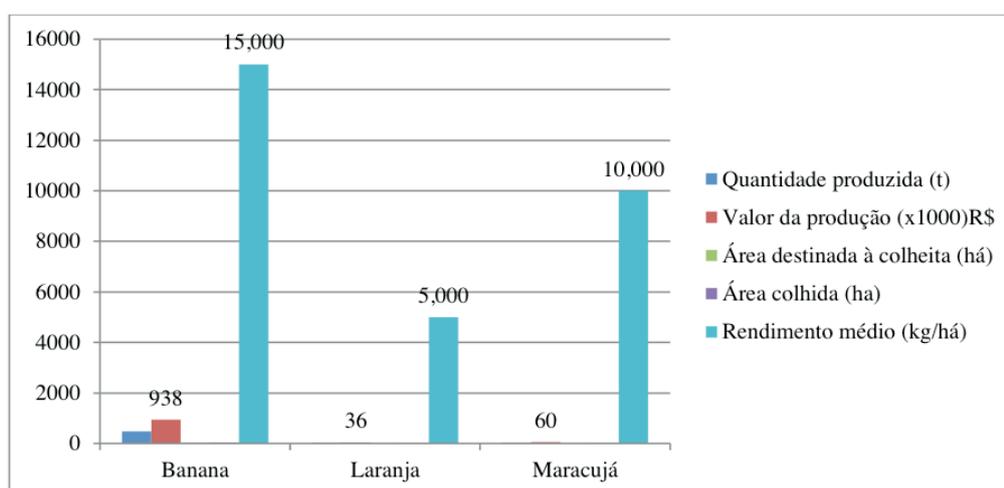


Gráfico 2: Produção Agrícola – Lavoura Permanente

Fonte: IBGE Cidades (2016). Org.: Os autores.

Esta segunda análise de informações das produções é de lavouras permanentes. No que se trata das frutas, tem-se a banana como destaque no rendimento médio, na quantidade produzida e um bom valor na produção em relação às demais que se destacam apenas no rendimento médio.

Comparando-se com o primeiro gráfico das lavouras temporárias, a produção da cana-de-açúcar ainda persiste no índice maior. Vale ressaltar, ainda, que as atividades de produção da região consistem também na extração de vegetais, dentre elas a lenha, carvão vegetal e colheita de pequi. A pecuária é considerada como outra atividade de relevância para o município, concentrando-se na criação de bovino, equino, galináceo, ovino e suíno (IBGE CIDADES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas análises evidencia-se que a produção mundial da rapadura está atrelada ao modo colonial e expansionista, sob a égide da ocupação e transformação de distintos territórios e territorialidades. Atualmente, a produção cana-de-açúcar como *commodities*, revela seu papel contraditório entre o agronegócio e a reprodução camponesa.

A partir desse cenário, a contextualização das práticas agrícolas no município de São João da Ponte - MG possibilita o entendimento da relação de produção das comunidades que ocupam esse espaço, sobretudo, na Comunidade Rural de João Moreira que resiste produzindo artesanalmente a rapadura como um modo de produção, uma prática alimentar, cujos traços regionais estão presentes nos hábitos, saberes, costumes e tradições próprias, sendo vivenciada por cada geração que ali convive e recria-se cotidianamente. Assim, o processo artesanal da rapadura se firma nesse espaço que, mesmo diante das dificuldades na produção, os camponeses buscam adaptar e construir um modo de vida sem deixar de demonstrar a sua característica baseando na produção artesanal da rapadura, uma das riquezas culturais e históricas da Comunidade Rural de João Moreira.

REFERÊNCIAS

- AB' SABER, Aziz. N. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê, 2012.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1992.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. **Laboratório de Geografia Agrária- FFLCH – USP**. São Paulo, 2017.
- FRANÇA, Bruno Henrique Cruz; JASINSKI Marcelo. Dossiê técnico Cultivo de cana de açúcar. **REDETEC Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro**. Copyright © Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT. 2007.
- GODOY, Marcelo Magalhães. Persistência do tradicional. O processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. RBHCS. Vol. 5 Nº 10, Dez. 2013.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama v4.3.8.3**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-da-ponte/panorama>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2016**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-da-ponte/pesquisa/14/10193>. Acesso em: 22 abr. 2018. Rio de Janeiro, 2017.
- LIMA, João Policarpo Rodrigues; CAVALCANTI, Célia M. Lira. Do Engenho Para o Mundo? A Produção de Rapadura no Nordeste: Características, Perspectivas e Indicação de Políticas. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 32, n. 4 p. 950-974, out-dez. Fortaleza, 2001
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, 2008.

MARTINS, Jose de Souza. **Não há terra para Plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalhos no renascimento políticos do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

NASCIMENTO, Marcelo Rodrigo Mendonça do. Dossiê Técnico Processamento da Rapadura. CDT/UnB. **Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas - SBRT**, 2007. Disponível em:<<http://www.panelamonitor.org/media/docrepo/document/files/dossie-tecnico-processamento-da-rapadura.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2018.

NIMER, E. & BRANDÃO, A. M. P. M. 1989. Balanço hídrico e clima da região dos cerrados. BRASIL. IBGE, 166 p, Rio de Janeiro, RJ.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/ USP, 2007.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidades médias e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**. São Paulo. v.23 (Supl.1), p.1-58, 1993.

SAMPAIO, Matheus de Almeida Prado. 360°- **O período do açúcar em direção à macrorregião canavieira do centro-sul do Brasil. (Tese de Doutorado em Geografia Humana)**. São Paulo: FFLCH, 2014.

SANTOS, Suélen Cristiane dos. **Verificação da aplicação das boas práticas de fabricação e análise de perigo e pontos críticos de controle no processo produtivo de rapadura de melado**. 2016. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agroindustrial Industrias Alimentícias) - Universidade Federal do Rio Grande, Santo Antonio da Patrulha, 2016.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente**, vol. 11, n. 1, 30 junho 2010.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira - Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorando em Geografia – USP. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - "Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), *Geografia Agrária* (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

ÍNDICE REMISSIVO

B

Bancos 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 93

C

Campesinato 99, 106, 109

Cronotopo 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 74

Currículo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12

D

Direito à cidade 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23

Direito à moradia digna 13, 14, 15, 22, 23

Discurso 60, 61, 64, 68, 69, 72, 73, 74

E

Ensino de geografia 1, 5, 8, 11, 12, 113

Esgoto 22, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48

F

Favela 25, 26, 28, 30, 32, 33, 37

Feira 83, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

G

Geografia financeira 77, 78

Geografia regional 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58

H

História do pensamento geográfico 49, 50

I

Ideologia 11, 60, 74

L

Lagoa 38, 93

M

Microalgas 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Modernidade 25, 26, 33, 37, 58, 64, 89

N

Neoliberalismo 60, 61, 74, 113

Norte de Minas Gerais 99, 106, 107, 112

Nova Cruz 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

P

Política 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 60, 61, 62, 64, 66, 70, 71, 73, 75, 76, 89, 95

Portugal 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Prática pedagógica 1, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12

Produção do espaço 19, 25, 26, 36, 37

Programa Minha Casa Minha Vida 13, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24

R

Rapadura artesanal 99

Richard Hartshorne 49, 50, 51, 52, 57, 58

S

Saneamento 18, 38, 39, 40, 45, 46, 47

Serviços e equipamentos públicos 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23

T

Tradição 51, 88, 91, 92, 94, 97, 105

U

UASB 38, 39, 40, 42, 44, 45, 48

Urbanização 25, 30, 98

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-720-8



9 788572 477208